



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O PAPEL DA IMPRENSA NA MANUTENÇÃO DE PODER
DO COB: O AUGÉ E A QUEDA DE NUZMAN**

Rodrigo de Castro Oliveira

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O PAPEL DA IMPRENSA NA MANUTENÇÃO DE PODER
DO COB: O AUGÉ E A QUEDA DE NUZMAN**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

RODRIGO DE CASTRO OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ewerton Fernandez Júnior

Rio de Janeiro

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Rodrigo de Castro.

O papel da imprensa na manutenção de poder no COB: o auge e a queda de Nuzman. Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de
Janeiro – UFRJ.

Orientador(a): Fernando Ewerton Fernandez Júnior

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O papel da imprensa na manutenção de poder no COB: o auge e a queda de Nuzman**, elaborada por Rodrigo de Castro Oliveira.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ewerton Fernandez Júnior
Doutor em Ciência da Informação ECO/Ibict
Departamento de Expressão e Linguagens – Escola de Comunicação UFRJ

Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto
Doutor em Filosofia pela Université de Nice, França
Departamento de Fundamentos – Escola de Comunicação UFRJ

Prof. Me. Flávio Nehrer
Mestre em Comunicação Social UERJ
Departamento de Expressão e Linguagens UFRJ – Escola de Comunicação UFRJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista a todos meus familiares, em especial a meu avô Gil, que não poderá comemorar ao meu lado, mas me legou o verdadeiro significado de lutar até o fim.

AGRADECIMENTOS

Para iniciar estes agradecimentos, permitam-me lembrar o discurso de meu padrinho nas bodas de ouro dos meus avós. Na ocasião, não poderia ter sido mais cirúrgico: a vocês, não bastaria meu muitíssimo obrigado. Peço licença para reproduzir o trecho aqui novamente – sem citação na ABNT, por favor. Aproveito também para me desculpar, de antemão, pelas palavras que me escapam. Acredito que não seja isso que esperavam de um jornalista que se forma. Espero retribuí-los de outra maneira, mas não antes de, ao menos, deixar uma menção a cada um que contribuiu para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço aos meus pais, Marcelo e Patrícia, e à minha irmã, Duda, por serem meu alicerce em todos os momentos. O apoio irrestrito e o esforço para que eu cursasse a melhor universidade deste país foram imprescindíveis para que seguisse meu caminho, mesmo nas horas mais difíceis. A saudade de casa virou combustível. E, graças a vocês, tenho a certeza de que cresci muito nesses quatro anos e meio. Assim como meu amor por vocês, se é que é possível.

Aos meus familiares, por me acompanharem nessa trajetória, sempre com incentivos, elogios, críticas construtivas e um carinho que não cabe nestas linhas. Obrigado por serem minhas referências. Carrego comigo as lutas diárias das minhas avós, Mariinha e Vanda, duas guerreiras. A paixão pela educação dos meus tios, Alexandre e Dilza. As lisonjas exageradas de minha dinda Silma. O senso crítico do meu dindo Marco Antônio com o equilíbrio da minha tia Cris, mesmo um pouco mais distantes. As idiosincrasias de meus tantos primos. Não sei o que seria sem vocês.

Aos meus amigos, que ajudaram a tornar cada instante mais aprazível e me aguentaram mesmo nos dias mais conturbados. Tê-los ao meu lado é o que mais vale. A lista é extensa, portanto não gostaria de correr o risco de deixar alguém de fora. Faço questão de agradecê-los pessoalmente.

Aos professores, minha eterna gratidão por mudarem nossas vidas. Vocês têm a arma que os poderosos mais execram: o conhecimento. A educação resiste em cada cidadão que ajudam a formar.

Ao meu orientador, Fernando Ewerton, pelas inestimáveis contribuições e pela paciência na reta final do trabalho. A dois amantes do esporte, não poderia faltar emoção.

Aos professores Paulo Oneto e Flávio Nehrer por terem aceitado o convite de compor minha banca.

Às professoras Raquel Paiva e Gabriela Nóra, por me orientarem e acreditarem em mim.

Ao célebre Ita, que sempre foi um pai para todos nós. Suas reflexões, suas brincadeiras e suas xérox farão muita falta. Jamais esquecerei o que fez pela gente.

A todos aqueles que de alguma forma propiciaram a realização deste trabalho, meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

“A educação é a arma mais importante que
você pode usar para mudar o mundo”

(Nelson Mandela)

“Não há nada mais perigoso do que não se
arriscar”

(Pep Guardiola)

“Otimismo, garotinho”

(Gil de Castro)

OLIVEIRA, Rodrigo de Castro. **O papel da imprensa na manutenção de poder no COB: o auge e a queda de Nuzman**. Orientador: Fernando Ewerton Fernandez Júnior. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

RESUMO

O presente trabalho busca expor a influência da imprensa na manutenção de poder no Comitê Olímpico do Brasil (COB) a partir da análise da cobertura midiática no auge e na queda do ex-presidente Carlos Arthur Nuzman. A pesquisa perpassa a contextualização histórica da entidade, a baixa rotatividade em sua presidência e a relação com as confederações esportivas associadas a seus quadros. Traz ainda elementos da ascensão de Nuzman até as Olimpíadas Rio-2016 e de sua derrocada diante dos escândalos de corrupção que culminaram em sua prisão. O amplo levantamento de informações, os subsídios teóricos e entrevistas com o delator de Nuzman e o jornalista Lúcio de Castro fomentam a discussão sobre o tema. Além disso, o trabalho analisa os discursos e o conteúdo de uma série de matérias coletadas dos principais veículos esportivos e da Agência Sportlight de Jornalismo Investigativo. Como resultado, verifica-se que a imprensa especializada é passiva de um modo geral, com poucas matérias investigativas, em contraste com iniciativas independentes. O trabalho mostra também que reportagens desses portais nem sempre repercutem nos grandes meios de comunicação apesar de sua relevância.

Palavras-chave: jornalismo investigativo; Nuzman; COB; poder.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

CBA _t	Confederação Brasileira de Atletismo
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBDA	Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos
CBDG	Confederação Brasileira de Desportos no Gelo
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
CBV	Confederação Brasileira de Vôlei
CBVela	Confederação Brasileira de Vela
CGU	Controladoria-Geral da União
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CON	Comitê Olímpico Nacional
COP	Comitê Olímpico Português
FBS	Federação Brasileira de Sports
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
FIVB	Federação Internacional de Voleibol
FND	Faculdade Nacional de Direito
JB	Jornal do Brasil
LAI	Lei de Acesso à Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TJ/RJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. COB: ENTIDADE ESPORTIVA E POLÍTICA

2.1. A história da participação brasileira nas Olimpíadas

2.2. Mais de um século, menos de 10 presidentes

2.3. Confederados

3. NUZMAN: DA CADEIRA DA PRESIDÊNCIA AO BANCO DOS RÉUS

3.1. Da CBV ao COB: o início de um império um império

3.2. O discurso do rei: o auge de Nuzman nas Olimpíadas Rio-2016

3.3. Fim de uma era: da presidência ao presídio

4. JORNALISMO INVESTIGATIVO X DIÁRIO

4.1 Agência Sportlight: jornalismo investigativo, independente e imprescindível

4.1.1 Métodos de análise

4.1.2 Cobertura sobre Nuzman e COB na Sportlight

4.2 ESPN

4.3 Globoesporte.com e SporTV

5. CONCLUSÃO

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. APÊNDICES

7.1. Apêndice A

7.2. Apêndice B

1. INTRODUÇÃO

"A vida é muito veloz; faz-nos ir do céu ao inferno em questão de segundos". A frase do escritor Paulo Coelho sintetiza bem a vida do personagem central deste trabalho: Carlos Arthur Nuzman. Da áurea olímpica ao declínio abrupto e vertiginoso de sua prisão. O cartola é símbolo de um sistema autocrático concebido para concentrar o poder no Comitê Olímpico do Brasil (COB), entidade máxima do esporte no país, em torno de uma elite dominante. Fundado em 1914, o comitê teve apenas oito presidentes em mais de um século - desconsiderando Paulo Wanderley, herdeiro do trono do "Imperador". Nuzman ocupou o cargo mais alto do comitê por 22 anos e, não fosse seu cárcere, esse número seria ainda maior. Ao longo dos próximos capítulos, este trabalho mostrará a construção da efígie do dirigente e buscará compreender como o discurso midiático influenciou a narrativa que transformou o "Deus do Olimpo" em dirigente criminoso.

A rigor, indivíduos que permanecem no alto escalão durante muito tempo apresentam históricos de tirania, escândalos, abuso de autoridade, corrupção e exíguas decisões em favor daqueles que representam; no caso do COB, os atletas. Situações deste caráter, muitas vezes, acabam banalizadas e recebidas com indiferença pelo público, cético de que tal quadro possa ser alterado. O conhecimento incipiente acerca dos bastidores esportivos e suas variáveis passa pelo papel da imprensa. Se essas questões não suscitavam muito interesse da população, com os megaeventos ocorridos no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas – isso mudou. O destino de um volume considerável de recursos públicos, a cargo de instituições privadas, levou muitas pessoas a cobrarem satisfações e prestações de conta.

Os recentes acontecimentos que abalaram o Olimpo do esporte, uma estrutura até então intangível, engendram um contexto ainda mais propício ao debate e carente de estudos. Desde a eclosão da operação *Unfair Play*, desdobramento da Lava Jato, perceberam-se distintas narrativas nos meios de comunicação. A atenção para o simbolismo dos enunciados e discursos propagados possibilita apreender por que certos comportamentos e visões se sustentam. O marco temporal e a proximidade do cotidiano motivam, pois, posicionamentos mais enérgicos, que reforçam o papel de estudos sobre o tema.

A proposta de averiguar como se sustenta essa estrutura arcaica, arraigada na principal entidade esportiva nacional e em suas confederações afiliadas, pretende não só

dar visibilidade a uma questão cujo destaque não reflete as consequências na vida de milhares de pessoas, mas também aferir a participação da mídia na continuidade das relações em jogo. O esporte, há muito tempo, deixou de ser apenas lúdico e transformou-se em um campo de investimentos vultuosos, o que fomentou o recrudescimento de políticas e mecanismos nocivos a seu desenvolvimento.

Dessa forma, o objetivo maior deste trabalho é trazer reflexões a respeito de como a imprensa coaduna ou não com a perpetuação de cartolas no comando do esporte brasileiro. Os próximos capítulos buscam responder se há substanciais diferenças entre portais e emissoras especializadas, incluindo uma iniciativa independente de jornalismo investigativo, a Agência Sportlight. Também tentam expor com que frequência reportagens de denúncias figuram no noticiário e de que maneira elas têm provocado turbulências na alta cúpula das entidades.

Para dar conta disso, serão apresentadas análises de discurso e conteúdo, bem como uma leitura crítica de produtos audiovisuais, a partir da seleção de reportagens da Agência Sportlight, dos canais de TV por assinatura ESPN e SporTV e do portal de internet Globoesporte.com. Diante do vasto material disponível, o *corpus* foi limitado a um estudo de caso que se julgou simbólico: o de Carlos Arthur Nuzman, em dois momentos: seu auge e sua queda. O apogeu de sua carreira é marcado pelas cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos Rio-2016, uma conquista que era promessa do cartola desde que ascendeu ao COB. Já sua queda consta da prisão e as resoluções imediatas do caso.

Antes da análise, contudo, o trabalho perpassa por contextualizações e explicações pertinentes à discussão. O segundo capítulo traz um breve histórico desde a fundação do COB até seu estágio atual. Nessa parte, é possível ver o quanto personalidades políticas de renome intercederam junto a autoridades estrangeiras e atuaram decisivamente para que o esporte brasileiro ganhasse uma representação e se esgueirasse no cenário internacional. Inclusive empresas de comunicação desempenharam papéis fundamentais para o fortalecimento do movimento olímpico.

Em seguida, é apresentada a história da participação da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos para dimensionar como a trajetória do esporte olímpico nacional acompanhou o movimento internacional no que tange à organização burocrática das instituições. Com esse paralelo será possível visualizar o quanto o modelo fechado e ortodoxo do Comitê Olímpico Internacional (COI) foi replicado no comitê brasileiro, sob a

égide de uma representatividade reversa, elucidada nas páginas a seguir.

Isso fica ainda mais evidente quando é demonstrada a autoperpetuação oligárquica, cunhada por Bourdieu, no alto escalão do esporte. O capítulo dois dissecou a manutenção do poder na mão de poucos, os já mencionados oito presidentes que lideraram o COB em mais de um século. A pesquisa mostra que o perfil e as biografias desses dirigentes se aproximam, deixando pouca ou nenhuma margem para que pessoas de fora de uma rede consolidada de agentes ascenda ao topo das instituições. Para que o debate se insira em linha mais crítica, o trabalho discute o conceito de poder sob a lógica foucaultiana, o que dará embasamento e uma nova perspectiva para a compreensão dos fatos. Assim, são feitas reflexões teóricas sobre as relações que norteiam disputas por controle e hegemonia, à medida que assomam movimentos de resistência. O entendimento dos bastidores esportivos traz a contribuição do delator de Nuzman, o ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo (CBGD) Eric Maleson, que explica, em entrevista ao autor, como funcionam os meandros internos das confederações e do COB.

O capítulo três, por sua vez, narra a trajetória de Nuzman de modo a propiciar uma inteligível construção de sua imagem. Dessa forma, traz aspectos da vida pessoal do dirigente, como sua formação e rede de amizades, levada adiante no mundo profissional. Sua proveniência, mais uma vez, é debatida sob a luz de conceitos de Foucault, a fim de facilitar o estabelecimento de conexões que levaram um alvissareiro executivo a uma derrocada retumbante. Sendo assim, o trabalho conta como Nuzman trocou as quadras por escritórios, indo de atleta a presidente da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), onde obteve sucesso e resultados expressivos que lhe credenciaram a pleitear o cargo mais alto do esporte brasileiro. Seu envolvimento na profissionalização e na popularidade da modalidade, embora favorecidos por contextos externos, acarretaram em acúmulo de capitais, os quais integram a teoria de Bourdieu. Conforme será enunciado, suas idiosincrasias e sua personalidade o ajudaram a alçar voos mais altos, isto é, o levaram à presidência do COB.

O capítulo apresenta como Nuzman atingiu seu auge e realizou seu sonho de trazer as Olimpíadas ao Brasil. A pesquisa revela ainda quanto a obstinação do cartola o projetou à dianteira de grandes eventos, ao lado de chefes de Estado e outras autoridades. Provoca também a reflexão sobre a despersonalização do cartola, que atingiu status digno dos olímpicos quando se viu discursando para bilhões de pessoas ao redor do mundo. No entanto, como o sucesso demasiado muitas vezes é ilusório, a continuação mostra como o

império construído ruiu repentinamente com a irrupção dos escândalos de compra de votos para que o Rio sediasse os Jogos Olímpicos. Os rumos da investigação que derrubou o cartola são explanados de acordo com conceitos que trabalham temas como justiça e espetáculo.

Diante de tal cenário delineado, o quarto capítulo vai, inicialmente, comparar o jornalismo investigativo com o diário. Dessa maneira, serão pontuadas as diferenças marcantes entre ambos a partir da contribuição de autores de prestígio na temática, dando conta de ressaltar a importância de iniciativas independentes para suprir lacunas deixadas pelos grandes meios de comunicação que, cada vez menos, têm equipes especializadas e dedicadas a devassar o que o *status quo* tenta esconder. Isso se deve não apenas a questões econômicas, já que os custos são altos, mas também a interesses políticos.

O capítulo apresenta a Agência Sportlight, iniciativa do jornalista e historiador Lúcio de Castro, que construiu sua carreira na denúncia de mazelas, sobretudo na política esportiva. Embora desconhecida pela maioria da população, a atuação da agência requer uma análise aprimorada pelo que demonstrou nos seus dois anos e meio de existência com reportagens investigativas que renderam, inclusive, prêmios importantes ao autor. Uma característica que será exposta é o fato de usar amiúde a Lei de Acesso à Informação (LAI) para checar documentos, contratos e afins. Em entrevista ao autor, Lúcio de Castro conta suas dificuldades, sua saída da grande mídia e como avalia o trabalho da imprensa na cobertura dos assuntos que são objeto de estudo deste trabalho.

Como mencionado, as reportagens são objeto de análise com intuito de verificar padrões, escolhas de vocabulário, prevalência de certos assuntos e outras nuances. Para isso, são aplicadas metodologias bastante exploradas: a análise de discurso, sob ótica de Foucault e Fairclough, expoentes das escolas francesa e britânica; a de conteúdo; encontrada em Fonseca Júnior; e a leitura crítica de conteúdos audiovisuais, segundo a proposta de Becker. Também é analisada a questão dos silenciamentos, tratada por Orlandi. Com base nesses autores, são examinados pontos como intertextualidade, criação de palavras, uso de figuras de linguagem, argumentação, além de procedimentos de exclusão e rarefação.

Nesta perspectiva, constam ainda conceitos de hegemonia e ideologia, que devem ser abordados com vistas a auxiliar a compreensão das condições discursivas e das representações advindas das cadeias interacionais. O que se pretende acentuar é o caráter do discurso como condição social e prática política, cuja associação ao poder é inegável.

Buscou-se assim contribuir com uma discussão ainda embrionária no Brasil, a fim de jogar luz a um problema que assola o esporte nacional. Conforme apregoam os jornalistas, o seu trabalho não deve focar nas consequências, mas em se dedicar ao máximo para incomodar as forças hegemônicas. Os fracassos podem ser mais recorrentes, mas, usando as palavras do antropólogo Darcy Ribeiro, eles são minhas vitórias. “Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”.

2. COB: ENTIDADE ESPORTIVA E POLÍTICA

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) é a entidade máxima do esporte no Brasil. Conforme seu site descreve, trata-se de “uma organização não-governamental de direito privado que trabalha na gestão técnico-administrativa do esporte, atuando no desenvolvimento dos esportes olímpicos no Brasil”¹, cuja autonomia é garantida pela Constituição Federal. Seu estatuto é inequívoco ao defini-lo como uma “associação civil de natureza desportiva, pertencente ao Movimento Olímpico, de utilidade pública” e “sem fins lucrativos”² Entre algumas de suas incumbências, em harmonia com sua missão de liderar o fomento ao desporto em todos os níveis, estão discutir a preparação de equipes olímpicas, dialogar com as federações filiadas, investir no desenvolvimento técnico das modalidades e representar o esporte brasileiro internacionalmente³. Para Almeida e Marchi Júnior (2011, p. 166), “o COB é a entidade que representa o movimento olímpico no Brasil conforme reconhecimento do COI e da legislação brasileira”.

Fundada em 8 de junho de 1914, na sede da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, a entidade foi o primeiro Comitê Nacional da América do Sul. Pelo menos esta é a data reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional, já que, institucionalmente, o COB só foi oficializado pelas leis brasileiras em 20 de maio de 1935 (ABREU et al apud ALMEIDA, 2010). Sua criação é ainda mais relevante pelo convite, em 1913, do barão Pierre de Coubertin ao embaixador brasileiro na Suíça à época, Raul Paranhos do Rio Branco, para integrar o Comitê Olímpico Internacional (COI). A escolha de seu nome, comprovada pela eminência de sua família, foi estrategicamente deliberada:

Em virtude da influência da família Rio Branco em diversos setores da vida brasileira, bem como no plano das relações internacionais, Coubertin viu no embaixador o parceiro ideal para concretizar um dos maiores anseios do COI: a internacionalização do Movimento Olímpico. (MASSI, 2015, p. 47)

Antes disso, no entanto, Coubertin já havia sinalizado seu ideal internacionalista e suas ambições de ter um representante em cada continente por meio da aproximação com o pai da aviação, Santos Dumont. Ilustre na Europa, o brasileiro era a personificação dos

¹ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>. Acesso em: 18 abr. 2018.

² Disponível em: <https://novoportal.cob.org.br/estatuto/estatuto.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.

³ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>. Acesso em: 18 abr. 2018.

princípios defendidos pelo barão: “perseverança para alcançar objetivos, espírito esportivo e desejo permanente de competir e bater recordes” (MASSI, 2015, p. 46).

O gesto do fundador dos Jogos Olímpicos Modernos simbolizava ainda a fé no esporte brasileiro e engendrou uma campanha pública pela formação de um comitê nacional (CON), ratificada em assembleia que marcou também o nascimento da Federação Brasileira de Sports (FBS), a qual passou a se chamar, em 1916, Confederação Brasileira de Desportos (CBD), até ser extinta e dar origem à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 1979. “A intenção era a de que o CON cuidasse das relações políticas e buscasse a admissão do Brasil nos Jogos Olímpicos, ao passo que a FBS centralizaria o comando das modalidades” (MASSI, 2015, p. 57).

Em 1912, já havia um movimento incipiente para organizar e estruturar o esporte nacional. E, como de hábito na história brasileira, o papel desempenhado pelos meios de comunicação foi preponderante, sobretudo o protagonismo do Jornal do Brasil. Mais do que dar visibilidade às articulações e documentar as discussões primárias, a importância do JB se verifica nas reuniões ocorridas no período, que, “além da presença de um redator nas assembleias do comitê provisório, se davam no gabinete do redator-chefe do periódico carioca” (LEMOS, 2008, p. 58). A criação do comitê nacional também só foi exequível graças ao empenho de uma associação dos chamados *sportsmen* – presidentes de federações, imprensa e outros setores da sociedade – que se reuniu com o vice-presidente do Comitê Olímpico Português (COP), Carlos Bleck, para obter interlocução com o COI, principal entrave à época.

A ação foi primordial para que o interesse chegasse aos ouvidos de Coubertin, e Rio Branco pudesse interceder pela causa. O diplomata, após ser convencido a fazer parte do COI, demonstrou toda sua capacidade de liderança para respaldar o movimento dos dirigentes brasileiros, recomendando que buscassem reconhecimento e apoio financeiro do governo. O esporte ainda engatinhava no Brasil se comparado com o restante do mundo, haja vista que, segundo Massi (2015), as principais cidades tinham federações próprias, com cargos diretivos e autonomia, além de serem amparadas financeiramente.

Pensando em mudar esse panorama, utilizou-se o consolidado modelo do COP como base para o estatuto do CON. Portugal já havia sido decisivo na parceria que permitiu que a ideia do comitê do Brasil saísse do papel; agora, serviria como exemplo para que os dirigentes do país pautassem suas gestões, sobretudo Fernando Mendes de Almeida, eleito para ser o primeiro presidente da entidade. Político e jornalista, ele já acumulava

experiência por estar à frente do Automóvel Clube Brasileiro, mas não foi esse o principal motivador de sua nomeação ao cargo. “Entre os fatores decisivos, [...] sua intensa militância pela participação brasileira nos Jogos Olímpicos, através do Jornal do Brasil, do qual foi proprietário e redator-chefe durante vinte anos”, fora sua condição de senador do Maranhão havia cinco anos (MASSI, 2015, p. 57). O engajamento de Mendes não foi em vão: o sonho de disputar os Jogos Olímpicos tornou-se realidade ainda em seu mandato, um ano antes de sua morte em 1921. O comitê começava, assim, a flertar com o Olimpismo e a se esgueirar no meio esportivo internacional. Até chegar à sua condição atual, todavia, o COB passou por mais de um século de mudanças desde 1914, acompanhadas pela evolução do movimento olímpico moderno (ALMEIDA, 2010). Se desde seu nascimento esteve associada a questões políticas, é possível observar, nos próximos itens, que a história da entidade reforçou cada vez mais seu caráter para além do esporte. As relações interpessoais passaram a ser incorporadas amiúde, seguindo a tendência em vigor no âmbito internacional, para ditar os projetos que seriam postos em prática.

2.1 A história da participação brasileira nas Olimpíadas

Temendo o afastamento de comitês nacionais após a interrupção do ciclo olímpico com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que levou à suspensão das Olimpíadas de Berlim, em 1916, Coubertin incumbiu Rio Branco de convidar o Brasil a enviar representantes para os jogos subsequentes. O episódio ratifica o que Giglio e Rubio (2017) assinalam como “representatividade reversa”, na qual “membros do COI são embaixadores do Olimpismo em seu país de origem e não, representantes de seus países junto ao COI” (GIGLIO & RUBIO, 2017, p. 294)

A intervenção do diplomata brasileiro não foi componente exclusivo para viabilizar a estreia do Brasil em Olimpíadas. Os resultados até surpreenderam dada a embrionária organização. Em 1920, a delegação desembarcou na Antuérpia (Bélgica) “mesmo sem a existência de um Comitê Olímpico – ainda que, desde 1913, existisse o Comitê Olímpico do Brasil, reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) – e iniciou sua participação: mandou 22 atletas e trouxe três medalhas, todas no tiro” (NEGREIROS, 2009, p. 317). O CON buscou auxílio para a levar adiante o objetivo de disputar a competição internacional. Ainda incipiente em um evento de tamanho porte, contou com a

CBD para cuidar da logística e da classificação de atletas. Criadas na mesma época, as entidades, contudo, se misturavam, à medida que funções do CON eram incorporadas à CBD e alguns de seus membros integravam ambas as instituições. Uma matéria publicada pelo Jornal do Brasil em 4 de julho de 1920 referendava a colaboração entre as entidades ao fazer menção às presenças do senador Mendes de Almeida e de Ariovisto de Almeida Rego, presidentes de CON e CBD, respectivamente (ABREU et. al, 2006).

A despeito da divisão das responsabilidades, outra dificuldade foi lidar com os exíguos recursos disponibilizados pelo governo. Era evidente que ainda não se dava tanto destaque ao esporte, o que pode ser corroborado pela presença de apenas um repórter brasileiro para cobrir a estreia do país nos Jogos: Jorge Roxo, do extinto jornal carioca *O Paíz*. A situação, todavia, foi mudando aos poucos. Dois anos depois, o Brasil já sediava os Jogos Latino-Americanos em comemoração ao centenário da Independência, como forma de reverter o quadro de crise política e econômica durante o conturbado mandato do presidente Epitácio Pessoa. O evento trouxe como principal consequência o surgimento de novas lideranças esportivas, como Arnaldo Guinle e José Ferreira dos Santos. Graças aos seus círculos de influências e à relação com esportes, ambos foram indicados a membros do COI, formando uma trinca ao lado de Rio Branco. Embora não recebam tanta atenção, os acontecimentos foram expressivos na história brasileira:

Em um intervalo de dez anos, o Brasil fundou o Comitê Olímpico Nacional, estreou em Jogos Olímpicos conquistando três medalhas, posicionou três membros no Comitê Olímpico Internacional e sediou a primeira competição multiesportiva do continente sul-americano. É muita coisa para quem não possuía qualquer tipo de vínculo anterior com o Movimento Olímpico. (MASSI, 2015, p. 72)

O êxito não foi suficiente para que os investimentos aflorassem. Ao contrário, com a morte de Mendes, a necessidade de uma atuação mais efetiva da CBD veio à tona. A administração, entretanto, mostrava-se pouco capacitada, enquanto a predileção pelo futebol ficava mais notória. Assim, os recursos provenientes do governo cessaram, e a entidade teve que cancelar a inscrição nos Jogos Olímpicos de 1924. Foi preciso a intervenção de três entusiastas, incluindo o integrante do COI José Ferreira dos Santos, para lançar uma campanha em parceria com o jornal *Estado de S. Paulo* visando a arrecadar fundos. Percebe-se, pois, o papel assumido, mais uma vez, por uma empresa de comunicação em um projeto de caráter esportivo e político. Conforme Zicman (1985), a

imprensa brasileira, até a década de 1950, se notabilizou, sobretudo, por pequenas empresas com capitais limitados e gestão improvisada cuja posição política prevalecia em detrimento da informação, o que rendeu a alcunha de “imprensa de opinião”. Dessa forma, os principais periódicos da época eram mais atuantes ao palpitar do que na cobertura fiel e distanciada dos fatos.

Foi nesse momento que ficou explícito o abalo na relação até então amistosa entre o CON e a CBD. Esta última entidade sempre esteve ligada ao governo, enquanto o comitê desenvolveu-se alheio às políticas governamentais, expondo seu cunho privado. Como observa Rubio (2010), tais características contribuíram para as divergências entre as entidades. A iniciativa que as relegou a um papel de figuração funcionou a curto prazo, mas se comprovou paliativa quando o Brasil teve de se ausentar dos Jogos de Amsterdã, em 1928. Para retornar na próxima edição, em Los Angeles, aproveitaram-se as implicações da Crise de 29: os atletas tiveram de negociar sacas de café para cobrir os custos da viagem. Apesar das adversidades, no fim das contas, essas décadas de estruturação embrionária do esporte nacional serviram de aprendizado.

Antônio Guinle, presidente do Fluminense à época, estava entre os nomes que se revoltaram com o cunho populista da CBD e propôs a criação de federações e ligas especializadas, como forma de descentralizar a atuação da entidade. Além de seguir o modelo em voga na Europa, subsidiava sua renovação administrativa com casos de sucesso no próprio Brasil. De acordo com Rubio (2010), este era o ano que findava a fase de afirmação do esporte no Brasil, segunda etapa das quatro propostas pela pesquisadora. Ela afirma que

a trajetória do esporte olímpico brasileiro seguiu de perto o movimento olímpico internacional no que se refere à organização burocrática de suas instituições (Federações e Confederações esportivas) reproduzindo em âmbito nacional os rumos do esporte mundial. (RUBIO, 2005, p. 29)

Se não bastassem os embates internos, o COI modificou seu estatuto em 1933, obrigando os CONs a serem os únicos responsáveis por suas delegações. Esta era condição impreterível àqueles que almejavam participar dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. Desse processo iniciado em 1927 por Antônio Guinle, Rio Branco e José Ferreira dos Santos resultou o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), tal qual é conhecido hoje. Desenhava-se, assim, o cenário oportuno para um novo desentendimento entre as entidades, que decidiram, cada uma, enviar sua delegação para os jogos na Alemanha.

Enquanto antes “o Comitê abdicou de liderar o esporte no país e viu a CBD capitaneá-lo”, nesta nova etapa assumia de vez o protagonismo, mesmo com a tentativa de um golpe frustrado por parte dos abnegados da CBD (MASSI, 2015, p. 90). Drumond (2009) ressalta que o problema se agravou quando se soube da necessidade do visto de ambas as entidades para que os atletas brasileiros participassem.

O COI reconheceu o novo comitê presidido por Antônio Prado Júnior e rechaçou qualquer chance de haver outra representatividade brasileira. Contudo, uma intervenção do governo sob a figura de Getúlio Vargas, presidente do Brasil à época, tergiversou a querela junto às autoridades, permitindo a inscrição de todos os 72 atletas, conforme menciona Rubio (2005). Partindo desse contexto, houve “um amplo noticiário e debate acerca da organização dos esportes no país” (NEGREIROS, 2009, p. 319). Outra vez o jornalismo pautava o tema para discussão, externando posições de profissionais e dos veículos para os quais trabalhavam. Mesmo com a chancela do COI, o impasse entre COB e CBD arrastar-se-ia até o final da década de 30, quando se aproveitou do período sem Jogos provocado pela Segunda Guerra para organizar as chamadas “competições de paz”. Concomitante ao contorno das dissidências, o esporte experimentou uma ingerência mais contundente do governo, com investimentos significativos em infraestrutura, por exemplo.

A partir da década de 50, os tempos de mudança ficavam mais evidentes:

Além das medidas diretamente voltadas ao incentivo e à popularização dos esportes, no campo político o COB procurou fortalecer sua estrutura ao retomar o debate sobre a destinação de uma parte da verba arrecadada com a loteria esportiva aos esportes amadores. A entidade ampliou o número de conselheiros — o ex-atleta João Havelange e o jornalista Mario Filho passaram a integrar o Conselho Executivo — e reformou seu estatuto. (MASSI, 2015, p. 111)

O novo documento no qual se baseava a entidade previa a criação de três comissões permanentes: uma técnica, para definir a delegação que representaria o país segundo critérios de classificação dos atletas, e as de auxílio governamental e auxílio de entidades privadas e particulares, encarregadas de negociar obtenção de recursos. Também se instituiu um calendário esportivo que possibilitava uma programação para treinamentos.

O maior desafio veio no início da década seguinte, com a realização dos Jogos Pan-Americanos de São Paulo, em 1963. O evento multiesportivo ampliava a atuação do COB para além das Olimpíadas, mas, para organizá-lo na capital paulista, o COI determinou a formação de um comitê exclusivo. Caberia ao COB, portanto, apenas suas obrigações

relativas à delegação nacional. No entanto, a realização do evento esteve ameaçada, uma vez que havia empecilhos para dialogar com a prefeitura de São Paulo em meio a uma crise financeira e, conseqüentemente, angariar verbas que suprissem o essencial. Para piorar, o presidente do COB e do Comitê Organizador, José Ferreira dos Santos, faleceu a cerca de 100 dias para a maior competição que o Brasil sediara até então. Em seu lugar, assumiram o vice Átilla Monteiro Aché (COB) e o chefe de Missão do Brasil nas últimas quatro edições dos Jogos Olímpicos, Sylvio de Magalhães Padilha (Comitê). Apesar da falta de amparo público e da urgência,

o êxito dos Jogos Pan-americanos de São Paulo, em 1963, marcou o início de uma nova era para o COB. Pela primeira vez, o país comemorava um número elevado de conquistas em um único evento, justificando os investimentos realizados. Os bons resultados dos nossos atletas contribuíram, assim, para que a instituição passasse a contar com maior respeitabilidade perante os órgãos governamentais. (MASSI, 2015, p. 129)

Padilha, primeiro brasileiro classificado para um final olímpica de atletismo, então, ascendeu ao poder do COB, sendo um dos precursores de uma geração de atletas que passava a ocupar cargos políticos. Sua gestão coincidiu com o período do regime militar no Brasil, época em que o esporte começou a receber mais aportes, especialmente por sua característica de mobilizar massas e servir de propaganda para o governo. Segundo Massi, “a percepção do começo de um novo ciclo no esporte olímpico nacional se evidencia graças a movimentos históricos distintos e, curiosamente, complementares” (MASSI, 2015, p. 130).

Corroborando com essa tese, nos anos 70, uma outra mudança no estatuto filiou confederações que estavam se formando ao COB. Pouco depois o Comitê foi contemplado com um aumento na receita proveniente de um decreto-lei de 1982, que repassava verbas da loteria esportiva. Para completar, o amadorismo passou a ser discutido e iniciou-se uma abertura ao patrocínio e a uma maior injeção de dinheiro de empresas. Não demorou para que os gastos aumentassem e o COB fosse atrás de novas fontes de renda, reduzindo a dependência dos recursos provenientes da loteria. Tanto que, hoje, “para cumprir com suas competências, o COB possui receita de patrocinadores, parceiros e fornecedores, mas principalmente recebe financiamento público de diversas formas” (ALMEIDA & MARCHI JÚNIOR, 2011, p. 167), o que será abordado com detalhes mais adiante nesse trabalho.

A década de 90 foi o marco da transição para a era profissional. Pouco antes, a partir das Olimpíadas de Los Angeles (1984), porém, Rubio já admitia como a fase de profissionalização. É, portanto, um momento no qual a ênfase econômica é fomentada pela lógica capitalista, com uma crescente visibilidade midiática e publicitária. Nesse período, os atletas passam a ser mais exigidos quanto ao desempenho e tudo que os cerca acaba se inserindo no conceito de “espetacularização” proposto por Debord (2000), isto é, consiste na multiplicação de ícones e imagens que leva os indivíduos a viverem de aparências e consumo permanente de fatos, mercadorias e produtos. O início dos anos 90 também marcou o término da gestão de Padilha, no comando da entidade havia 27 anos. Com seu pedido de renúncia por motivos de saúde, seu vice André Gustavo Richer tomou posse, em um cenário bem adverso, sobretudo pelo delicado momento enfrentado pelo país após as medidas tomadas por Collor. Pouco tempo depois, em 1995, Richer foi substituído pelo então alvissareiro dirigente e ex-atleta de vôlei Carlos Arthur Nuzman. A ligação entre Nuzman e Richer se revelaria mais tarde uma afronta à legislação brasileira, fatos que serão melhor explanados a seguir.

2.2 Mais de um século, menos de 10 presidentes

Desde sua fundação enquanto comitê nacional em 1914, o COB teve apenas nove presidentes até hoje. Um deles, inclusive, esteve à frente da entidade por apenas alguns meses, após a morte do médico e presidente do comitê à época José Ferreira Santos. Seu vice Átilla Aché assumiu interinamente até que fosse realizada nova assembleia para eleger o seu sucessor, seguindo as normas estatutárias. A troca mais recente no poder do COB é outro caso que merece destaque. O ex-dirigente Carlos Arthur Nuzman, há 22 anos no comando da entidade, foi preso e, conseqüentemente, forçado a renunciar de suas funções em 2017. Para seu lugar, foi confirmada a efetivação de Paulo Wanderley, vice de Nuzman e ex-presidente da Confederação Brasileira de Judô (CBJ).

Para Doro, trata-se de “um modelo enraizado na tradição esportiva brasileira, permitido por lei e que encontra paralelo também na estrutura esportiva internacional”⁴. Segundo o autor, “não estimula novos formatos de gestão e, em casos extremos, pode estimular o clientelismo para a manutenção de status”⁵. Essa ideia é abarcada pelo conceito

⁴ Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/ultimas/2008/10/10/ult58u1209.jhtm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

⁵ Idem.

de Bourdieu (1983) de “autoperpetuação oligárquica”, segundo o qual determinados grupos, geralmente aristocráticos e nobres, asseguram a continuidade nas organizações internacionais e nacionais, adaptando-se às exigências de uma determinada época. Por isso, o sociólogo aponta que

a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica. (BOURDIEU, 1983, p. 6)

O quadro de poucos nomes liderando o COB segue uma tendência similar à observada no COI. De acordo com Rubio, “os dirigentes do Comitê Olímpico Internacional são indicados, desde sua constituição, pelos membros já participantes, ou seja, o regime que sustenta a organização olímpica não está pautado em uma concepção democrática” (RUBIO, 2005, p. 7). Em entrevista à revista Exame, a pesquisadora afirma que o “sistema está viciado”.⁶ Almeida (2010) frisa que não há de fato mudanças diretivas, já que pessoas com perfis e projetos semelhantes simplesmente se alternam no poder. Tal constatação pode ser corroborada pelas biografias dos dirigentes, que costumam ser homens, brancos, de famílias nobres e de prestígio, com vínculos ao esporte e/ou política. Em relação à questão de gênero, chega a ser emblemática e sintomática a ausência de uma mulher como presidente do COB em toda sua história. Pfister (2003) mostra que o próprio COI configurou-se como um clube masculino, que negou o acesso a mulheres até 1981. A tendência, nota a autora, também é seguida nos comitês nacionais.

Em 2000, apenas três dos cento e noventa e nove Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) foram presididos por mulheres e menos de 25% tiveram mulheres em cargos executivos como vice-presidentes ou secretárias gerais e 42% tiveram mulheres nos conselhos. (FERRIS apud PFISTER, 2003, p. 14)

Primeiro presidente da entidade, Fernando Mendes de Almeida é exemplo da influência do jornalismo na formação e consolidação do Olimpismo. Conforme mostrado no subcapítulo anterior, conhecidos veículos assumiram papéis decisivos em momentos cruciais para a história do movimento olímpico, como o *Jornal do Brasil*, do qual Mendes de Almeida foi proprietário. Ele ainda fundou o jornal *A Vanguarda*. Seus três sucessores, articuladores da criação do COB nos moldes como o conhecemos hoje, Antônio Prado

⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/katia-rubio-da-usp-esporte-precisa-prestar-contas-a-sociedade/> Acesso em: 05 maio 2018.

Júnior e Antônio Guinle, “estiveram diretamente na direção do esporte olímpico nacional por 30 anos” (ALMEIDA, 2010, p. 203).

Enquanto nos anos iniciais da entidade os dirigentes estavam atrelados ao processo que originou o comitê, os últimos quatro têm uma peculiaridade em comum, vista também a nível internacional. Conforme expõem Giglio e Rubio (2017),

muitos membros do COI foram atletas olímpicos e estiveram envolvidos com as federações de alguma modalidade de seus países. Esses aspectos fazem com que os nove presidentes do COI se enquadrem nesse perfil e como constituição das representações que se forjam em suas biografias eles são detentores de uma série de capitais (simbólico, político, cultural e econômico), para usar um termo de Bourdieu, e que fornece a credibilidade e a chancela para ocuparem esse cargo. Esse capital permite que os dirigentes consolidem sua rede de agentes e por meio destes se mantenham no poder. (GIGLIO & RUBIO, 2017, p. 292)

Sylvio de Magalhães Padilha, André Richer, Nuzman e Paulo Wanderley já vivenciaram o dia a dia do esporte de duas maneiras: do lado de dentro, como atletas, e fora, enquanto dirigentes. Embora não seja objetivo desta monografia usar o método prosopográfico, que analisa trajetórias e biografias coletivas para compreender ações políticas, conforme feito por Oliveira (et al 2017), é possível perceber, a título de dimensão, o quanto suas histórias de vida se aproximam e o quanto a rede de amizades ajuda a manter essa estrutura. Portanto, não há como chegar a todas conclusões sem compreender a “rede de relações sociais, profissionais, políticas e ideológicas que constituem estes agentes” (OLIVEIRA et al, 2017, p. 2). Esse quadro ficará ainda mais evidente no próximo capítulo, o qual focalizará Carlos Arthur Nuzman.

Para obterem sucesso na empreitada de manutenção do poder, os cartolas usam os mais variados mecanismos, que vão desde estatutos anacrônicos a relações promíscuas com confederações. Ao redor, ainda estão amparados por conexões que os sustentam, como políticos e, inclusive, integrantes do Judiciário. O ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo (CBDG) e delator de Nuzman, Eric Maleson, foi um dos que sofreu por confrontar as práticas clientelistas usadas no COB. Afastado de seu cargo por decisão judicial como forma de repressão a sua candidatura no pleito do COB em 2012, até hoje sua situação segue indefinida. Segundo ele,

foi mais uma atitude de brio da minha parte, para mostrar ao Nuzman que não só tenho coragem, mas que eu posso, por ser presidente, porque o estatuto permite até certo ponto. Mas, por causa das cláusulas draconianas, antidemocráticas que eles colocaram, eu não ia conseguir. O

estatuto me permitia colocar a candidatura, mas logo a seguir eu tinha que prestar as assinaturas e obviamente eu não ia conseguir. Talvez conseguisse umas oito, que era o grupo de oposição, mas as dez eu não ia conseguir. Mesmo assim, alguns desses oito já tinham passado para o outro lado. Então tinha caído para cinco ou até menos. Na melhor das hipóteses, conseguiria só isso, porque o resto já tinha negociado. Eu já sabia que não conseguiria nada, mas eu coloquei para ficar registrado que eu tentei fazer a candidatura e para expor isso, como estratégia. Era expor essa cláusula do estatuto, que até então estava escondida, porque eles são muito espertos. Só a partir deste momento que eles foram obrigados a colocar no website do COB as cláusulas para a eleição, que até então estavam escondidas. E eles não liberavam isso publicamente. Uma das estratégias foi exatamente essa: obrigá-los a expor as condições draconianas que eles mesmos decidiram. E uma maneira de forçar a expor isso era entrar com uma candidatura. Claro, não foi o único motivo, mas foi o principal. Foi, em definitivo, um passo para frente às mudanças recentes.⁷

A atitude de Maleson de usar as regras do jogo contra os que exercem o poder demonstra uma reação bem pensada, pois, segundo Foucault,

o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras. (FOUCAULT, 1979, p. 25)

O ex-dirigente vivenciou de perto o sistema feito para evitar figuras desconhecidas ou desconectadas de seu propósito de concentrar os diferentes tipos de capitais (econômico, cultural e social), sugeridos por Bourdieu (1998) como uma forma de poder, em um mesmo grupo. Desde que tentava fundar a CBDG, Eric encontrava dificuldades de se esgueirar no meio. Ele conta que

não queriam reconhecer naquela época a Associação Brasileira de Bobsled, porque, a partir do momento que ele reconhece, o presidente dessa entidade passa a ter acento lá e voto na Assembleia do COB. Só que esses caras não sabiam quem era o Eric. Quem é esse cara? E quem ele representa? Então, estavam preocupados em aprovar. E outra coisa: a partir do momento em que você faz parte da Assembleia, você tem direito a requisitar fundos para competir, quando estiver na véspera da Olimpíada.⁸

A preocupação com os intrusos e com quem viesse a ameaçar era uma constante. Quem ousasse se intrometer já estava ciente de que as represálias viriam. Assim, como

⁷ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

⁸ Idem.

Maleson, o ex-presidente da Confederação de Badminton Celso Wolf foi afastado por ordem judicial de seu cargo depois de expor problemas do COB à ESPN com o término do Pan-Americano. Ele foi acusado de má gestão de verbas públicas ao não convocar uma assembleia para aprovar suas contas.⁹ O caso já foi arquivado por “não constatarem nenhuma irregularidade nas prestações de contas”, diz o acórdão.¹⁰ Os métodos empregados para que a estrutura seguisse intacta eram bem questionáveis, na linha do pensamento maquiavélico de que os fins justificam os meios.

O respaldo dos presidentes de confederações era a maneira mais eficaz de se perpetuarem no poder, prática que, por sua vez, acabou se estendendo a esses mandatários que apoiavam o líder do COB. Isso será tratado no próximo subcapítulo. No entanto, engana-se quem crê que as ramificações de poder partem do comitê nacional. Como mencionado, elas não apenas acompanham um modelo vigente no COI, como estão inseridas na entidade internacional. Segundo Almeida (2010), a representação brasileira no COI também se assemelha ao quadro de permanência das mesmas figuras por vários anos.

Especialmente os primeiros membros brasileiros, pela quantidade de ausências nas seções, reforçam a hipótese de que sua participação era mais figurativa que representativa ou mobilizadora de demandas – o que não retira suas importâncias no sentido simbólico das suas posições. (ALMEIDA, 2010, p. 204)

Dentre os representantes no COI, apenas três não ocuparam também a presidência do COB: Raul do Rio Branco, João Havelange e Bernard Rajzman. Contudo, conforme toda rede de poder, conseguir espaço na entidade não foi tão simples, posto que “o COI, órgão esportivo máximo, havia funcionado tradicionalmente como uma agência européia-ocidental e norte-americana, admitindo gradualmente novas forças segundo seus parâmetros e condições” (VASCONCELLOS, 2008, p. 122). Foi necessário lançar mão da estratégia de ser submisso em um primeiro momento para, aos poucos, galgar mais reconhecimento e confiança do COI. Dessa forma, via-se o que Foucault (1979) denominou “teoria da dominação”, cujo cerne estava nas relações de poder. Rubio e Giglio afirmam que “essa subordinação em aceitar a condição de dominação funcionou como uma dinâmica de todo o sistema da entidade, pois somente por meio dela é que os membros dos

⁹ Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/207979_as-vesperas-do-pan-confederacao-de-badminton-vive-crise-tem-eleicao-adiada-e-fica-a-deriva. Acesso em: 20. set. 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://albertomurray.wordpress.com/2014/04/28/celso-wolf-ex-presidente-da-confederacao-brasileira-de-badminton-e-absolvido-da-acusacao-de-ma-utilizacao-de-verbas-publicas-o-ministerio-publico-determinou-o-arquivamento-do-processo-abaixo-o-tex/>. Acesso em: 20. set. 2018.

países periféricos poderiam conquistar alguma posição de poder dentro da estrutura” (GIGLIO & RUBIO, 2017, p. 301)

O esporte olímpico no Brasil acabou adotando práticas similares em sua gestão, ainda que tenha refletido as idiossincrasias locais, como a cordialidade marcante dos brasileiros, como preconizava Sérgio Buarque de Hollanda (1995). O brasileiro, de acordo com ele é um homem cordial, que busca romper as burocracias e as formalidades cotidianas por meio de um tratamento de intimidade que elimine essas barreiras impostas por determinados rituais. Assim, como veremos a seguir, são calcadas as relações entre presidentes de confederações com o COB, atuando mais em prol de pequenos grupos de cartolas do que a favor de atletas e em fomento ao desporto nacional em todos os seus níveis.

2.3 Confederados

Conforme visto, a manutenção de poder no COB tem seu alicerce nas confederações olímpicas, cujos presidentes também exercem mandatos longos e perpetuam uma estrutura que beneficia sempre as mesmas figuras. Atualmente, 35 confederações compõem a Assembleia Geral do Comitê Olímpico do Brasil, enquanto 16 são vinculadas e outras cinco são reconhecidas.¹¹ Cada uma tem seu próprio estatuto e sua realidade política, mas a maioria privilegia, em suas votações para presidente, as federações estaduais, dando menos poder de decisão aos atletas. No ano passado, por exemplo, a Confederação Brasileira de Vela (CBVela) concedeu pela primeira vez a possibilidade de voto aos atletas.¹² A mudança inédita em seu estatuto, no entanto, só aconteceu após o governo federal cobrar maior participação dos atletas para que as confederações continuassem recebendo verbas públicas.

Entre as 30 confederações olímpicas que faziam parte da Assembleia do COB até o início de 2017, quatro tinham presidentes há mais de duas décadas no cargo e havia pelo menos cinco mandatários com mais de 10 anos de poder. Uma lista que só não era maior devido a escândalos que afastaram cartolas, como Ricardo Teixeira (CBF) e Ary Graça

¹¹ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/Confederacoes>. Acesso em: 13 ago.2018

¹² Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2017/04/cbvela-altera-estatuto-para-dar-poder-de-voto-atletas-pela-primeira-vez.html>. Acesso em: 20 set.2018.

Filho (CBV).¹³ Esse seletivo e restrito grupo de dirigentes era responsável por decidir quem comandaria o COB, já que, antes da reforma estatutária em novembro do último ano, para lançar uma chapa era necessário ser membro da entidade por no mínimo cinco anos e ter o apoio de pelo menos 10 presidentes de confederações, quase um terço do colégio eleitoral. Além dos mandatários, votavam no pleito um representante dos atletas e três membros natos do COB, sendo Nuzman um deles. As chances de haver mudança e uma oposição nesse cenário eram bem remotas, sobretudo quando se analisam questões financeiras.

“O COB possui receita de patrocinadores, parceiros e fornecedores, mas principalmente recebe financiamento público de diversas formas” (ALMEIDA, 2010, p. 167). A principal delas é decorrente da Lei nº 10.264/2001, conhecida como Lei Agnelo-Piva, que destina à entidade 2,7% do prêmio pago aos apostadores de todas as loterias federais do país. O COB, por sua vez, “investe obrigatoriamente, por lei, 10% no Esporte Escolar e 5% no Esporte Universitário, enquanto o restante é aplicado nos programas das Confederações e do COB”.¹⁴ De acordo com Almeida e Marchi Júnior (2012), os repasses via Lei Piva são a única receita fixa do COB, embora consiga angariar outras verbas públicas, com a Lei de Incentivo ao Esporte, por exemplo. Lidando com dinheiro público, o COB é obrigado a prestar contas, mas até pouco tempo atrás, os gastos não eram detalhados de forma transparente, situação modificada apenas depois que o Ministério do Esporte cobrou a divulgação ampla com o plano de cada confederação.

O controle por parte das instituições e órgãos como TCU e CGU fez com que a CBF abrisse mão das verbas públicas, conforme expõe Romário (2017). No entanto, a interdependência com o governo federal não permite ao COB renunciar a sua receita majoritária. Dessa forma, aos poucos, começou-se a perceber como a entidade maquiava o destino das verbas. Somente em 2018, o Comitê vai aplicar quase 5,5 milhões de reais em "programas de fomento ao esporte", conforme apontam as planilhas divulgadas recentemente.¹⁵ Na prática, o montante vai servir para o pagamento do salário dos presidentes das confederações - apenas seis das 35 não são contempladas com esse suporte financeiro, sobretudo por questões estatutárias próprias. Ao contrário, há casos de

¹³ Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/esportes/alem-da-cbda-confederacoes-brasileiras-tem-presidentes-eternos-confira-lista.html>. Acesso em: 20 set.2018.

¹⁴ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/cob-anuncia-repasse-de-r-95-mi-para-confederacoes-da-lei-piva-em-2018.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2018.

¹⁵ Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2018/03/19/cob-fomenta-esporte-pagando-r-54-mi-a-22-presidentes-de-confederacoes/>. Acesso em: 22 set. 2018.

presidentes que recebem acima do teto de R\$ 22 mil.¹⁶ Em algumas modalidades, os presidentes ficam, sozinhos, com cerca de 10% dos repasses à sua confederação, como é o caso do Hóquei de Grama, que ainda engatinha no Brasil.

A partir destas situações citadas, fica mais fácil entender as relações políticas que permeiam os bastidores do esporte olímpico. Segundo Maleson, Nuzman “negociava voto e utilizava o dinheiro público, que eram os milhões da lei Piva, como moeda política”.¹⁷ Para frear qualquer oposição, Nuzman prometia aumentar o orçamento das confederações, ao mesmo tempo em que punia os dissidentes com corte de verbas ou processos na Justiça para afastá-los de seus cargos. Via de regra, seus sucessores costumavam ter alguma relação com Nuzman ou serem complacentes com a estrutura.¹⁸

Apesar das peculiaridades brasileiras, Rubio (2005) nota que as características do modelo arraigado nas confederações não são exclusividade do país. Segundo ela,

o fortalecimento de uma elite dominante, o desenvolvimento de mecanismos de controle político das instituições, a permanência por longos períodos de tempo à frente das organizações esportivas e o afastamento dos atletas dos âmbitos de poder também se deram no Brasil como na grande maioria dos Comitês Olímpicos Nacionais espalhados pelo mundo, reforçando um modelo institucional fechado, burocratizado e autoritário. (RUBIO, 2005, s. p.)

Para Maleson, o colégio eleitoral tem de ser ampliado a todos os níveis desportivos, incluindo escolar, universitário e militar. O ex-presidente da CBDG entende que, como envolve dinheiro público, é necessária a participação de outras camadas da sociedade, desde que sejam “pessoas capacitadas e sem passados sombrios”.¹⁹ Ao menos em parte, essa mudança já começou, embora ainda tímida. Com a eclosão dos escândalos de Nuzman e sua cúpula, o COB viu-se obrigado a atender às exigências do COI para regularizar o repasse de verbas à entidade. Para reforçar as práticas de boa governança, o novo estatuto trouxe como um dos principais pontos a criação do Conselho de Administração, que terá papel impactante na política do Comitê. Além de não serem remunerados, seus integrantes

¹⁶ Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2018/03/19/cob-fomenta-esporte-pagando-r-54-mi-a-22-presidentes-de-confederacoes/>. Acesso em: 22 set. 2018.

¹⁷ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

¹⁸ A própria CBDG, perdida por Eric Maleson, é exemplo. Ele foi substituído pelo interventor Emílio Strapasson, que não poderia assumir o cargo por ter tido falência decretada no RS, conforme estabelece o artigo 23 da Lei Pelé. Já na CBBd, Celso Wolf foi acusado de má gestão e deposto do cargo. Depois, ele foi absolvido, e o MP determinou arquivamento do processo. Em seu lugar, entrou o piauiense Francisco Ferraz de Carvalho. O mais curioso é a nova diretoria tinha Patrick Zveiter e Aaron de Castro Zveiter, ambos parentes de Sérgio Zveiter, amigo pessoal de Nuzman.

¹⁹ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

deverão fiscalizar e vigiar os parâmetros da gestão. Outra grande novidade é a limitação dos mandatos: agora, só poderá haver uma reeleição – Nuzman, por exemplo, se reeleger cinco vezes.²⁰

Ademais, será criado um Conselho de Ética e haverá um aumento do controle interno por um Conselho Fiscal desvinculado da presidência. Os atletas também conquistaram uma vitória importante: a categoria poderá ter cinco representantes na Assembleia, ampliando sua participação nas decisões. Antes, somente o presidente da Comissão de Atletas detinha poder de voto. Ainda assim, não foi motivo para tanta euforia, visto que, devido a uma manobra de última hora, a proposta inicial para que os atletas tivessem um terço dos votos foi reduzida.²¹ O atual presidente da entidade, Paulo Wanderley, também atuou nos bastidores para evitar assumir o Comitê Organizador da Rio-2016, afundado em dívidas. A proposta de que ficasse sob seu comando foi retirada do estatuto.²²

Maleson revela que o “COB se negava constantemente a falar a folha de pagamento, quanto cada um estava ganhando e por que estava ganhando”²³, inclusive diante dos pedidos dos presidentes das confederações. Mesmo com dificuldades de acesso a informações minuciosas sobre a movimentação financeira, Almeida e Marchi Júnior (2012) mostram que, em 2008, por exemplo, o COB abocanhava quase 50% dos recursos provenientes da lei Agnelo/Piva. A verba custeava os supersalários de cartolas, cujos vencimentos beiravam os R\$ 700 mil anuais, quase o mesmo valor repassado a confederações de menor expressão.²⁴ A maioria desses dirigentes recebia mais que o teto previsto para os ministros do STF e, se não bastasse, ganhavam, além do 13º, outros três salários adicionais, que constavam como “extras” nos holerites dos funcionários.²⁵

Para Teixeira, Matias e Mascarenhas, “impressiona a diferença entre o que o COB recebe e o que é destinado às confederações” (TEIXEIRA et al, 2013, p. 92). Eles ainda percebem que “o parâmetro meritocrático implementado pelo COB, em 2009, acentua a discrepância entre as confederações e a hegemonia de algumas modalidades”, sendo

²⁰ Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,novo-estatuto-do-cob-vai-limitar-mandatos-e-aplicar-governanca,70002082189>. Acesso em: 25 set. 2018.

²¹ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/cob-aprova-novo-estatuto-aumenta-participacao-de-atletas-e-transparencia.ghtml>. Acesso em: 28 set 2018.

²² Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/presidente-do-cob-altera-estatuto-para-nao-assumir-comite-rio-2016.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2018.

²³ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

²⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/12/1944333-cob-enxuga-folha-e-corta-aliados-de-nuzman-mas-mantem-supersalarios.shtml>. Acesso em 28 set.2018.

²⁵ Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/738273_com-salario-mensal-de-ate-r-88-mil-cob-paga-mais-a-executivos-do-que-confederacoes-recebem-da-lei-piva. Acesso em: 29 set. 2018.

privilegiadas aquelas com mais visibilidade e melhor organização, o que consequentemente lhes atrai patrocínios (TEIXEIRA et al, 2013, p. 92). Essa situação ficou bem evidente no ciclo olímpico de Londres 2012. Agora, os onze novos critérios técnicos adotados pelo COB neste ano levam em consideração o desempenho nas últimas edições de Olimpíadas e Mundiais, dando diferentes pesos às medalhas, distinção inexistente até então. Dessa forma, as confederações de Judô e Vôlei serão as que vão receber a maior fatia dos recursos: R\$ 6,2 milhões cada. No outro extremo, estão as entidades ligadas a beisebol, escalada, caratê, skate e surfe, às quais caberão cerca de R\$ 720 mil para cada.

No entanto, todas devem observar os devidos trâmites legais, uma vez que

o processo para liberação dessas verbas se dá pela elaboração de planos de trabalho e orçamentário anual pelas confederações, sendo que os projetos devem ser enviados e aprovados para que haja o repasse pelo COB. Sua execução fica a cargo das confederações, assim como a prestação de contas, que será acompanhada pelo COB. (ALMEIDA et al., 2011, p.173)

A grande incógnita reside na execução do orçamento, já que o montante não é suficiente para algumas confederações, como assinala Maleson.

Em algumas modalidades, faltava dinheiro. Na nossa, não faltava, porque estamos falando de esporte no gelo e, de todos, o nosso era o menor orçamento. O que faz sentido, porque o nosso ainda está começando, está em sua infância. Mas vi, realmente, que algumas confederações precisavam de mais, que é o caso da ginástica, do handebol, que até foi campeão mundial feminino. Precisavam de mais para poder ter um Centro de Treinamento e, de repente, faltava para um técnico, para um nutricionista.²⁶

Somado a isso, as confederações colecionam incontáveis fraudes e irregularidades, atreladas a dirigentes que usam seu cargo para se locupletarem. A título de dimensionamento, 11 entre 32 modalidades eram investigadas em abril do ano passado.²⁷ Também em 2017, veio à tona que R\$ 1,8 bilhão referente a 101 convênios celebrados junto ao Ministério do Esporte não tinha prestação de contas.²⁸ Auditorias da CGU apontaram superfaturamento, privilégios e gastos indevidos. Em meio a essa desordem, os atletas e o esporte de maneira geral são prejudicados. Por isso, Rubio defende uma devassa

²⁶ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

²⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/21/Como-fraudes-e-irregularidades-em-pelo-menos-11-confedera%C3%A7%C3%B5es-afetam-o-esporte-no-Brasil>. Acesso em: 30 set. 2018.

²⁸ Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/661783_com-r-18-bilhao-do-esporte-sem-prestacoes-de-contas-documentos-indicam-fraudes-e-privilegios-a-cartolas. Acesso em: 30 set. 2018.

nas confederações para que o sistema comece a funcionar, acabando com o voto de cabresto e prestando contas à sociedade.²⁹

No próximo capítulo, veremos como o ex-dirigente Carlos Arthur Nuzman ascendeu no meio esportivo até terminar encarcerado.

²⁹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/katia-rubio-da-usp-esporte-precisa-prestar-contas-a-sociedade/> Acesso em: 02 out. 2018.

3. NUZMAN: DA CADEIRA DA PRESIDÊNCIA AO BANCO DOS RÉUS

O ex-presidente do COB Carlos Arthur Nuzman é figura simbólica e representativa da estrutura que norteia o esporte brasileiro. A página do Senado o apresenta como “carioca, advogado [...], atleta de voleibol”³⁰, exaltando suas participações na Seleção Olímpica Brasileira e em Mundiais. Nas breves linhas encontradas no site, ele é reconhecido como um dirigente esportivo que “transformou o voleibol do Brasil em campeão Olímpico e Mundial” e “inseriu o Brasil na rota dos eventos multiesportivos internacionais”³¹. Trata-se de uma das poucas descrições benevolentes com Nuzman, já que as críticas e inúmeros adjetivos negativos costumam ser mais recorrentes.

Entre jornalistas mais combativos, ganhou o apelido de o Imperador, cujo reinado demonstrava-se inabalável. Maia o compara com o personagem Palpatine, de Star Wars, “um senador, amigo, bonzinho, democrata. Só com o tempo é que fica claro que ele é o imperador”³². Já Greco afirma que Nuzman tornou-se o próprio COB, visto que “não há como dissociar a entidade de quem a dirige há 22 anos”³³. Enquanto a maioria condena o modus operandi de Nuzman como dirigente, o jornalista Juca Kfourri vai além ao enquadrar o ex-cartola. “Nuzman, além de não ter passado de um medíocre jogador de vôlei, tem a garganta maior que o Túnel Rebouças” (KFOURI, 2017, p. 233). A rigor, é essa a imagem que o ex-presidente do COB acabou legando ao público após forjar sua biografia na alta cúpula do esporte brasileiro, bem diferente do que transmitia quando ainda se enveredava no meio. Tanto que seu perfil publicado na Revista Placar, em 1984, intitulava-se O “cartola” moderno.

Descendente de judeus russos, Nuzman sempre esteve envolto por um ambiente de classe média alta, apesar da realidade distinta de seus avós emigrantes. Conforme narra Harazim,

seus quatro avôs emigraram de um vilarejo próximo a Minsk, a capital da Bielo-Rússia. Começaram a vida brasileira na Baixada Fluminense, vendendo de porta em porta. Na geração seguinte, o pai já conseguiu se formar em direito e a mãe nasceu na Zona Sul. Carlos Arthur pôde, assim, crescer num apartamento espaçoso da rua Constante Ramos e

³⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/destaques/pdf/biografia-nuzman>. Acesso em: 20 jun. 2018.

³¹ Idem.

³² Disponível em: <https://trivela.com.br/carlos-arthur-nuzman-esta-pres-o-imperador-palpatine-do-esporte-brasileiro/> Acesso em: 24 jun. 2018.

³³ Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,o-cob-e-nuzman,70002033052>. Acesso em: 24 jun. 2018.

estudar no colégio Mello e Souza, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Jogava tênis e nadava.³⁴

Para superar a morte da mãe, testemunhada por ele aos 10 anos, Nuzman mergulhou no esporte e se encontrou no vôlei. Concomitante a importantes participações pela seleção e à sua carreira no Botafogo, ingressou na Faculdade Nacional de Direito (FND), da UFRJ, onde se formou na turma de 1964, período de grande efervescência política. Na época em que ainda estudava, serviu ao Exército durante um ano, experiência que ele diz ter sido fundamental - e o primeiro passo - para sua escalada na gerência esportiva, a qual só pode ser comparada à trajetória do ex-presidente da FIFA João Havelange. A partir daí, passou a ser visto como “personalista, vaidoso, esperto e agitado”.³⁵

No entanto, é mister conhecer um pouco mais de suas raízes e relações pessoais e profissionais para que seja possível estabelecer as conexões que levaram um alvissareiro dirigente à derrocada retumbante. O termo *Herkunft*, cuja tradução do alemão aproximarse-ia de origem, foi destrinchado por Foucault (1979) a partir das considerações nietzscheanas sobre genealogia, sendo, para o filósofo francês, “o tronco de uma raça, é a proveniência; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixeza” (FOUCAULT, 1979, p. 20). Em suma, ele acredita que toda origem da moral deve ser assumida a partir de uma perspectiva crítica, sem estabelecer verdades a priori, mas sim buscando compreender a influência das meticulosidades e, inclusive, dos azares incipientes.

Sem pretender, contudo, aprofundar nessa proveniência de Nuzman, cabe mencionar o quanto esteve rodeado, em sua trajetória, por pessoas cujos nomes estão envolvidos em escândalos, denúncias e suspeitas. As famílias Nuzman e Zveiter, por exemplo, são bem próximas, sobretudo pela religião em comum: o judaísmo. Foi graças a Nuzman, inclusive, que o desembargador Luis Zveiter entrou no esporte – não tardaria para que outros membros da família também galgassem espaço no meio político e desportivo.³⁶ “Eles são da mesma comunidade judaica, são bem unidos, fazem parte do mesmo clube”³⁷, de acordo

³⁴ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/no-olimpico/> Acesso em: 27 jun. 2018.

³⁵ Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Ny8gsNRmjdkC&pg=PA62&lpg=PA62&dq=fam%C3%ADlia+nuzman+placar&source=bl&ots=iFEykCx5Sg&sig=Z6W5iZppcwOe835cmaREQL1bXJM&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwisgMywoqPeAhWBh5AKHUVHCcoQ6AEwCnoECAAQAQ#v=onepage&q=fam%C3%ADlia%20nuzman%20placar&f=false>. Acesso em: 20 out.2018.

³⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0712200425.htm>. Acesso em 20 out.2018.

³⁷ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

com Maleson, que afirma que as conexões entre ambos se estendem em uma rede de contatos que incluem até mesmo desembargadores do TJ-RJ em decisões importantes.

Outro que compõe o círculo de amizades de Nuzman é Ary Graça, presidente da Federação Internacional de Vôlei (FIVB) e ex-líder da CBV, cargo ao qual renunciou após a eclosão de denúncias sobre irregularidades no patrocínio do Banco do Brasil.³⁸ Graça conhece Nuzman desde os 11 anos de idade e foi indicado pelo amigo para sucedê-lo na CBV.³⁹ No entanto, a maior referência de Nuzman sempre foi João Havelange, que tornou a principal entidade de futebol do mundo (FIFA) em um negócio bilionário durante os 22 anos no seu comando. O cartola, descendente de belgas, esteve envolvido em vários casos de corrupção, o mais famoso, revelado pela imprensa britânica, no qual teria recebido milhões de dólares da empresa de marketing ISL em troca de contratos de transmissão da Copa.

A idolatria de Nuzman por ele é explícita. Quando perguntado por uma jornalista “com quem pularia de um precipício de olhos fechados”, não hesitou ao responder “O Havelange certamente é um deles ...eu acho que têm alguns ...tem de ser no Brasil? ...acho que o Leonardo Gryner ...o Sergio Mazzillo, meu advogado e colega de tantos anos ...Só podem ser três?”. Mais tarde, ainda emendou: “Me dei conta de que ficaram faltando os nomes de Ary Graça, Coaracy Nunes [*presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos*] e Roberto Gesta [*presidente da Confederação Brasileira de Atletismo*].”⁴⁰

Entre os citados, Coaracy Nunes presidiu a CBDA por 29 anos até ser preso por desvio de dinheiro.⁴¹ Já “Roberto Gesta de Melo presidiu a Confederação Brasileira de Atletismo (“CBAt”) por longuíssimos vinte e sete anos, sob o beneplácito de Carlos Arthur Nuzman”.⁴² Gryner, por sua vez, foi braço-direito do ex-presidente do COB e diretor da Rio-2016, mas acabou detido na Lava Jato por envolvimento no esquema de propinas para compra de votos favoráveis à candidatura olímpica brasileira.

Atentando-se a exemplos, é factível notar como Nuzman ascendeu em sua carreira rodeado de fichas sujas. O cartola se encaixa no espírito de aventureiro, indolente,

³⁸ Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/volei,apos-denuncias-ary-graca-deixa-presidencia-da-cbv,1140881>. Acesso em: 20 out.2018.

³⁹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/no-olimpo/>. Acesso em: 20 out.2018.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/volei,apos-denuncias-ary-graca-deixa-presidencia-da-cbv,1140881>. Acesso em 20.out.2018

⁴² Disponível em: <https://albertomurray.wordpress.com/2015/07/28/o-problema-do-atletismo-do-brasil-e-decorrencia-da-longa-gestao-de-roberto-gesta-de-melo/>. Acesso em: 20 out. 2018.

preconizado por Holanda (1995). O estudioso dizia que esses tipos de indivíduos visavam à riqueza que custava ousadia, não trabalho, e lhes importava somente o resultado. A biografia do dirigente flerta com a percepção de Holanda, o que também pode ser evidenciado pela formação em Direito, a mesma de seu pai e um curso que já concedia certo prestígio e encurtava caminhos. Foi assim, prezando sempre pelo conforto, pela manutenção de seu status e poder e sem querer ser incomodado, que Nuzman viu-se obrigado a deixar a cadeira de presidente para enfrentar o banco dos réus. A seguir, vamos ver como ele atingiu seu auge e viu seu império ir desmoronando abruptamente, começando por sua gestão na CBV até chegar a sua prisão.

3.1 Da CBV ao COB: o início de um império

A exemplo de sua estadia à frente do COB, Carlos Arthur Nuzman comandou a Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) por 22 anos. Eleito em 1975, ele só deixa o cargo em 1997 para se dedicar exclusivamente à principal entidade esportiva do país⁴³. É quase consenso entre pesquisadores e especialistas, como Marchi Júnior (2001), que foi Nuzman quem deu a guinada para que o vôlei se tornasse o segundo esporte do país, dando início a sua profissionalização. Tal fato lhe rendeu, inclusive, comparações insólitas como “ser referenciado pela saga do “soberbo, vaidoso e implacável” rei babilônico que desafiava os deuses, o épico Gilgamesh” (MARCHI JÚNIOR, 2001, p. 110). No entanto, Marchi Júnior (2001, p. 12) acredita que “esse processo de transformação da modalidade era iminente e a repercussão internacional, inevitável nesse processo”. Ele argumenta que

a sua formação cultural, sua base de apoio político e sua perspicácia administrativa atribuíram-lhe credibilidade e notoriedade nos meios esportivos, e que tal conjuntura foi constituída em decorrência do ato inicial de importação do modelo estrutural de gerenciamento esportivo oriental - posteriormente o europeu - e da sua capacidade de visualizar iniciativas e necessidades para a modalidade no Brasil. (MARCHI JÚNIOR, 2001, p. 13)

O crescimento do vôlei e de sua popularidade também é indissociável do momento político pelo qual o Brasil atravessava. Na década de 70, mesmo período em que Nuzman

⁴³ Nuzman foi eleito presidente do COB em 1995, quando se licenciou da CBV. No entanto, oficialmente, ele só foi desligado da entidade em 1997, passando a se dedicar unicamente ao COB. Se falássemos sobre seu mandato efetivo, poderíamos considerar que prestou serviços à CBV durante 20 anos, já que entre 95 e 97 sua posição foi meramente uma formalidade. Vale destacar também que Nuzman já dividia a presidência da CBV com a vice-presidência do COB.

ascende ao comando da CBV, o país vivia sob a estrutura militarista e o clima de nacionalismo exacerbado, com o uso do esporte para propaganda do regime, embora tenha experimentado o milagre econômico no governo do general Médici. Dessa forma, ao assumir a presidência da entidade, Nuzman “valeu-se de uma suposta dupla confiança: tanto dos atletas e treinadores quanto dos militares que comandavam a situação política naquela época e detinham o poder” (VLASTUIN et al 2008, p. 18).

Foi assim que os vestígios da profissionalização começavam a assomar, uma vez que “até então, o voleibol assumia no Brasil características de esporte amador, isto é, dentre outras coisas, os atletas não recebiam retorno financeiro para jogar” (MOREIRA et al, 2008, p. 14). Nuzman lutou pelo fim da proibição a empresas de patrocinar o esporte e dificultou o êxodo de atletas ao exterior, o que era prosaico naquela época. Aqueles que se destacavam, naturalmente, almejavam os locais onde pudessem dar sequência à carreira no vôlei, sem precisar de trabalhos secundários. Medidas que só foram viáveis, pois “coerentemente, Nuzman tratou de solidificar sua base de apoio político-conservador e empresarial, buscando estratégias que propiciassem uma lógica na forma de administração da instituição esportiva de sua responsabilidade” (MARCHI JÚNIOR apud MOREIRA et al, 2007, p. 3).

Entretanto, para completar a equação, era necessário mais um elemento que desse visibilidade e repercutisse os jogos e seus desdobramentos. Com o surgimento de ídolos e a injeção de dinheiro na modalidade, o projeto de fazer o vôlei prosperar contou com “um aliado que, em grande escala, garantiu a manutenção deste quadro desde a década de 70, a televisão” (MOREIRA et al, 2007, p. 2). Graças a essa dependência mútua, alicerçada nas transmissões e suas audiências junto ao maior número de patrocínios, o esporte angariou novos fãs e ajudou Nuzman a ganhar cada vez mais prestígio. Como diz Debord (2000, p.18) “o espetáculo é a principal produção da sociedade atual”.

Com a televisão e a mídia corroborando com os projetos de Nuzman, não se tinha um modelo revolucionário senão ao que Debord (2000) descreveu como a economia desenvolvendo-se para si mesma. Segundo Nascimento (2007), a CBV foi criada em 1954 com intuito de difundir e fomentar o esporte por meio de cursos e escolinhas. Contudo, Nuzman enxergou outro meio de atingir o objetivo: apostando no marketing.

Seguindo essa lógica, o cartola se esforçou para que o Brasil sediasse, em 1977, os Mundiais masculino e feminino da categoria juvenil, conforme aponta Rocha (apud MOREIRA et al, 2007, p. 4). Já nos anos 80, ressalta Vlastuin et al (2008), percebeu-se a

necessidade de estruturar o vôlei mais ainda como um negócio, implementando modelos modernos de gestão e arregimentando federações estaduais, as quais tinham autonomia em seus estados, mas passaram a ser subordinadas a decisões da CBV em um plano mais abrangente. “As mudanças nas organizações esportivas, no âmbito macro e microestrutural (confederações, federações e clubes), sinalizam que as relações mercantis passaram a desempenhar um papel protagonista na condução do voleibol profissional brasileiro”, refletido, por exemplo, na relação com a mídia, solidificada em torno de princípios capitalistas de trocas e interesses (VLASTUIN et al, 2008, p. 21).

Antes de deixar a CBV para ser presidente do COB, Nuzman colocou em prática três iniciativas que sedimentassem de vez a posição do vôlei entre as preferências dos brasileiros. Massi (2015) enumera a contribuição do dirigente ao interceder pela inclusão do vôlei de praia nos Jogos Olímpicos, estimular a seleção feminina e revolucionar o campeonato nacional, que passa a se chamar Superliga. Repatriando atletas, sobretudo campeões olímpicos, e incentivando os clubes, foi possível tornar o vôlei um produto mais rentável, que atraía atenção da imprensa e patrocinadores. Em síntese,

Nuzman empregou no vôlei brasileiro a postura empreendedora que Juan Antonio Samaranch mantinha em relação ao COI. A comercialização do esporte e de seus eventos e uma nova visão de marketing esportivo geraram receita e atraíram investimentos públicos e privados. (MASSI, 2015, p. 183)

Para Marchi Júnior (2001), essa persistência ou obsessão em atingir determinados objetivos faz parte de um projeto político pessoal do dirigente que viabiliza a associação da sua imagem a um discurso de modernização e poder. Sendo assim, com todos seus passos bem calculados, Nuzman aumentou seus capitais, levando em conta a vertente de Bourdieu (1998). Além do capital econômico, o ex-alteta, advogado e dirigente via seus capitais político e social, sobretudo, recrudescerem acentuadamente. Esse acúmulo de prestígio, contatos, e experiência foi imprescindível para que alçasse voos mais altos à frente da principal entidade esportiva do país.

Em 29 de junho de 1995, durante um evento que reuniu cerca de 500 pessoas no Jockey Clube Brasileiro, no Rio, Nuzman foi finalmente empossado, como combinado com o até então presidente do COB André Richer, que passou a ser seu vice. Ao constituírem uma chapa na eleição de 1992, ficou decidido que Richer seria presidente até a supracitada data, enquanto caberia a Nuzman os três anos restantes do mandato, segundo

Massi (2015). Naquele instante, os presentes na cerimônia mal poderiam imaginar que testemunhavam o início de uma era que só se findaria com a prisão de Nuzman.

3.2 O discurso do rei: o auge de Nuzman nas Olimpíadas Rio-2016

O obstinado Nuzman sempre teve claro seu sonho: trazer as Olimpíadas para o Brasil. “Em seu discurso de posse, Nuzman lembrou que o desafio era transformar o Brasil em uma potência olímpica” (MASSI, 2015, p. 184), sendo a palavra de ordem profissionalismo. Tão logo assumiu a presidência do COB, levou adiante a candidatura brasileira, em 1997, para sediar os Jogos de 2004, fruto de uma mobilização inicial do prefeito do Rio à época César Maia. Não apenas fracassou como deixou uma dívida de R\$ 3 mi. Naquele momento, os cartolas perceberam a falta de expertise, mas, ainda assim, seguiram fiéis à proposta de inserir as cores verde e amarela de vez no cenário internacional. Como mostra Massi (2015), o COB trouxe ao Rio três eventos de destaque em anos consecutivos: a Feira Olímpica Mundial (1998), a Conferência Mundial do Esporte e do Meio Ambiente (1999) e a Assembleia Geral dos Comitês Olímpicos Nacionais (2000).

Mais que difundir o esporte e reunir líderes de todo o mundo, os encontros serviam como instrumento político, contando, inclusive, com a presença do presidente do Brasil no período Fernando Henrique Cardoso. O Poder Executivo já havia sinalizado uma preocupação com a pauta ao criar o Ministério Extraordinário do Esporte e nomear Pelé para chefiá-lo. Em meio a esse contexto, Nuzman

onipresente, esteve sempre na dianteira das ações, seja na luta por dinheiro para financiar o esporte, seja nos festejos pelas medalhas alcançadas. Elevou o nível dos resultados ao mesmo tempo em que arquitetava um sistema eleitoral rígido, no qual a figura do presidente ganhou aura de intocável.⁴⁴

Conforme exposto no capítulo anterior, a realidade do COB também mudou a partir da criação, em 2001, da Lei Piva, que destina verbas advindas da loteria esportiva. Com isso, a entidade passou a contar com uma verba permanente para investir no esporte, inclusive no escolar e universitário. Somada a ela, a Lei 11.428, de 2006, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, ampliou ainda mais a captação de finanças pelo comitê ao

⁴⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2606200541.htm>. Acesso em: 23 out. 2018.

permitir que empresas e pessoas físicas investissem em projetos esportivos parte do que pagariam no imposto de renda (MASSI, 2015).

Dessa forma, Nuzman ia acumulando prestígio e capital político. A escolha do Rio como sede dos Jogos Pan-Americanos 2007 ratificou o fortalecimento do cartola e do Brasil diante também da comunidade internacional. A Cidade Maravilhosa desbancou a candidatura americana de San Antonio pelo placar de 30 a 21, mesmo não sendo favorita. Para lograr êxito, salienta Almeida (2015), apostou no discurso do legado que o evento poderia proporcionar em comparação à concorrente, cuja ideia era usar a estrutura já existente. Outrossim, a persuasão baseou-se também no quesito financeiro, com o fornecimento gratuito dos direitos de televisão para todos países do continente e custeio de passagens de atletas e representantes das delegações.

O resultado ia de encontro a dois projetos: o primeiro, em termos diplomáticos, para ampliar a influência internacional do Brasil, e o segundo, de caráter mais pessoal, envolvendo Nuzman e seus apaniguados para ascensão política, como é o caso de Sérgio Cabral, cujas aspirações eram ambiciosas. Segundo Maleson, o ex-governador do Rio almejava usar os eventos como trampolim político para galgar degraus maiores e chegar à presidência do país. Em seu livro, Chade (2015) ratifica o quanto políticos se aproveitam dos megaeventos para se fortalecer diante do eleitorado e angariar apoio para cargos públicos, seja no Executivo ou no Legislativo. O jornalista mostra, por exemplo, como os estádios da Copa – e conseqüentemente a escolha das cidades-sede – eram carro-chefe para futuras eleições.

Fato é que a política é indissociável do esporte, sobretudo quando se trata de espetáculos de colossal visibilidade. Por coincidência, tanto política como olimpíadas são criações gregas, conforme lembra Galeano (2016). Dessa maneira, os esforços para sediar eventos de tal porte extrapolam as instituições esportivas e até mesmo as fronteiras nacionais. O assunto é tratado inclusive no âmbito da política externa e de relações diplomáticas, envolvendo diversos órgãos governamentais, algo cada vez mais recorrente e que ganhou força ao longo da história.

Política internacional, em grande medida, era algo reservado para presidentes, primeiros-ministros e ditadores, mas o ano de 1968 derrubou as fronteiras mentais quando milhões de jovens foram às ruas, seja por questões específicas (Guerra do Vietnã nos EUA, ditadura no Brasil) ou por temas universais, como feminismo, meio ambiente, terror nuclear ou a máxima “é proibido proibir”, de maio em Paris. E nenhum evento neste

ano era tão obviamente planetário quanto a Olimpíada, onde o mundo se encontra a cada quatro anos. (GALEANO, 2016, p. 29)

Nuzman, portanto, usufruiu de sua posição para se postular como figura imprescindível para que o Brasil sediasse eventos de destaque, principalmente as Olimpíadas. Tanto que sempre estava ao lado das lideranças políticas como o ex-presidente Lula, cuja participação foi essencial para assegurar a vitória da candidatura brasileira para 2016. De acordo com Cason e Power (2009), em seu governo, as viagens internacionais recrudesceram à medida que o engajamento do presidente também se expandia, propiciando maior visibilidade externa. A diplomacia brasileira, com seus objetivos ideológicos, usou como estratégia para obter mais influência o que Nye (2004) chama de *soft power*. Trata-se, pois, de medidas que afetem outros Estados, instituições ou pessoas sem lançar mão da coerção, isto é, optar por atrair por meio de valores, ideias, cultura e políticas em detrimento de sanções ou da força bélica. Na visão da cúpula brasileira, o esporte assumia papel decisivo para tais pretensões de como a comunidade internacional percebe o país.

O sonho olímpico tornou-se possível, portanto, com esforços conjuntos, apesar de as intenções de políticos e cartolas, em grande parte, se distanciarem e, até certo ponto, colidirem. Chade (2015) expõe isso ao afirmar que

na eleição do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, o Itamaraty enviou uma delegação justamente para negociar essa cooperação com vários países, o que influiu na votação. A instrumentalização do esporte também tem objetivos políticos. Não por acaso, a cooperação foi fechada principalmente com países africanos, árabes e latino-americanos (CHADE, 2015, p. 269)

Tal empreitada se deve a uma característica histórica do COI, conforme adiantado no capítulo anterior, de que nunca houve igualdade numérica entre membros de cada país ou continente na principal instituição esportiva mundial, como provam Giglio e Rubio (2017). “Essa desigualdade gera uma concentração de poder entre os membros com maior número de representantes e essa condição faz com que várias alianças sejam estabelecidas a fim de obter mais votos para um determinado representante” (GIGLIO & RUBIO, 2017, p. 302). As trocas de favores e a formação de alianças se institucionalizaram e viraram recorrentes, em contraposição ao ideal primitivo do movimento olímpico. As práticas, porém, saíram do controle e tornaram-se demasiado promíscuas, o que foi comprovado por investigações conduzidas pelo Ministério Público francês.

O sucesso da candidatura carioca, assim, acabou manchado pela o escândalo da compra de votos. As autoridades expuseram que Nuzman foi figura central de um esquema que repassou propinas de dois milhões de dólares ao senegalês Lamine Diack, um dos votantes africanos. Maiores detalhes das denúncias serão discutidos no próximo subcapítulo. Para o momento, interessa focar no processo que permitiu ao ex-presidente do COB se vangloriar de ter trazido às Olimpíadas ao Brasil.

O anúncio da vitória do Rio foi feito em Copenhague, na Dinamarca, em outubro de 2009. A candidatura carioca desbancou as fortes concorrentes Chicago, Madri e Tóquio em três etapas de votação. Na derradeira, derrotou a capital espanhola por 66 a 32, culminando em efusiva festa da comitiva brasileira, que reunia, além de Nuzman, o presidente Lula, o governador Sérgio Cabral e o prefeito do Rio à época Eduardo Paes. O ex-presidente da FIFA João Havelange também esteve presente, exercendo importante papel em defesa do Rio. Contribuíram ainda para o sucesso o forte apelo para que a América sediasse os Jogos pela primeira vez e o argumento de que a economia brasileira era uma das maiores do mundo. Somado a isso, pontos fracos das concorrentes, como baixo apoio popular e a o fato de já terem recebido a competição, foram bem explorados.

Após a decisão, todavia, Nuzman acabou ofuscado pelo discurso e pelas lágrimas de Lula. O ex-presidente roubou a atenção e recebeu elogios até de Joseph Blatter, presidente da Fifa no período, por afirmar, emocionado, que havia chegado a hora do Brasil. “Essa candidatura não é só nossa, é também da América do Sul, um continente com quase 450 milhões de homens e mulheres e cerca de 180 milhões de jovens, um continente que, como vimos, nunca realizou os Jogos Olímpicos. Está na hora de corrigir esse desequilíbrio”, disse Lula.⁴⁵ Em solo dinamarquês, coube a Nuzman o papel de coadjuvante.

O dia de agosto de 2016, ao contrário, elevou Nuzman ao centro das atenções do mundo todo. Sob os holofotes do Maracanã, ele discursou para arquibancadas lotadas e bilhões de pessoas que o assistiam pela TV, dos mais variados cantos do planeta. Finalmente, ele desfrutava do momento com o qual sempre sonhou, afagando seu ego. Em seu auge, tornou-se um personagem daqueles que Morin postulou como os que “encarnam os mitos da autorrealização da vida privada” (MORIN, 2011, p. 101). Aquele era seu

⁴⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1327013-5601,00-CHEGOU+A+NOSSA+HORA+DIZ+LULA+EM+DISCURSO+DE+DEFESA+DO+RIO.html>. Acesso em: 21 out. 2018.

Olimpo. Nuzman sentia-se Deus, mas provou-se humano ao cometer gafe em seu discurso e trocar a palavra “*success*”, em inglês, por “*sex*”.⁴⁶

“Celebramos um novo desafio, construir um mundo novo. Mais justo e fraterno, onde todos possam caminhar lado a lado sem obstáculos. É uma lição difícil, que nos faz mais fortes. Quando todos duvidam, nós brasileiros crescemos. Somos o país das realizações impossíveis”, declarou Nuzman durante a abertura. O cartola, em parte, tinha razão, embora, naquele instante, sequer imaginasse que a justiça que deixa brasileiros tão céticos logo o levaria do céu ao inferno, como veremos no subcapítulo a seguir.

3.3 Fim de uma era: da presidência ao presídio

“O melhor lugar do mundo é aqui, o Rio”, exaltava Nuzman em seu discurso de encerramento das Olimpíadas de 2016⁴⁷. O dirigente lembrou que foram sete anos de trabalho, recompensados pela história que a cidade fez. “Os Jogos Rio-2016 ficarão para sempre em nossa memória, a nossa paixão, e o que fizemos pelo esporte”, emendou. Ostentava diante do “maior estádio do mundo” o poder pelo acúmulo dos cargos de presidente do COB e do Comitê Local da Olimpíada, do qual se gabava sem pudores. “Nuzman, seja em fotos oficiais ou aparições midiáticas, apresentava-se e era retratado como uma figura altiva, de porte ereto, olhar firme e fala comedida, lembrando um senador romano de filme hollywoodiano” (LEÃO, 2017, p. 100) Era essa a imagem que o cartola se esforçava para exibir.

A tranquilidade reinante de Nuzman estaria com os dias contados. Antes mesmo de ser o centro das atenções do mundo, uma investigação do Ministério Público francês, iniciada em 2015, aglutinava provas para abalar a estrutura da principal entidade esportiva brasileira. Os procuradores franceses apuravam um caso de doping no atletismo quando se depararam com evidências que implicavam Nuzman e outros brasileiros a um esquema de compra de votos. O alvo inicial era Papa Diack, filho de Lamine Diack, ex-presidente da Federação Internacional de Atletismo (IAAF). Com os desdobramentos sobre o encobrimento de casos de doping, surgiram novos fatos que resultariam na operação batizada de *Unfair Play* (Jogo Sujo, em tradução literal) pelas autoridades brasileiras.

⁴⁶ Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/619565_sex-gafe-em-ingles-de-nuzman-durante-discurso-vira-piada-nas-redes. Acesso em 13 abr. 2019.

⁴⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/nuzman-em-discurso-sete-anos-de-luta-trabalho-mas-valeu-pena-19969115> Acesso em: 25 abr. 2019

Graças ao depoimento do ex-presidente da CBDG Eric Maleson, na França, o cerco começou a se fechar.

nossa reunião foi de oito horas de conversa. Eles disseram que iam seguir o meu caminho, e falaram que a gente se falava em alguns meses. Passado esse tempo, eles não podiam me falar os detalhes, obviamente, para não prejudicar a investigação, mas me falavam se estava indo bem ou mal. Perguntavam se eu podia tirar algumas dúvidas, eu tirava. A gente foi trocando umas ideias, depois da pesquisa que eles fizeram, do que eles já tinham, que era bastante coisa, mas dei a outra parte do quebra-cabeça. Conseguiram montar o todo e, a partir daí, chegaram aonde chegaram.⁴⁸

O MPF no Brasil voltou ainda mais suas atenções a Nuzman quando descobriu relações do Comitê Organizador da Rio-2016 com o dono da empresa Masan, Marco Antônio de Luca, preso na Operação Ratanouille, da Lava-Jato. Com seis contratos firmados entre o comitê e a empresa, o dirigente esportivo passou, oficialmente, a ser investigado, já que os procuradores notaram indícios de propina que comprometiam inclusive o ex-governador Sérgio Cabral. Não tardou para que a polícia federal cumprisse mandados de busca e apreensão em sua mansão no Leblon, bairro nobre do Rio, por suspeitar que o cartola era o elo em esquema de propinas para compra de votos que assegurassem a vitória da candidatura olímpica brasileira.

“No dia 5 de outubro de 2017, o então presidente do COB e ex-presidente do comitê organizador dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, o senhor Carlos Arthur Nuzman, era conduzido à prisão por agentes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal do Brasil” (MAZZEI, 2018, p. 203). Também foi preso seu braço-direito, Leonardo Gryner, ex-diretor de operações do comitê Rio-2016, acusado de fazer os contratos e azeitar as relações para o repasse das propinas aos membros africanos. Assim, a dupla intermediava pagamentos que envolviam, do outro lado, Cabral e o empresário Arthur Soares - o “Rei Arthur”-, que mantinha contratos de prestação de serviços ao estado do Rio. Os depósitos a Diack, dias antes da escolha da sede olímpica de 2016, foram feitos pela offshore, nas Ilhas Britânicas, Matlock Capital Group, controlada por Soares.

A simbologia do acontecimento, de acordo com Leão e Dennison (2017), é bem expressiva:

A imagem de Carlos Arthur Nuzman sendo conduzido por agentes da lei transmite o estado no qual a política brasileira se apresenta desde 2013, um momento em que há o combate à corrupção, e figuras, antes tidas

⁴⁸ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

como inatingíveis, começam a ver sua posição na sociedade ameaçada. Por tratar-se do principal dirigente esportivo do país, as fotos também simbolizam o esporte brasileiro como uma instituição marginalizada e que não colabora com o Soft Power da nação em todo o seu pleno potencial. (LEÃO & DENNISON, 2017, p. 105).

Ainda mais contundente foi a evolução no patrimônio de Nuzman nos últimos 10 anos à frente do COB, período que coincide com o Pan e as Olimpíadas do Rio: aumento de 457%, segundo o MPF. Entre os bens ocultos do cartola, constavam 16 barras de ouro de 1kg, mantidas na Suíça, que renderam a seguinte declaração da procuradora Fabiana Schneider: “Enquanto os medalhistas olímpicos buscam a sua tão sonhada medalha de ouro, dirigentes do Comitê Olímpico guardavam o seu ouro na Suíça”. Por isso, o dirigente foi indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. As acusações que pesam sobre o cartola devem ir além, de acordo com Maleson:

Ele tinha em casa mais de um milhão em diferentes tipos de moedas de vários países. Quem guarda mais de um milhão em casa? Descobriram também através de uma empresa das Ilhas Virgens Britânicas, que é um paraíso fiscal, um apartamento em Nova York avaliado em mais de um milhão de dólares e as barras de ouro na Suíça. É uma lista grande. Esse primeiro processo que ele está respondendo é só para tratar a compra de votos, mas tem mais vindo por aí. Um deles é da evasiva fiscal, porque ele não declarou todas as barras. Tentou corrigir o erro depois, mas já era; foi comprovada a má-fé.⁴⁹

Dias após a prisão, o COI anunciou a suspensão provisória de Nuzman de suas funções relacionadas à entidade, inclusive seu posto de membro, para o qual foi eleito em 2000. Além disso, as verbas destinadas ao COB foram congeladas, exigindo contrapartidas para normalizar o repasse. Demorou duas semanas para que o dirigente fosse solto e trocasse a cadeia por medidas cautelares, graças ao habeas corpus concedido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em fevereiro de 2018, o MPF pediu a volta de Nuzman à prisão, alegando que, solto, ele poderia eliminar provas e prejudicar a investigação. Entretanto, os ministros do STJ negaram a solicitação, contrariando, inclusive, a expectativa popular. Para Foucault, “o tribunal não é a expressão natural da justiça popular mas, pelo contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la, reinscrevendo-a no interior de instituições características do aparelho de Estado” (FOUCAULT, 1979, p. 75)

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. V. apêndice B.

Maleson lamenta que haja interesses para descredibilizar depoimentos e provas reunidas.

a secretária do COB confirmou que, de fato, o Papa Diack ligava, insistia especificamente nos pagamentos. Foi bem clara na declaração dela. A própria secretária do Nuzman já falou. Esse é um detalhe importante. Não fosse suficiente, além da secretária do Nuzman, também fui lá e dei meu depoimento. Ouvi da boca do secretário que eles foram à África e resolveram pagando. E mais uma: o próprio secretário, que era amigo de infância do Cabral, confessou à Justiça, que ofereceu uma leniência para ele. Ele confirmou na lata que foram comprados quatro votos africanos. O próprio secretário do Cabral falou isso. Pessoal está querendo desvalorizar a declaração dele, dizendo que ele poderia ajudar o Cabral de outras maneiras, não era focando na compra de votos. Ele podia dar essa declaração por outros motivos, mas se falou do voto é porque é verdade.⁵⁰

Ao observar o ordenamento jurídico, Foucault postulou que a justiça penal não foi obra da plebe ou do campesinato, mas sim da burguesia, enquanto importante instrumento de divisão e poder. “O tribunal, arrastando consigo a ideologia da justiça burguesa e as formas de relação entre juiz e julgado, juiz e parte, juiz e pleiteante, que são aplicadas pela justiça burguesa, parece-me ter desempenhado um papel muito importante na dominação da classe burguesa” (FOUCAULT, 1979, p. 87). O funcionamento e a tramitação do processo, por sua vez, tendem a favorecer os acusados detentores de recursos, como explicita a estratégia da defesa em arrolar 40 testemunhas, sendo que metade delas vive no exterior. A artimanha ajuda a retardar o caso. Entre os nomes, constavam o de Pelé, o rei da Holanda, Willem-Alexander, e o príncipe Albert II, de Mônaco. Nas palavras do jornalista Juca Kfourri, “é óbvio que Carlos Arthur Nuzman, o complicado ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e do Rio-16, convoca testemunhas que não têm como complicá-lo ainda mais”.⁵¹

Enquanto aguarda o julgamento, Nuzman segue prestando esclarecimentos ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio, valendo-se do discurso de que desconhece qualquer esquema de compra de votos. A justificativa para suas barras de ouro foi a crise econômica, que o motivou a trocar dinheiro em espécie por elas. A credibilidade do dirigente, entretanto, é afetada pelos fatos: mesmo negando receber salário como

⁵⁰ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

⁵¹ Disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2018/06/pele-e-lula-nao-sabem-nada/>. Acesso em: 20 jul.2018.

presidente do COB, a própria entidade revelou que Nuzman recebeu, em 2017, um salário mensal de R\$ 23 mil.⁵² A exemplo do principal nome do alto escalão, outros funcionários do COB, conforme exposto anteriormente, mantinham remunerações exorbitantes, o que sofreu um impacto com a prisão da Nuzman e a consequente ascensão de Paulo Wanderley, seu sucessor na chefia da entidade.

Homens de confiança de Nuzman foram demitidos pela nova direção do COB, que promete reestruturar os quadros institucionais. Dono do maior salário da era Nuzman – R\$ 88 mil mensais -, o secretário-geral Sérgio Lobo foi desvinculado do COB, assim como Bernard Razjman, ex-diretor de relações institucionais e amigo íntimo do ex-presidente, que abocanhava, por mês, R\$ 45 mil.⁵³ A quantia é similar à que recebia Edgar Hubner, gerente-geral dos Jogos Escolares da Juventude, destituído do cargo.⁵⁴ A lista conta com outros nomes, não obstante ainda consta na folha de pagamento vencimentos anuais próximos ao que recebem algumas confederações esportivas via Lei Piva. Há casos em que o montante chega a mais de R\$ 600 mil, pelo fato de gerentes-gerais serem agraciados com outros três salários adicionais, fora o décimo terceiro. A redução dos quadros da entidade, com a demissão de 40 funcionários nos dois primeiros meses da gestão de Paulo Wanderley, isentou o seleto grupo de nove pessoas que, juntas, representam gastos na ordem de R\$ 5 milhões ao comitê.⁵⁵ Todos foram conduzidos a seus cargos por Nuzman.

O ex-presidente acabou se tornando vítima do espetáculo apregoado por Debord (2000) e que o cartola sempre encampou. Assumia esse conceito como “algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível”. Nuzman confundia-se com a imagem espetacular que sempre almejou, mas que foi responsável por derrubá-lo. Como definiu o filósofo, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2000, p. 14). Concomitantemente, a sociedade é levada à alienação. Nessa discussão reside a função dos meios de comunicação, pois, como pontuam Amaro e Helal, “a mídia detém um papel de centralidade na formação das opiniões” (AMARO & HELAL; 2015, p. 69). Para expor sua “mercadoria” e vender seu “produto”, que é a informação, a imprensa, utiliza-se da ideia de espetáculo na qual o

⁵² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/01/1954872-nuzman-ganhou-r-212-mil-em-salarios-do-cob-em-2017.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2019.

⁵³ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/cob-demite-dono-do-maior-salario-da-era-nuzman-o-secretario-geral-sergio-lobo.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁵⁴ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/cob-demite-gerente-dos-jogos-da-juventude-que-ganhava-r-44-mil-por-mes.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁵⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/12/1944333-cob-enxuga-folha-e-corta-aliados-de-nuzman-mas-mantem-supersalarios.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2019.

personagem central está envolto, como ratificam os capítulos da novela Nuzman. Do auge à derrocada, os elementos que iam assomando constituíram a narrativa midiática que costurava a opinião pública. Conforme Pimenta (2011), a mídia tem o poder de escolher o tom, o que divulgar, como abordar, impactando na formação das percepções individuais que compõem a opinião pública.

Ao misturar o público e o privado, em detrimento do bem-comum, Nuzman colocou-se diante de uma encruzilhada que o submeteu aos olhares de agentes políticos, como a imprensa e a sociedade civil. Esta é “formada por indivíduos com autonomia de geração e consumo de informação, através de aparatos técnicos cada vez mais acessíveis, pode amplificar o alcance de seus descontentamentos” (AMARO & HELAL, 2015, p. 70). Diante da cobertura dos desdobramentos do seu caso, outras instituições ficam à luz do escrutínio público, o que as pressiona a tomar decisões assertivas e prestar contas ao povo, ávido por justiça. Nuzman virou o centro das atenções nas cerimônias olímpicas e, mesmo após o principal evento esportivo do mundo, continuou atraindo os holofotes para si, embora não da maneira que supunha. A esfera pública, estuda por Habermas (2003), constituiu-se como espaço de crítica e discussões sobre cada novo elemento que irrompia ao debate. Com a imprensa atenta a cada movimento, as consequências pesaram sobre o COB, que conseguiu seu primeiro patrocínio pós-Nuzman em março de 2019. A entidade chegou a ter suspensos R\$ 20 milhões mensais de seu orçamento por conta de irregularidades em convênios firmados na era Nuzman e dívidas herdadas de sua gestão. A título de ilustração, COB e confederações receberam mais de R\$ 611 milhões de empresas estatais entre 2008 e 2017, cujo destino era desconhecido até mesmo por órgãos de fiscalização.

Os dirigentes de entidades como COB e CBF costumam agir a seu bel-prazer já que as entidades são privadas, e a corrupção nessa modalidade não é crime no Brasil. No entanto, quando verbas públicas são destinadas às entidades, elas precisam de transparência no que tange a sua aplicação. Em entrevista ao Nexo⁵⁶, o professor de direito penal da USP Almiro Netto explica que, a partir dos anos 1990, muitas empresas passam a assumir funções que competiam à administração pública, com poder de afetar um sem-número de pessoas, mesmo que indiretamente. Por isso, ele acredita que há uma lacuna normativa. No caso de Nuzman, ele extrapolou os limites entre público e privado de tal

⁵⁶ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/14/Por-que-o-Brasil-n%C3%A3o-pune-corrup%C3%A7%C3%A3o-privada>. Acesso em: 10 out. 2018.

forma, cometendo uma série de ilicitudes que não havia como se livrar de acusações, lesando o bem-comum. Harvey (apud AMARO et al, 2015) imputa a deterioração desse bem-comum à ânsia pelo ganho individual, o que é reforçado por Sodré (2012), ao argumentar que o sucesso pessoal é um dos valores sociais mais estimados pelas pela sociedade no âmbito geral do neoliberalismo econômico. A verificar pelas repercussões judiciais e as implicações na estrutura do COB – ainda que a entidade mantenha sua configuração basilar, sem mudanças radicais no poder –, a constatação é inequívoca: o império de Nuzman ruiu.

No próximo capítulo, será traçada uma análise da cobertura midiática, avaliando discursos, representações, foco e conteúdo. Qual o papel e o impacto da imprensa na manutenção de poder em entidades como o COB? As discussões a seguir, perpassando conceitos de agenda-setting e outras teorias jornalísticas, bem como comparações entre o jornalismo investigativo independente, caso da Agência Sportlight, e o jornalismo diário dos grandes veículos, sobretudo os especializados, pretendem dar conta de responder essa pergunta.

4. JORNALISMO INVESTIGATIVO X DIÁRIO

O famoso caso do Watergate, geralmente, é um dos primeiros a serem lembrados quando se fala em jornalismo investigativo. Trata-se do escândalo político que culminou na renúncia do presidente dos Estados Unidos Richard Nixon, em 1974, dois anos após a eleição que o alçou ao poder. Repórteres do jornal *The Washington Post* revelaram que ele usou dinheiro não declarado para espionar adversários durante a campanha. O fato que despertou a curiosidade dos jornalistas foi a prisão de cinco homens flagrados tentando instalar equipamentos de espionagem na sede do partido Democrata, o edifício Watergate – daí o nome do caso, que representou um marco na história da investigação jornalística. Mas o que, de fato, se enquadra nessa modalidade?

Segundo Lage (2001), o jornalismo investigativo demanda tempo e esforço, além de resultar, amiúde, em textos extensos, que podem virar, inclusive, livros ou documentários. Uma boa reportagem, portanto, requer que o profissional siga passos que começam pela concepção, seguida da verificação de sua viabilidade. Dessa forma, ela pode partir de

pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas (uma pequena nota em jornal japonês deu origem à famosa reportagem sobre o massacre de Mi Lai, no Vietname) ou a observação direta da realidade. (LAGE, 2001, p. 61)

Antes de iniciar a apuração, é aconselhável que o jornalista se familiarize com o assunto e formule um plano de ações, levando em conta custos e métodos, por exemplo. Uma vez estruturado, parte-se à consulta de fontes e documentos até que o material coletado passe por uma reavaliação que dê conta de preencher as lacunas em aberto, para, finalmente, escrever a reportagem, revisá-la e publicá-la (LAGE, 2001).

Todo esse processo pressupõe técnicas específicas que extrapolam, em certa medida, aquelas empregadas no jornalismo diário, embora sejam muito parecidas. Como salienta Fortes (2005), “o que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração” – ainda que não se exclua a pressão de prazo. Por isso, ele sustenta que o sucesso da reportagem investigativa está atrelado a uma pesquisa minuciosa, à paciência e à persistência do repórter, bem como à sua curiosidade e discrição. Tais características se justificam pelo fato de serem necessárias checagens contumazes, a fim de que não haja quaisquer incongruências. Tanto que Fortes (2005) pontua que, por mais dolorido que

possa ser, se preciso, deve-se abortar a pauta, sobretudo quando forem temas sensíveis. Jamais se pode prescindir da precisão e da clareza, que devem ser tratadas com diligência. Há de se ter claro que a atividade jornalística deve estar fundamentada de acordo com princípios éticos.

A diferenciação em relação às *hard news* do cotidiano calca-se também no fato de que as reportagens investigativas não ficam ultrapassadas no dia seguinte. Ao contrário das notícias diárias, que apresentam maior linearidade, elas requisitam “uma disciplina para explorar múltiplas versões, confrontar e cruzar as informações na tentativa de reconstituir o acontecimento, sua trajetória e causas” (NORONHA et al, 2017, p. 5).

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ser obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de press-release. “Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa”. (SEQUEIRA, 2005, p.74)

Faz-se necessário, pois, uma minuciosa contextualização que requisita conhecimentos mais expressivos sobre determinado assunto. Para se explorar bem todas as possibilidades de um tema e deixá-lo inteligível, recomenda-se consultar um especialista. Como salienta o manual de jornalismo investigativo da Unesco, “obter um documento não é o mesmo que entendê-lo. A linguagem dos relatórios oficiais no setor público ou privado é frequentemente bem particular, e requer interpretação” (HUNTER, 2013, p. 35). Por isso, aconselha encontrar um intérprete, alguém familiarizado com a linguagem e o conteúdo. Dessa maneira, essas pessoas podem apontar histórias mais relevantes e perceber, com mais facilidade, desvios de padrões.

Ainda que a essência das técnicas de jornalismo investigativo permaneça, bem como a ética envolvida nesse processo, houve transformações contundentes na profissão a partir da emergência de novas tecnologias entre os séculos XX e XXI. Essas mudanças “desenvolveram procedimentos de apuração mais sofisticados, mais dependentes de um trabalho em equipe e, muitas vezes, multidisciplinar” (NORONHA et al, 2017, p.8).

As iniciativas e equipes voltadas ao jornalismo investigativo ficaram mais enxutas com as mudanças pelas quais passou o jornalismo, sobretudo no Brasil. Um dos fatores para o arrefecimento do poder de investigação é a “organização de grupos interessados em utilizar a imprensa para fins políticos e econômicos, de promoção pessoal, partidária ou,

simplesmente, institucional-ideológica” (LAGE apud FORTES, 2005, p. 21). Um exemplo que ilustra bem a questão são os procuradores da República, os quais ganharam um poder mais amplo de investigação a partir da Constituição de 1988, que garantiu a autonomia e a independência do MPF. Como salienta Nascimento (2017),

Esse novo modelo só foi regulamentado em 1993, e apenas a partir daí o Ministério Público pode se reestruturar, fazendo novos concursos e ampliando sua estrutura física. É por isso que promotores e, principalmente, procuradores da República só começam a se destacar como fontes frequentes de reportagens com denúncias por volta do final da década de 1990, aparecendo assim em anos eleitorais, que compõem o foco do estudo, em 1998 e, mais fortemente, a partir de 2002 (NASCIMENTO, 2017, p. 7).

Ao analisar a cobertura da Lava Jato nas principais revistas do país, Nascimento (2017) percebeu que quase a totalidade das reportagens veiculadas – levando-se em conta o recorte do autor – eram resultado de investigações oficiais e não da ação do repórter. Assim, os jornalistas recebiam informações de procuradores, policiais federais, advogados de defesa, muitas vezes transmitidas de forma pública e transparente, como em entrevistas coletivas, ou por meio de vazamentos. A tese é encampada pelo jornalista Lúcio de Castro, que atribui essa constatação à falta de vontade de apurar e à falta da sistematização de equipes de jornalismo investigativo. Com a predominância de reportagens oriundas de vazamentos de partes interessadas, o trabalho da imprensa é prejudicado, segundo ele, uma vez que “fica sujeito aos interesses em jogo apenas”⁵⁷. Na sequência deste trabalho, ficará mais fácil visualizar essa situação a partir da análise de matérias da grande mídia neste capítulo.

Conforme nota Noronha (2017), este cenário abriu brecha para o surgimento de sites independentes com foco em jornalismo investigativo. A Agência Pública, fundada em 2011, por exemplo, começou a mapear essas iniciativas alheias a grandes veículos de comunicação, políticos e outras organizações⁵⁸. Entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, a agência contabilizou 79 iniciativas independentes seguindo critérios preestabelecidos e rigorosos. Além delas, outras 113 foram indicadas pelos leitores. A partir das informações obtidas, constatou-se que, de 2013 para 2014, a fundação de novas

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 06/05/2019. Ver apêndice B.

⁵⁸ Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

organizações saltou de cinco para 18⁵⁹. Portais mais conhecidos como Nexo, O Antagonista, Agência Lupa e Jornalistas Livres compunham a lista.

Contudo, dentre as mais de 200 iniciativas, nem 2% se descreviam como sendo de jornalismo investigativo ou faziam qualquer menção à prática, conforme identificou Noronha et al (2017). Configuravam-se como tal

a Volt Data Lab, uma agência dedicada a produzir reportagens e investigações a partir de dados; o Marco Zero Conteúdo, com reportagens aprofundadas e investigativas, com temas de interesse público; e o Jornal Já, que há 30 anos traz reportagens especiais e investigativas sobre a região da grande Porto Alegre. (NORONHA et al, 2017, p. 4)

Fundada em dezembro de 2016, a Agência Sportlight de Jornalismo Investigativo não entrou na lista por questões temporais. Hoje, certamente, figuraria no seleto grupo das iniciativas independentes que foram mapeadas. Como será visto a seguir, seu trabalho voltado a desmascarar e descortinar os bastidores escusos do esporte pode, inclusive, pautar os grandes veículos, explicitando sua utilidade para o jornalismo brasileiro.

4.1 Agência Sportlight: jornalismo investigativo, independente e imprescindível

A Agência Sportlight de Jornalismo Investigativo é uma iniciativa independente que foi ao ar em 20 de dezembro de 2016, graças ao jornalista e historiador Lúcio de Castro, filho do renomado jornalista Marcos de Castro. No texto de apresentação do site, destaca que o foco primordial é a cobertura das mazelas do esporte, mas não se limitaria a isso. “Nem só de reportagens, embora modalidade principal, pode se dar ao luxo um site que pretende alguma constância nas publicações”⁶⁰, ressaltou o autor. Para facilitar a distinção entre os gêneros, criou uma seção só para reportagens e outra destinada às opiniões.

Lúcio forjou sua carreira em torno da imagem de um gabaritado jornalista investigativo. Trabalhou no Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, O Globo, TV Globo, Sportv e ESPN Brasil, de onde foi demitido em 2014. Em entrevista à Agência Pública, revelou que a direção do canal sequer lhe deu uma satisfação, embora ele soubesse o real motivo. “A gente sabe o que acontece, a gente sabia o porquê daquilo – tinha mudado a

⁵⁹ Disponível em: <https://apublica.org/2016/11/o-que-descobrimos-com-o-mapa-do-jornalismo-independente/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

⁶⁰ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2016/12/20/apresentacao/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

direção, estavam fechando contrato de direitos de transmissão”⁶¹, disse, lembrando uma das críticas que faz ao jornalismo atual, por viver preso a interesses políticos e econômicos.

Tive um chefe que, antes de cada matéria que iríamos escrever, fazia um mapinha. “A matéria é sobre o quê?”. Aí a gente falava para ele e começava o mapinha. “Vou ter problema aqui, com esse cara aqui, esse vai me ligar, esse vai me pedir sua cabeça, mas vou segurar, esse vai me pedir direito de resposta etc.” Aí ele olhava e equilibrava tudo, identificava os problemas que teria e falava: “Pode tocar” ou “Não pode tocar”. Quando falava que envolvia o prefeito, por exemplo, ele não queria, muitas vezes. Aí falava: “Vamos ver, aprofunda isso mais um pouco”. No mapinha, ele achava que as dores de cabeça que teria não valiam a pena.⁶²

Nas grandes empresas de comunicação, Lúcio conta que já sofreu “pressão, ameaças de processos, processos efetivos, pedidos de cabeça e demissão”⁶³. Foi por esse motivo que resolveu trabalhar por conta própria, criando sua agência independente. Pelas referências do jornalista, não é à toa que o nome é inspirado no grupo de investigações do jornal Boston Globe, imortalizado no filme *Spotlight*, ganhador do Oscar de melhor longa metragem em 2016. Lúcio faz questão de frisar na apresentação do portal que “não tem nada a ver com fazer uma cobertura light do esporte. É sim ao “Spotlight” que tenta iluminar tudo aquilo que alguém quer esconder”⁶⁴. Também salientou que sua “lanterna” percorreria “o esporte brasileiro, com seus milhões de verba pública envolvidos sem mecanismos de controle, ou ainda os milhões privados mas de interesse público, blindados na promiscuidade que juntou igreja e estado em nosso jornalismo e fez com que eventos e jornalismo se tornassem uma coisa só”⁶⁵.

Para cumprir sua missão, Lúcio de Castro recorre, em grande parte, a fontes abertas, isto é, aquelas que estão disponíveis ao público. Hunter (2013) assinala que, ao usá-las, o jornalista não fica dependente de que fontes humanas lhe revelem algo, como faz a maioria dos profissionais. O autor expõe que é mais fácil fazer com que alguém confirme uma informação do que conseguir que a pessoa se voluntarie a contar algo. Dessa forma, pode-se encontrar documentos valiosos em Cortes, tribunais, juntas comerciais, cartórios,

⁶¹ Disponível em: <https://apublica.org/2016/07/lucio-de-castro-e-vinicius-konchinski-debatem-a-cobertura-jornalistica-nos-megaeventos-esportivos/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁶² Disponível em: <https://apublica.org/2016/07/lucio-de-castro-e-vinicius-konchinski-debatem-a-cobertura-jornalistica-nos-megaeventos-esportivos/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁶³ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 06/05/2019. Ver apêndice B.

⁶⁴ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2016/12/20/apresentacao/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

⁶⁵ Idem.

bibliotecas, agências governamentais, relatórios e comunicados de empresas estatais, entre outros. Caso alguma informação não esteja desvelada, o jornalista – ou qualquer outro cidadão – tem o direito de solicitá-la via Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o acesso constitucional de acesso às informações públicas. Nas matérias da Agência Sportlight, por exemplo, Lúcio de Castro deixa claro quando os dados foram obtidos via LAI.

Segundo Hunter (2013), há uma fórmula de dedução que confere poder ao jornalista. O primeiro passo é começar com dicas e pistas para, doravante, elaborar uma hipótese sobre fatos ainda desconhecidos. Com isso, há de se buscar a ratificação em fontes abertas e, por último, perguntar a pessoas que possam complementar o que já foi obtido. Elas também podem indicar quais fontes usam em dado setor. Assim, Hunter sugere que os profissionais acessem com frequência essas fontes para manter o hábito e se familiarizar com elas. Seguir essa cartilha, por exemplo, permite que a Agência Sportlight consiga matérias que não constam na grande mídia, mesmo com as discrepâncias financeiras, políticas e de audiência em comparação a iniciativas independentes. Lúcio reforça que trabalhar sozinho

certamente não é o mesmo que ligar ou mandar e-mail para alguém pedindo em nome de uma TV ou jornal importante. Mas os anos de profissão, sua carreira, diminuem um pouco essa distância. Quando um tema é forte, nada segura. E a possibilidade de busca de documentos públicos é possível para todos. Ainda que grandes meios sempre tenham mais recursos até para isso.⁶⁶

As dificuldades inerentes a iniciativas independentes não desobrigam, no entanto, jornalistas de respeitar os limites éticos e seguir com seu ofício mesmo diante de pequena repercussão de matérias ou da ausência de consequências para personagens implicados em escândalos. Lúcio de Castro crê

que ao jornalista não deve ser o caso de ficar pensando no desfecho, na punição. A obrigação é cumprir seu dever no ofício. O que irá acontecer já não cabe mais a ele. Se nada acontecer, como é na maioria das vezes, o profissional de imprensa tem que saber que fez o que tinha que fazer. E partir para a próxima.⁶⁷

Fundamentada nesse ideal de jornalismo, a Agência Sportlight denunciou, em mais de 100 reportagens publicadas até a conclusão deste trabalho, casos de corrupção no

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 06/05/2019. Ver apêndice A.

⁶⁷ Idem.

esporte, empresas envolvidas em esquemas, patrimônios ocultados por políticos e mais uma série de ilicitudes. Algumas delas ecoaram em grandes veículos de comunicação, enquanto outras não tiveram atenção. Boa parte delas tinha Nuzman como personagem central e serão foco de nossa análise a seguir. Quando fundou a agência, em 2016, Lúcio de Castro disse, no texto de apresentação, acreditar que seria um “fracasso digno de Darcy Ribeiro”⁶⁸, que dizia que seus fracassos eram sua vitória e detestaria estar do lado de quem o venceu. No entanto, o jornalista também prometeu que, enquanto o dia do insucesso de sua empreitada não chegava, “a intenção era dar dor de cabeça aos de sempre”⁶⁹. Por isso, esta monografia se propõe a comparar, nos próximos subcapítulos, como ele cumpriu sua missão no caso Nuzman em comparação à imprensa especializada de grandes meios de comunicação, nos quais, segundo Lúcio, as investigações são “praticamente próximo de zero, salvo a iniciativa individual de alguns poucos profissionais, muito mais pelo ímpeto deles do que de qualquer órgão”⁷⁰.

4.1.1 Métodos da análise

Discurso, como o nome pressupõe, implica movimento, manifestado pela apropriação da linguagem por um emissor que comunica algo em suas diversas interações cotidianas. Ao se dispor a este papel ativo, o emissor prefigura-se como sujeito de uma ação social, capaz de significar o mundo, persuadir, ordenar, classificar e construir um entendimento (MANHÃES, 2006). Na lógica foucaultiana, “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”, ou seja, é fruto da avaliação que as pessoas fazem da realidade, originando novos personagens e desestabilizando relações (FOUCAULT, 1996, p. 49). Trata-se, pois, de uma prática social e um objeto de desejo, definido pelo filósofo como

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008, p. 136).

⁶⁸ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2016/12/20/apresentacao/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 06/05/2019. Ver apêndice A.

Tal concepção norteia os princípios da análise de discurso francesa, que prima pela desconstrução textual e pelo assujeitamento, a fim de perceber como ele se estruturou e se consolidou. A partir disso, Foucault propõe que se fale em discursos, no plural, os quais estão envoltos em relações de poder para existirem e são perigosos se servirem a interesses. Isso é caracterizado por disputas, interdições, imposições que podem ser notadas por procedimentos externos e internos, conforme o filósofo preconiza. Resultam, assim, de uma complexa rede de trocas até que se disseminem pelo tecido social.

Dadas as definições, a análise das reportagens da Agência Spotlight requer a observação das formas de controle para produção dos discursos. Foram publicadas, no portal, 28 reportagens cujo foco é Nuzman ou o COB, desde a fundação da agência até a conclusão deste trabalho. Cabe, então, verificar nelas os chamados sistemas de exclusão e os processos de delimitação, segundo a teoria de Foucault. Assim, ditam o que pode ser dito, por quem e em que circunstância. Há três formas de interdição: tabu do objeto, direito privilegiado de fala e censura (ritual da circunstância). Todas são parte do primeiro sistema, que ainda execra a palavra do louco e postula a condição de vontade de verdade. Nas palavras do filósofo, “louco é aquele cujo discurso não circula como o dos outros”, já que não é assumido como verdadeiro e causa estranheza por subverter a ordem (FOUCAULT, 1996, p. 10). Para ele, há, por conseguinte, uma vontade de verdade, na qual o poder se manifesta quando o discurso é aceito, mesmo que não seja condizente com os fatos. Daí empreende-se que a retórica assume papel importante.

Em relação aos processos internos, o comentário, o autor e as disciplinas compõem sua égide. Em suma, o comentário diz respeito à repetição de discursos, mas desempenhando ainda o papel de dizer o que estava oculto. O autor é outro princípio de rarefação que restringe o acesso ao discurso, por ser encarado como “aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 1996, p. 28). Por fim, a organização das disciplinas impõe determinadas regras, inerentes a um campo específico, às quais o discurso deve se adaptar, isto é, deve se inscrever em certo horizonte teórico que lhe confira validade e credibilidade.

Os estudos do filósofo francês subsidiam a análise ao lado das postulações de Fairclough, que atribui, em sua teoria, uma dimensão dialética ao discurso: ao mesmo tempo em que é moldado, ele é constitutivo da estrutura social. Essa moldagem se dá por relações de poder e ideologia, com efeitos sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa forma, para o

filósofo britânico, o discurso contribui tanto para reproduzir a sociedade como para transformá-la. Justamente por isso ele acredita que o discurso pode ser visto como uma prática política e ideológica, sem serem independentes, embora a primeira seja percebida como uma categoria superior. Tem-se, pois,

o discurso como prática política e não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Para simplificar, é válido visualizar uma concepção tridimensional, que abarca texto, prática discursiva e prática social, possibilitando uma análise ambivalente com a descrição e a interpretação do discurso, conforme argumenta Fairclough. A primeira pode ser dividida em quatro itens – vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual –, ao passo que a segunda foca em outros três – tipos de atos de fala, coerência e intertextualidade. É necessário pontuar que a prática discursiva, segundo o filósofo, envolve ainda processos de produção, distribuição e consumo, com suas naturezas variando de acordo com fatores sociais (FAIRCLOUGH, 2001). No caso do jornalismo, por exemplo, não há como desconsiderar as rotinas complexas que perpassam o acesso às fontes, a decisão do local de publicação, a edição da reportagem, isto é, processos que selecionam, classificam e ordenam o conteúdo seguindo princípios editoriais, organizacionais ou mesmo particulares do repórter.

Outra questão que vale ressaltar dessa teoria é a concepção de ideologia e hegemonia na prática discursiva. Para Fairclough (2001), aquela é a significação da realidade em suas várias dimensões que contribui para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação, enquanto esta é

liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões nos meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122)

Sendo assim, pelo pensamento do filósofo britânico, não é factível ler as ideologias nos textos por estarem suscetíveis a interpretações díspares. Isso também se explica por elas estarem localizadas nas estruturas e nos eventos, isto é, manifestam-se em sociedades dotadas de relações de dominação com base na classe, gênero, grupo cultural e afins. Já a luta hegemônica deve ser compreendida em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos mais ou menos instáveis que lhe conferem um equilíbrio. Em outras palavras, as combinações envolvendo as ordens do discurso desencadeiam graus variados para reprodução ou transformação de determinada realidade (FAIRCLOUGH, 2001).

Para verificar tais ideias que fundamentam a teoria do britânico, é essencial, na análise das reportagens da Agência Sportlight, se debruçar sobre conectivos, argumentação, transitividade, tema, significado e criação de palavras e uso de figuras de linguagem, sobretudo metáforas. No entanto, como se trata de uma análise que requisita dois níveis, não se pode prescindir da matriz social do discurso, seus efeitos ideológicos e políticos, bem como da intertextualidade, das condições de prática discursiva e das cadeias interacionais (FAIRCLOUGH, 2001).

Com o intuito de agregar a essa perspectiva analítica, recorre-se ainda a Orlandi (2007), para quem as palavras também estão embutidas de silêncios, o que chama de “reduo do possível”. Logo, o silenciamento não deve ser entendido apenas como processos que limitam os sujeitos no percurso de sentidos, mas sim como horizonte e garantia do movimento desses sentidos. Segundo a autora, há o silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”; e a política do silêncio que se subdivide em silêncio constitutivo – “indica que para dizer é preciso não dizer” – e silêncio local, a censura propriamente dita (ORLANDI, 2007, p. 24).

Dessa maneira, para o escopo deste trabalho, cabe adotar a ideia do silêncio como fundante, ou seja, sem ser interpretado como falta. Uma alternativa é captar a linguagem como um excesso. Para a autora, “não podemos observá-lo senão por seus efeitos (retóricos, políticos) e pelos muitos modos de construção de significação” (ORLANDI, 2007, p. 46). Sua dimensão política, portanto, centra-se no recorte do dizer. O silêncio não é o vazio, mas sim “a própria condição da produção de sentido” (ORLANDI, 2007, p. 68). Para exemplificar uma das formas do silenciamento, a autora utiliza o termo “Nova

República”, atribuído ao regime subsequente à ditadura militar no Brasil. Com tal nomeação, escondia-se ou apagava-se o fato da existência de uma ditadura na história brasileira. Outra manifestação ocorre quando “se obriga a dizer ‘x’ para não deixar de dizer ‘y’”. No entanto, pela natureza dispersa do sujeito, pelo movimento que o constitui em sua identidade, veremos que esse ‘y’ significará por outros processos, fato que dá lugar à ‘retórica da resistência’” (ORLANDI, 2007, p. 81). Logo, na análise, busca-se compreender o silêncio por métodos de observação discursivos, tendo em mente que não se trata da ausência de palavras nem se confunde com o implícito.

O último eixo deste estudo é a análise de conteúdo, um “método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”, as quais vêm se aperfeiçoando ao longo do tempo (FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 281). Influenciada pelo positivismo de Augusto Comte, prefigurou-se como uma técnica de descrição objetiva, voltada aos aspectos mais quantitativos do conteúdo. Tanto que as escolas primitivas de jornalismo nos EUA, por exemplo, centravam-se mais nos números para estudar, entre outras coisas, o grau de sensacionalismo da imprensa. A partir da Segunda Guerra Mundial, sua importância recrudescer, aderindo a novos elementos como a inferência. Segundo Bardin (1988), é uma operação lógica que ajuda a extrair conhecimentos das mensagens analisadas. Atualmente, a análise de conteúdo é considerada híbrida, embora flerte, em maior ou menor escala, com cada um dos polos – quantitativo e qualitativo – de acordo com os interesses do pesquisador.

A proposta deste trabalho não é esgotar todas as possibilidades de análise ou ser minucioso, mas buscar compreender as práticas discursivas e o conteúdo que carregam, dentro de determinado contexto, para verificar padrões e rupturas que possam fornecer pistas da utilidade da cobertura midiática à manutenção de poder no COB. Desta forma, a análise também vai se atentar a sistemas, normas, índices, representações linguísticas e processos institucionais. A constituição do *corpus*, conforme exposto em Fonseca Júnior (2006), seguirá as regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência, ou seja, considerará todas as reportagens sobre o assunto publicadas pela Agência Sportlight, sendo da mesma natureza e adequados aos objetos de pesquisa em todos os aspectos.

4.1.2 Cobertura sobre Nuzman e COB na Sportlight

Para iniciar a compreensão do material publicado pela Agência Sportlight, é mister entender o contexto e as condições de possibilidade do autor. As reportagens, bem como o portal, começam no fim de 2016, período pós-Olimpíadas. As figuras de Nuzman e do COB, portanto, estavam em evidência. Ademais, esses megaeventos sempre suscitam dúvidas e discussões acerca de legado, uso de verbas públicas e inúmeras outras questões que afetam a população. Essa situação, a um jornalista que moldou sua carreira na investigação, é uma oportunidade ímpar de levantar pautas. Lúcio de Castro, portanto, foge, ao máximo, do factual para averiguar fatos de interesse público. A credibilidade obtida nos anos de profissão lhe dá amparo para que leitores confiem em suas apurações, embora não atinja a mesma gama de pessoas em comparação à época em que trabalhava nos grandes meios de comunicação.

Uma das vantagens, contudo, é que ele é o único responsável por suas reportagens, não tendo de ser submisso a interesses corporativistas e organizacionais ou ao crivo dos chamados *gatekeepers*, os editores que controlam o que fará ou não parte da agenda midiática. Ao mesmo tempo em que tem um direito de fala enquanto jornalista sério e de renome, sua busca incessante pela verdade, descortinando escândalos pouco ou nada explorados, lhe confere, às vezes, a restrição dada aos loucos, segundo Foucault. Isso é evidente quando suas denúncias contundentes não repercutem a priori nos grandes veículos. Se mencionadas, não ganham o devido destaque. Há um nítido interesse por parte de certos grupos em querer desacreditar as investigações do autor, que rompe com tabus de objetos, pondo em evidência fatos que, para a mídia em geral, são considerados delicados e demasiado polêmicos. O tom combativo, com palavras que acabam expressando certos juízos de valor, como “imperador”, “reino de Nuzman” e “todopoderoso”, embora não lhe tire a credibilidade, serve a opositores como argumento de parcialidade, o que, em tese, não cabe ao gênero jornalístico. Isso não iria de acordo com a constituição da disciplina, que requisita regras rígidas. A escolha vocabular, no entanto, é capaz de expor ao leitor que a revelação é gravíssima, demonstrando a revolta e a indignação com os fatos, até mesmo por meio de figuras de linguagem que aguçam a imaginação e despertam o senso crítico.

Os receptores das mensagens, por padrão, compõem um nicho bem específico, formado em sua maioria por pessoas interessadas por esporte e seus bastidores.

Geralmente, apresentam um grau de instrução maior, já que o conteúdo é denso e extenso. Por isso, o autor usa alguns recursos, como certas ironias e metáforas amparadas em uma intertextualidade, que fomentam um sentimento de inquietação e consternação com as situações demonstradas. Um desses exemplos é quando abre reportagem de 06/10/2017 com uma frase de Eduardo Galeano (“O ouro brasileiro deixou buracos no Brasil, templos em Portugal e fábricas na Inglaterra”). O recurso revelou-se uma sacada inteligente quando Lúcio de Castro reestrutura a frase para: “Os grandes eventos deixaram buracos no Brasil, dinheiro na conta de Carlos Arthur Nuzman e ouro num cofre suíço”⁷¹. Essa descontração evidencia maior aproximação com seus leitores, sem a distância marcada pela ideia de imparcialidade. Cabe ressaltar que, embora disponha de tais práticas discursivas, o conteúdo do texto não é prejudicado nem se transforma em mera opinião.

Há outros casos similares de intertextualidade ou interdiscursividade. Um texto de 23/10/2017 é iniciado da seguinte maneira: “Foi um negócio da China. Ou do Brasil. Mais ainda: do Brasil Olímpico que reiventou e redimensionou todo e qualquer conceito de negócio da China. Para alguns”⁷². O uso de uma expressão amplamente conhecida, que faz menção a acordos profícuos, permitiu um jogo de palavras que impacta o leitor, uma estratégia que se mostra constante nas reportagens. Para isso, Lúcio recorre a frases curtas nos lides. Algumas fortes e sucintas, outras que já anunciam o que está por vir. Cabe mencionar, por exemplo, “Acabou o mistério”⁷³, “Doze milhões em apenas um contrato”⁷⁴, “Uma era chega ao fim”⁷⁵. Existem outras um pouco mais elaboradas, mas que não deixam de ser contundentes tão logo o leitor se depara com o texto, como em “Seria cômico não fosse trágico e retrato cruel da impunidade no andar de cima”⁷⁶. Tais formas de iniciar reportagens, invulgares na grande imprensa, servem de chamariz e incitam a curiosidade. Explicita que a notícia é quente e rumorosa.

⁷¹ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/10/06/evolucao-patrimonial-de-nuzman-na-decada-entre-pan-e-olimpiadas-e-paralela-ao-aumento-dos-convenios-com-dinheiro-publico/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁷² Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/10/23/exclusivo-o-acordo-gratuito-entre-nuzman-eduardo-paes-e-uma-empresa-privada-que-valeu-r-200-milhoes-e-23-contratos/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁷³ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/10/18/denuncia-do-mpf-revela-o-operador-do-esquema-nuzman-usou-mesmo-doleiro-de-ricardo-teixeira-para-pagar-lamine-diack/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁷⁴ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/11/01/agencia-onde-a-filha-de-nuzman-trabalhou-obteve-r-12-milhoes-em-contrato-com-o-comite-rio-2016/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁷⁵ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/10/05/depois-de-45-anos-vivendo-do-esporte-nuzman-e-presos-com-seu-braco-direito-leonardo-gryner/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁷⁶ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/10/18/denuncia-do-mpf-contras-nuzman-dificulta-eventual-estrategia-de-defesa-baseada-em-corrupcao-privada/>. Acesso em: 25 maio 2019.

Por essas características, fica notório o discurso contra-hegemônico adotado, que visa a abalar as estruturas de poder e romper as alianças que dominam o espectro político e esportivo. Dessa forma, os adjetivos e advérbios são recorrentes no *corpus* analisado. Aparecem, portanto, em “duro golpe”, “indelévels parceiros”, “vertiginoso e incomparável crescimento”, “farta distribuição”, “combalido ex-governador”, “meteórica expansão”, “imprensa chapa-branca”, entre inúmeros outros. As situações adverbiais ocorrem amiúde para denotar intensidade, tempo, modo, lugar e afirmação ou negação. É possível notar ainda uma predileção por expressões como “vai muito além” e correlatos. Isso porque tem o intuito de mostrar que os fatos, por mais estarecedores que já podem parecer, não se esgotam naquele momento. Assim, o autor faz questão de precisar ao máximo situações de intensidade, lugar e tempo. Os textos são bem descritivos e minuciosos, informando sempre datas, locais, números. Por isso, a presença de adjuntos adverbiais e adnominais configura-se como uma constante. Muitas vezes as narrativas são cronológicas, nas quais cada ponto é explicado e destrinchado como uma história bem detalhada. Tal fato é um dos constitutivos da credibilidade e veracidade das informações, expondo a riqueza da apuração.

O quadro apresentado fica bem ilustrado na reportagem “Delegado que investigava máfia olímpica e CBF está na geladeira” (16/01/2017).⁷⁷ Nela, Lúcio deixa claro no lide que vai seguir uma sequência dos fatos. Escreve: “Um delegado investiga o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Chega perto de peixes graúdos. E subitamente vai parar na geladeira. Você já viu esse filme? Ele está em cartaz”. Daí em diante, o leitor acompanha o roteiro. O mesmo trecho ratifica o uso de recursos pouco usuais aos textos jornalísticos, com expressões e apelidos firmes. Certos substantivos empregados passam a reverberar entre os interlocutores, como imperador, monarca, reino, conluio, confraria, clã. Eles se juntam a expressões que ganharam fama como “República de Mangaratiba” e “Turma dos Guardanapos” (ambas em referência ao ex-governador Sérgio Cabral e seu séquito), contumazes nos textos.

Embora não sejam tão comuns quanto certos vocábulos, palavras inventadas ou relexicadas assomam em partes específicas. É o caso de “desquebrado”, em referência a sigilos telefônicos, “histórias de pizza”, sobre fatos no Congresso, e “laranjal”, em alusão a pessoas que funcionaram como laranjas. Também não é tão raro encontrar palavras e

⁷⁷ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/01/16/delegado-que-investigava-mafia-olimpica-e-cbf-foi-para-a-geladeira/>. Acesso em: 25 maio 2019.

expressões pouco vistas no gênero jornalístico, como “alcaide”, “sob batuta e costura”, “mancomunados”. Ainda assim, é factível verificar a repetição de determinado vocabulário que sintetiza as ideias e qualifica a temática. Escândalo, esquema, poder, apoio, contratos, propina, lei são palavras que se entrelaçam e compõem um padrão das reportagens, cujo foco recai basicamente sobre a destinação de verbas públicas, modelos contratuais, personagens beneficiados, nepotismo, dribles na lei e articulações escusas. Vale salientar que a maioria das histórias não foi pauta da grande mídia. Quando trata do factual, Lúcio ainda faz questão de trazer para uma perspectiva diferente, seja com títulos e lides inexplorados, ou usa a história para confirmar uma de suas reportagens.

O recurso supracitado é visto com frequência nos textos, isto é, o autor liga os fatos a reportagens nas quais antecipou investigações. Para isso, costuma escrever “como mostrou a Agência Sportlight”, “mostrou em primeira mão”, “confirma reportagem” ou algo similar. Dessa maneira, a intertextualidade entre suas próprias reportagens se manifesta, já que os assuntos dos quais trata estão conectados e qualquer detalhe ajuda a compreender o quebra-cabeça. Falando em ligação, outra questão a ser pontuada é o uso de conectivos, que fortalecem a coesão textual. Embora sejam menos recorrentes no gênero jornalístico, se comparado, por exemplo, com um texto argumentativo-dissertativo, tais elementos figuram em maior grau do que o habitual nas reportagens. O que ajuda a justificar é o fato de que os textos tendem a ser longos, descritivos, com muitas informações. Portanto, tais conectores cumprem o papel de unir essa gama de dados e elucidá-la da melhor forma possível ao leitor. Assim, Lúcio apela a orações sindéticas, sejam coordenadas ou subordinadas, a fim de manter tudo bem amarrado. O leitor depara-se, pois, com diferentes conjunções. Entre as mais usadas estão: “ou seja”, para concluir uma ideia e deixá-la inteligível; “mas”, quando expõe oposição; “portanto”, mais uma referente a conclusões inferidas; “assim”, dando sequência a uma linha de pensamento; “no entanto”, expondo adversidades; “além de”, explicitando continuidade e adições. Vale ressaltar ainda expressões como “não parou por aí”, “passou longe disso”, entre outras que se imiscuem aos elementos coesivos.

Outra característica marcante das reportagens do portal é relatar fontes documentais e de onde retirou determinadas informações. Lúcio de Castro não se furta a dizer constantemente que a obtenção ocorreu via Lei de Acesso à Informação (LAI), uma prática que não está sempre em voga na mídia tradicional. Sendo assim, menciona o Diário Oficial, base de dados da Receita Federal, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

(Jucerja), Sistema de Convênios (Siconv), portais de transparência, delações, peças do MPF e inúmeros outros. Junto a eles, aparecem verbos e marcadores como “teve acesso”, “checou”, “constatou”, “consultou”, que exprimem a ação do jornalista para apurar e levantar dados. Fora isso, menciona leis e artigos quando quer tratar de irregularidades e explicar ao leitor o que é e o que não é permitido. A transparência das reportagens vai além ao publicar números de processos, convênios, contratos, registros, que possibilitam àqueles mais curiosos confirmarem o que está sendo dito, sem abrir precedentes a questionamentos. Esta atitude corrobora sua credibilidade e a veracidade das publicações, inibindo contestações. Neste ponto, o autor, experiente, mostra-se bastante precavido e cauteloso. Reportagens investigativas, em geral, suscitam reações e afetam reputações, logo, sem um bom embasamento podem acarretar em processos.

Nesse sentido, Lúcio de Castro, conforme prezam os manuais de jornalismo, deixa espaço para os implicados em suas matérias se manifestarem. Tem por hábito não colocar na íntegra as notas enviadas como resposta. Também apresenta ao leitor quais indagações foram feitas, a quem e como, o que aumenta a relação de confiança, já que a atitude não é regra na imprensa. Ademais, seu jornalismo não se resume a apenas colocar as respostas; por vezes são acrescentadas notas da reportagem para encaminhar o leitor a informações importantes na compreensão do caso e para jogar luz a contradições evidenciadas nas falas dos citados. Não se trata, porém, de comentários opinativos, mas sim de adendos neutros, com conteúdo que auxilia no entendimento dos fatos.

Nas reportagens, é interessante observar ainda dois aspectos inerentes. O jornalista sempre escreve valores em números e por extenso entre parentêses, ainda que não haja recomendações para tal. Com isso, todavia, choca ainda mais pela grandeza de tais valores. Ao colocar todos algarismos (ex.: R\$ 7.800.000,00 em vez de R\$ 7,8 milhões, como geralmente fazem) seguido das palavras que o qualificam, retém o leitor naquela informação, para que não passe despercebida como só mais um valor, engendrando revolta. Lúcio se preocupa com a real dimensão dos fatos, para que o leitor não passe incólume por aquelas informações relevantes. O outro aspecto diz respeito ao uso de aspas para deixar claro que retirou aquilo de documentos, falas, e não é uma criação sua. Quando faz isso, Lúcio entra no mérito das formas de silenciamento. Ele não precisa necessariamente usar suas palavras para que o leitor absorva o que quer dizer. Ali, criam-se possibilidades. Logo, ao usar esse recurso almeja expor como é infundada uma justificativa, revelar as sutilezas e artimanhas empregadas para enganar, deixar latente o quanto algo é absurdo,

além de outros objetivos que, como apregoa o silêncio, vão depender da interpretação do interlocutor.

Em alguns exíguos momentos, construções verbais na primeira pessoa do plural acabam escapando, como é o caso da forma “vemos”. Ao aplicá-la, Lúcio se põe como participante, aquele que não está isento de contextualizar os fatos. Por mais que se exerce tal construção no jornalismo, nas raras vezes em que apareceu, o termo não gerou prejuízo que colocasse em dúvida a reportagem ou a busca do autor pela justiça e pela verdade. Ainda que seja nítida a ideologia do portal em incomodar os poderosos, as publicações não extrapolam os limites éticos. Uma comparação exequível é com colunistas. Quando se presta atenção em seus títulos, suas idiossincrasias para escrever seus textos, a seleção das palavras, é verificável que não seguem o mesmo padrão do jornalismo diário. É mais ou menos por essa nuance que se insere Lúcio de Castro, embora seus textos sejam bem mais longos em relação às chamadas “notinhas”.

Como antecipado, os títulos das reportagens da Agencia Sportlight, em certos casos, enunciam um quê de criatividade e, em outros, apenas apontam para questões pouco destacadas pelos grandes meios de comunicação. A maioria já choca o leitor logo no primeiro contato. Note-se, por exemplo, a diferença em relação às demais notícias sobre o mesmo acontecimento quando o autor escreve na manchete: “Depois de 45 anos vivendo do esporte, Nuzman é preso com seu braço-direito Leonardo Gryner”. A marcação temporal nessa situação tem um efeito contundente, que mostra o período que o cartola viveu sem ser incomodado. Às vezes, pequenas palavras e expressões podem agregar bastante. É o que se vê com a forma “já”, em “Lava Jato já investiga Comitê Organizador Rio-2016 presidido por Nuzman”.⁷⁸ Outra peculiaridade a ser realçada é o uso de verbos no passado nos títulos, o que não é prática do jornalismo diário, mas que, para algumas reportagens investigativas, funciona bem, como em “República de Mangaratiba ganhou milhões no Comitê de Nuzman”⁷⁹ e “Em plena crise, integrante da Turma do Guardanapo de Cabral abriu 4 bares em 5 meses nos pontos mais caros do Rio”.⁸⁰

⁷⁸ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/06/02/lavajato-rio2016/>. Acesso em 25 maio 2019.

⁷⁹ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/02/03/republica-de-mangaratiba-de-cabral-ganha-milhoes-no-comite-presidido-por-nuzman-e-descumpre-normas/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁸⁰ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/01/31/em-plena-crise-integrante-da-turma-do-guardanapo-de-cabral-abriu-4-bares-em-5-meses-nos-pontos-mais-caros-do-rio/>. Acesso em: 25 maio 2019.

Também é digno exibir que Lúcio usa bastante os dois pontos logo no título, que servem para colocar uma ideia ou um personagem em primeiro plano ou para pontuar exclusividade da reportagem. Por exemplo, em “Jacob Barata: de Rei dos Ônibus no Rio a imperador no reino de Nuzman”⁸¹ ou em “Os segredos de Palocci: tentáculos do ex-ministro perto de fazer delação podem atingir o mundo olímpico”⁸². É aceitável, por conseguinte, traçar paralelos com títulos e chamadas de revistas e sites que fogem do factual. Tais títulos, bem como a escolha das palavras, contribuem para criar uma representação mais negativa de Nuzman, COB e apaniguados. O teor das matérias é bem explícito e não abre margem para dúvidas quanto ao intuito de estremecer as relações de poder e as estruturas nos bastidores do esporte. A Agência Sportlight acaba assumindo um ativismo, preenchendo uma lacuna deixada pela imprensa especializada, mas sem ferir os princípios fundamentais que regem a profissão.

4.2 ESPN

Para analisar as reportagens da ESPN Brasil sobre Nuzman e COB, o trabalho usa a metodologia proposta por Becker (2012) junto às já citadas na parte da Agência Sportlight. Isso porque, por se tratar de uma emissora de TV, deve-se levar em conta produtos audiovisuais. Aqui, o foco será no telejornal diário *SportsCenter* e em algumas poucas matérias veiculadas no site do canal. Definiu-se como escopo de análise a semana da prisão de Nuzman, a eclosão da denúncia do MPF e as cerimônias de abertura e encerramento das Olimpíadas Rio-2016. Segundo Orozco, a TV permite as máximas audiências da história, e acontecimentos mundiais como as Olimpíadas a tornam “um ponto central de referência” (OROZCO, 2012, p. 98). Para o autor, ela ainda possibilita novas formas de sentir, entender o mundo, de se emocionar, embora o que mostre é uma representação da realidade que pressupõe uma construção do objeto.

Para uma percepção mais acurada dos sentidos das notícias, deve-se compreender as “dinâmicas combinações entre imagens, sons, palavras, gestos, gráficos e outros elementos do texto audiovisual” (BECKER, 2012, p. 233). Dessa forma, visando a uma leitura crítica do material analisado, foram aplicadas neste trabalho seis categorias básicas e três

⁸¹ Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/04/06/jacob-barata-de-rei-dos-onibus-no-rio-a-imperador-no-reino-de-nuzman/>. Acesso em: 25 maio 2019.

⁸² Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2017/05/02/os-segredos-de-palocci-a-intimidade-do-ex-ministro-proximo-de-delacao-com-cartola-do-cob/>. Acesso em: 25 maio 2019.

princípios de enunciação, conforme propõe Becker (2012). Tais categorias são: estrutura do texto, temática, enunciadores, visualidade, som e edição. Já em relação aos princípios, tem-se a fragmentação (condensamento inerente à programação televisiva), dramatização (natureza ficcional da narrativa que envolve emocionalmente o telespectador) e a definição de identidades e valores (marcas enunciativas sobre como se qualifica um personagem, grupo ou problema social).

É essencial ter em mente, como adverte Motta, que “os relatos jornalísticos são impregnados de subjetividades e construídos sob determinados interesses econômicos, políticos e culturais” (MOTTA, 2004 apud Becker, 2012, p. 236). Outro fator relevante a ser observado é a hibridização, por exemplo, entre tecnicidade e visibilidade. Assim, de acordo com Becker (2012), o que se extrai dos produtos noticiosos não são representações acabadas, mas sim possibilidades de significação.

Partindo de tais pressupostos, foram analisados dez vídeos veiculados no principal telejornal da ESPN, o *SportsCenter*, como citado. As matérias publicadas no site da empresa que também compuseram o *corpus* são relativas à abertura da Olimpíada. Os textos que abordavam temas semelhantes aos das reportagens audiovisuais foram desconsiderados para evitar repetições. A única observação a ser feita é que um padrão foi identificado: eles não assumem o mesmo discurso das narrativas televisivas, adotando postura mais comedida, sem construções mais inventivas, limitando-se a divulgar os fatos de forma sintética e simples. Ou seja, como o carro-chefe da emissora são os conteúdos audiovisuais, eles são mais emblemáticos na construção de uma efígie de Nuzman e do COB.

A ESPN Brasil assume, historicamente, uma postura mais crítica quando se trata de bastidores esportivos e políticos, conforme já notado por Schmalter (2010). Maleson corrobora com o viés da emissora em suas declarações ao lembrar o episódio conhecido como “Watergate do esporte brasileiro”. Segundo o ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, a ESPN divulgou “reportagem exclusiva da invasão da sede da CBDG” e que o fato era “histórico”⁸³. As narrativas de seus repórteres e comentaristas destinados a cobrir e discutir assuntos dessa natureza são, em grande parte, ácidas, criativas, com toques lúdicos e irônicos. Não à toa, os jornalistas responsáveis pelas matérias sobre Nuzman e COB se repetem quase como regra, isto é, a rotatividade dos profissionais na cobertura da temática em questão é pequena. Na prisão do ex-presidente

⁸³ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2018. Ver apêndice B.

do COB, por exemplo, quase todas as reportagens são de autoria da repórter Gabriela Moreira.

As reportagens relativas aos desdobramentos da prisão de Nuzman, em linhas gerais, eram de longa duração, fato um pouco insólito para os padrões não apenas do *SportsCenter* como de todos telejornais esportivos. Becker ressalta que “a construção de reportagens mais contextualizadas e inventivas é uma ação de resistência ao imediatismo e à velocidade dos fluxos de informação que tendem a esvaziar os valores simbólicos das notícias” (BECKER, 2012, p. 237). Sendo assim, todas as matérias principais excediam cinco minutos. O tempo reservado à exploração do tema era elevado, ainda mais quando os telejornais esportivos brasileiros têm, por tradição e questões de audiência, foco bem maior no futebol.

Nos produtos analisados é nítida a preocupação com uma narrativa criativa que encaminha o telespectador a uma representação negativa de Nuzman, de forma que sua figura é usada como símbolo dos bastidores do esporte nacional, repleto de escândalos e relações promíscuas. A matéria que mostra a prisão do cartola, por exemplo, traz uma construção textual que explicita sua derrocada. Começa com Nuzman discursando na abertura da Olimpíada que “o melhor lugar do mundo é aqui, no Rio de Janeiro”⁸⁴. A narrativa de Gabriela Moreira, logo na sequência, ratifica que o dirigente experimentou uma queda retumbante em sua carreira, quando ela diz: “Meses depois de ter chegado ao ponto mais alto do Olimpo para um dirigente esportivo, Carlos Arthur Nuzman viu a Polícia Federal bater à porta de sua casa [...]”⁸⁵. Tal trecho é representativo de como se estruturam as narrativas das reportagens, usando de criatividade e deixando transparecer certa subjetividade a partir do tom crítico, épico e poético. Em geral, elas dialogam bem com as imagens, seja como complemento, reforço ou ilustração.

Sonoras de personagens como procuradores, advogados e atletas costumam ser inseridas em momentos-chave, com falas bem impactantes e cruciais para o desenvolvimento da narrativa. É o que acontece após frase chamativa da procuradora Fabiana Schneider (“enquanto atletas olímpicos buscam a tão sonhada medalha de ouro, dirigentes do Comitê Olímpico guardavam seu ouro na Suíça”⁸⁶), que serve de gancho para o desfecho da reportagem. A repórter termina com a frase “são as palavras de quem

⁸⁴ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/732901_como-nuzman-foi-do-olimpo-do-esporte-a-cadeia-veja-reportagem-de-gabriela-moreira. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

começa a desnudar o Deus do Olimpo do esporte brasileiro”⁸⁷, enquanto aparecem imagens de Nuzman entrando, preso, no carro da PF. Cabe destacar a busca por ouvir e dar voz a todas as partes. Por isso, constam falas da defesa de Nuzman, dos investigadores, presidentes de confederações e abre-se espaço inclusive para manifestantes. Em reportagem sobre a renúncia de Nuzman e a ascensão de Paulo Wanderley à presidência do COB⁸⁸, alguns ex-altetas que protestavam em frente à sede da entidade foram escutados. Essa situação expõe uma diversidade de enunciadores, que ajuda a tornar a construção dos significados mais plural.

Na matéria citada, é possível apreender até mesmo uma imagem do novo presidente da entidade, que começava a ser alinhavada. As falas de Paulo Wanderley se enquadram na questão do silenciamento discutido por Orlandi (2017), já que, ao escolherem determinados trechos, como os que exaltavam os resultados de Nuzman, não precisavam dizer que a engrenagem continuava inalterada, com as mesmas figuras, apenas com nomes distintos e, agora, diante da necessidade de implementar mudanças na entidade. A percepção ampara-se no decorrer da matéria, pelo texto “o mundo mudou, dizem os dirigentes. Mas a mudança só veio após a prisão do principal representante”.⁸⁹ Palavras citadas ao longo da reportagem são sintomáticas do quadro que está sendo moldado. São elas: aliados, pares, governança, credibilidade, alívio, transparência, correto.

As passagens dos repórteres, isto é, quando aparecem no vídeo, também seguem uma linha: geralmente, no meio da matéria, para falar uma informação importante ou um comentário pertinente e contundente. Isso pode ser observado quando se mencionam os 457% de aumento no patrimônio de Nuzman ou quando a repórter diz “a pauta que gritava pela democratização e maior participação dos atletas”⁹⁰, reportando-se ao novo estatuto do COB. Há casos de aparições ao vivo em locais estratégicos para relatar ocorridos e transmitir informações direto da fonte, com a complementação de entrevistas com autoridades, sustentando o que foi noticiado. Entretanto, para não banalizar a reportagem, na programação também constam notas lidas pelos apresentadores. Dessa maneira foi noticiado, durante pouco mais de um minuto, que o juiz Marcelo Bretas decidira manter a

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/734434_paulo-wanderley-assume-a-chefia-do-cob-apos-renuncia-de-nuzman-e-comissao-e-criada-para-elaborar-novo-estatuto. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁸⁹ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/734434_paulo-wanderley-assume-a-chefia-do-cob-apos-renuncia-de-nuzman-e-comissao-e-criada-para-elaborar-novo-estatuto. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹⁰ Idem.

prisão de Nuzman.⁹¹ Nesse caso, optou-se por linguagem simples, direta e objetiva, apenas para informar o público de maneira clara e sem rodeios. Ficava evidente, portanto, a intenção do canal de não tratar todos os desdobramentos da mesma forma, a fim de não naturalizar os fatos e gerar um consumo passivo dos telespectadores.

No formato do *SportsCenter*, o apresentador solicita o comentário de quem o acompanha na bancada do programa. A prisão de Nuzman engendrou uma manifestação alongada de Antero Grecco, na qual exaltou o jornalismo da ESPN por sempre ter apontado as mazelas da cartolagem e “botado o dedo nas feridas”.⁹² Disse ainda se sentir de “alma lavada” pelo resultado do trabalho de vários profissionais, elencando nomes como Helvídio de Matos, Roberto Salim, Ronaldo Kotscho, Marcelo Gomes, Diego Garcia, Gabriela Moreira e Lúcio de Castro. Curiosamente, a maioria já não integra mais a equipe da emissora, que tem modificado sua linha editorial. A demarcação da opinião, amparada em comentários sensatos, ajuda a reforçar a narrativa das reportagens sem afetar sua credibilidade. Ao contrário, em tal caso, agrega valor e demonstra seriedade, sobretudo quando apresenta fatos que embasam a fala.

Outro recurso semelhante é a participação de jornalistas por telefone, como ocorreu com Jamil Chade, na época correspondente do jornal Estado de S. Paulo na Suíça, colaborador dos canais ESPN e autor de livros sobre corrupção no esporte. Ele traz, em mais de nove minutos, detalhes da descoberta de 16 quilos de ouro pertencentes a Nuzman em cofres suíços. Respondendo as perguntas dos apresentadores e elucidando pontos importantes da apuração, Chade esclarece dúvidas e enriquece a abordagem do assunto com informações privilegiadas. Certas palavras e orações, como “confirmação”, “estive lá”, “conversei com diretores do local”⁹³ aumentam a confiança dos telespectadores na informação, pois prova que o trabalho jornalístico seguiu o manual. O fato de estar no país europeu, perto dos acontecimentos, torna ainda mais completa a cobertura, despertando a curiosidade de quem assiste e transparecendo a imagem de compromisso com a verdade, como atesta Maleson:

Jamil é um cara que está lá na Suíça, que tem uma visão aberta, ele tem a opinião dele, é um cara que realmente quer investigar, quer chegar no

⁹¹ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/733957_juiz-aceita-pedido-do-ministerio-publico-federal-e-converte-prisao-temporaria-de-nuzman-em-preventiva. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹² Disponível em: http://www.espn.com.br/video/732944_antero-grecco-comenta-prisao-de-nuzman-e-exalta-o-jornalismo-da-espn-brasil. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹³ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/732906_16kg-de-ouro-de-nuzman-e-cooperacao-da-suica-com-brasil-jamil-chade-traz-detalhes-direto-de-genebra-e4c0c8a4-7bea-4373-a1c5-e7107ba0198f. Acesso em: 10 jun. 2019.

fundo do poço e saber o que está acontecendo. É super diferenciado. Inclusive o Jamil foi um cara que foi super transparente, porque ele ligava para o COB, mas também me ligava.⁹⁴

Concomitante a isso, o telejornal remontou ao passado para legitimar ainda mais o trabalho de seus jornalistas e os comentários deles. Sendo assim, exibiu durante o programa entrevistas dadas por Nuzman a profissionais do canal, nas quais falou sobre escândalos que implicavam presidentes de confederações e foi indagado sobre mudanças de estrutura na administração do esporte. Em outra oportunidade, exaltou o legado das Olimpíadas, elevando suas ações. Dessa maneira, a emissora construía uma imagem de que o cartola sempre se esquivou dos questionamentos sobre suas responsabilidades e a transparência dos bastidores esportivos, vangloriando-se de seus feitos, enquanto a equipe da ESPN fazia jornalismo de qualidade e incomodava os poderosos. Trata-se, pois, de um recurso semelhante ao usado pela Agência Sportlight, que fazia paralelos com outras reportagens publicadas no portal para mostrar que o trabalho estava em andamento há tempos.

Ademais, o jogo de palavras é outra característica que se repete. Exemplo notório é “a esperança de representantes de atletas que ainda estão do lado de fora é que ele (novo estatuto) saia não só no prazo, mas saia do papel”.⁹⁵ No início da mesma reportagem, já se fala que Nuzman “saiu de cena”.⁹⁶ Em uma produção do repórter Mendel Bydlowski, o recurso aparece em “a lealdade com os colegas de COI não era a mesma com o esporte brasileiro”⁹⁷, logo após um discurso de Nuzman em que disse ser aberto, franco e leal com membros do COI que votaram na escolha da sede olímpica.

Em relação ao aspecto visual e sonoro, as reportagens adotam gráficos para ilustrar a ligação entre os envolvidos no esquema de compra de votos, usam efeitos em imagens, escurecendo-as em algumas situações, e utilizam músicas fúnebres e sons que exprimem dramaticidade e suspense. Este recurso eleva o clímax da narrativa e envolve emocionalmente o telespectador, tornando a experiência mais interpretativa. A edição ainda conecta de forma precisa imagem e texto, como no fim de reportagem cuja autoria é de Gabriela Moreira. Nela, encerra dizendo “para que imagens como essa na porta da

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor por telefone em 10/07/2019. Ver apêndice B.

⁹⁵ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/734434_paulo-wanderley-assume-a-chefia-do-cob-apos-renuncia-de-nuzman-e-comissao-e-criada-para-elaborar-novo-estatuto. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/732950_pensamentos-que-ficarao-para-a-historia-volte-ao-passado-e-relembra-a-trajetoria-de-nuzman-ate-a-rio-2016. Acesso em: 10 jun. 2019.

entidade sejam apenas meras propagandas”⁹⁸, em alusão a adesivos na porta de entrada do COB com fotos de atletas fazendo sinal de silêncio. Outro caso é o de Mendel Bydlowski ao finalizar sua matéria com “está sendo muito bem contada”⁹⁹, depois que aparece Nuzman declarando que “isso é uma campanha para ser contada”¹⁰⁰. Junto à fala do repórter, o cartola está saindo de sua casa acompanhado por policiais.

Na mesma matéria de Bydlowski, capta-se a ideia de como Nuzman era representado durante o anúncio da escolha do Rio como sede das Olimpíadas. Os adjetivos empregados eram taxativos: sorridente, eufórico, poderoso. A narrativa corroborava: “o centro das atenções era Carlos Arthur Nuzman”; “vivía ali a consagração”, “chegou para lá de confiante, distribuiu beijos, cantou, se vangloriou”.¹⁰¹ No seu auge, Nuzman era tido como uma grande personalidade, um soberano, por mais que houvesse tentativas de jogar luz sobre irregularidades e abalar essa imagem. Nas matérias escritas sobre a abertura da Olimpíada, isso fica evidente. Os episódios destacados foram a gafe em inglês – em seu discurso, Nuzman trocou *success* por *sex* e virou piada no mundo inteiro¹⁰² – e as vaias recebidas ao agradecer ao governo o apoio. Expressões como “nem tudo são flores” e “não tão positivas”¹⁰³ sequer escondem as infelicidades vivenciadas pelo ex-presidente do COB.

4.3 Globoesporte.com e SporTV

O SporTV é o canal de esportes com mais audiência na TV por assinatura, segundo Schmalter (2010). Quem também é “líder absoluto” em seu segmento é o Globoesporte.com, portal esportivo que registra os melhores números desde 2007, de acordo com o Ibope. Ambos fazem parte do Grupo Globo e, portanto, são referências para o público. Vale notar que “a web não é um meio de transmissão, mas um cenário para a imersão e manipulação de diferentes elementos que estão interconectados” (APARICI & SILVA, 2012 apud OROZCO, 2012). Por isso, a análise tanto de matérias no portal como

⁹⁸ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/734434_paulo-wanderley-assume-a-chefia-do-cob-apos-renuncia-de-nuzman-e-comissao-e-criada-para-elaborar-novo-estatuto. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁹⁹ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/732950_pensamentos-que-ficaroo-para-a-historia-volte-ao-passado-e-relembra-a-trajetoria-de-nuzman-ate-a-rio-2016. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Disponível em: http://www.espn.com.br/video/732950_pensamentos-que-ficaroo-para-a-historia-volte-ao-passado-e-relembra-a-trajetoria-de-nuzman-ate-a-rio-2016. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁰² Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/619565_sex-gafe-em-ingles-de-nuzman-durante-discurso-vira-piada-nas-redes. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁰³ Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/619580_10-motivos-para-nunca-esquecer-a-abertura-do-rio-2016. Acesso em: 10 jun. 2019.

de vídeos, o que se configura uma interatividade, revela-se bastante profícua para a compreensão da construção simbólica de Nuzman e do COB. Mais uma vez, usam-se as metodologias já mencionadas, seja as de análise de discurso e análise de conteúdo, seja a leitura crítica de narrativas jornalísticas audiovisuais.

Por se tratar de um portal de jornalismo diário, contando com amplos recursos, o *Globoesporte.com* realizou uma vasta cobertura do caso Nuzman, sobretudo em relação aos desdobramentos de sua prisão. Devido a isso, foram selecionadas 15 matérias para integrar o *corpus* do estudo, além de dois vídeos. No entanto, apesar de repercutir cada desdobramento do caso e explorar o tema de várias formas, não se verificaram matérias investigativas na análise. O portal também não tem o costume de repercutir reportagens desse cunho feitas por outros veículos, como a Agência Sportlight. Há, contudo, uma única menção à agência em uma matéria sobre o novo presidente do COB, Paulo Wanderley.¹⁰⁴ Nela, ao traçar uma breve trajetória do cartola, expõem-se as denúncias de que a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), por ele presidida por 16 anos, comprou tatames acima do preço por meio de fornecedores ligados ao Ministério do Esporte e políticos que receberam doações de campanha dessas empresas. Mesmo situada no meio do texto e com pouco destaque, a informação foi creditada ao portal de Lúcio de Castro.

O discurso adotado nas matérias também se revelou diferente dos tons observados nas análises anteriores. O cuidado para tratar o assunto é visível. O uso de verbos no futuro do pretérito, como “teria vindo”, comprovam a preocupação em não deduzir os fatos e firmar uma convicção sobre Nuzman. Enquanto na Agência Sportlight fala-se em compra de votos, matéria da prisão do cartola no GE traz no título “suspeita de fraude”¹⁰⁵. A expressão “supostamente” e suas variações são usadas com frequência. Seguindo essa linha de cautela, os jornalistas do portal abusam das conjunções “segundo”, “de acordo” e “conforme”. Com isso, deixam claro que determinadas declarações e enunciados partem dos investigadores e instituições para as quais trabalham, ou seja, não são inferências ou juízos de valor.

Para demonstrar credibilidade e veracidade, publicam sempre fotos de documentos ou notas na íntegra. Assim, comunicam ao leitor um compromisso em reportar a realidade, sem edições, dando espaço para todos se manifestarem. Nas reportagens audiovisuais,

¹⁰⁴ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/de-tecnico-de-judo-a-presidente-do-cob-a-trajetoria-de-paulo-wanderley-teixeira.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/nuzman-e-presno-na-lava-jato-por-suspeita-de-fraude-na-escolha-da-rio-2016.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

recursos gráficos que destacam trechos de tais documentos, notas ou e-mails ditam a produção. Dessa forma, opta-se por uma narrativa mais explicativa e objetiva, a fim de evitar polêmicas e dissabores com o status quo. O que se tem é uma tentativa de neutralidade e simplicidade, que encaminhe os interlocutores para uma compreensão mais passiva dos fatos. Ao contrário da ESPN, raramente se usam construções criativas e trilhas sonoras ou efeitos que envolvam emocionalmente os telespectadores.

Nos textos do GE, ainda se nota a existência de um padrão que apenas eventualmente abre espaço para formas mais elaboradas. A voz ativa prevalece, conectivos compõem a matéria e são escassos os adjetivos. Os lides normalmente são diretos, no entanto, vez ou outra aparecem formatos mais arrojados, com frases iniciais curtas. Como exemplo, “Sai de cena Carlos Arthur Nuzman. Entra Paulo Wanderley Teixeira”¹⁰⁶ ou “A terça-feira começou com uma bomba”¹⁰⁷. Outro caso similar passa-se em “Desde a noite de quinta-feira, o COB tem um novo presidente. Pelo menos enquanto Nuzman estiver preso temporariamente [...]”¹⁰⁸. A reportagem de Marcos Uchôa sobre a trajetória de Nuzman figura como uma exceção à regra, já que sua narrativa é muito mais lúdica do que as demais. Isso pode ser confirmado em “Se alguém não o conhecia, Carlos Arthur Nuzman foi apresentado para o Brasil e para o mundo nas cerimônias de abertura e encerramento das Olimpíadas”; “chegou ao topo, só não podia imaginar o tamanho da queda”; “longos quase eternos 22 anos” e “imagem dele nunca mais será a mesma”.¹⁰⁹

A referida reportagem traz ainda traços de como se delineava a efígie de Nuzman antes da eclosão dos escândalos que arranharam sua reputação. Ele era visto como “dirigente de sucesso”, “elemento central”, que na Olimpíada chegou ao “auge de uma carreira”¹¹⁰, com seu discurso na abertura representando “a cara do esporte brasileiro”.¹¹¹ Sua importância ficava constatada ainda nas matérias publicadas no site do GE na época do anúncio da sede olímpica. Embora um pouco ofuscado pelo presidente Lula, conseguia espaço na mídia digno das grandes personalidades. Ao contrário daquele indivíduo alçado ao Olimpo, uma das matérias tratou de humanizá-lo. As “lágrimas nos olhos ao descrever

¹⁰⁶ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/de-tecnico-de-judo-a-presidente-do-cob-a-trajetoria-de-paulo-wanderley-teixeira.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/atletas-se-manifestam-sobre-operacao-que-investiga-corrupcao-na-rio-2016.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/paulo-wanderley-assume-o-cob-com-discurso-de-transparencia-se-nao-se-encaixar-esta-fora.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6196687/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

suas emoções”¹¹², bem como “nada mais natural que Nuzman mostrasse sinais de nervosismo durante a semana em Copenhague”¹¹³ e “o sabor especial” de “importância ainda maior para um carioca”¹¹⁴ retiravam sua aura quase divina.

Em alguns casos, as matérias do GE não se aprofundam, como é o caso da que informa a saída do general Augusto Heleno do COB. No título, ainda suaviza a questão ao dizer que ele “se desliga do cargo em meio à crise”¹¹⁵. Mais uma vez o discurso comedido assoma. A matéria é enxuta, mostrando apenas uma resposta do COB de que a saída era prevista e um breve currículo do militar enquanto ex-comandante da Missão das Nações Unidas no Haiti. Para completar, o recurso usado de modo constante: retoma o caso de Nuzman, resumindo-o. Verifica-se, portanto, uma diferença em relação à Agência Sportlight, que expõe os altos vencimentos do general na entidade, sua proximidade com Nuzman e questiona o fato de mesmo assim não se pronunciar sobre a prisão do cartola e não ter visto quaisquer irregularidades.

No mesmo texto, consegue-se ver outro hábito. Algumas vezes escrevem que a informação foi dada por determinado veículo. Tal fato não só demonstra respeito ao trabalho dos concorrentes como também transmite a ideia de que o portal não perde nenhuma resolução do caso, ainda que tenha noticiado depois de um portal. Isso, como mencionado, não se repete quando diz respeito a reportagens de denúncias, como as da Agência Sportlight, que não reverberam da mesma forma. Como é um portal independente e com audiência bem inferior à dos grandes veículos, opta-se por não dar visibilidade, isto é, há um silenciamento. Sendo assim, alguns personagens e empresas implicados nos esquemas sequer mereceram menção do portal.

Em contrapartida, são feitas várias entrevistas com diferentes atores, o que passa ao leitor uma noção de que todas as partes estão sendo ouvidas, às vezes dando uma falsa impressão de heterogeneidade dos enunciadores. Não é tarefa árdua perceber quais figuras ganham maior espaço. Enquanto a ESPN deu oportunidade até para manifestantes se pronunciarem, o GE foca mais nos personagens que estão intimamente ligados ao poder e ao núcleo da história. Assim, o advogado de Nuzman conquistou espaço relevante para se manifestar. Contudo, as vozes dos atletas são expressas no apanhado de tuítes feito pela

¹¹² Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-2016-os-ultimos-momentos-antes-da-votacao-342698.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/diretor-do-cob-general-augusto-heleno-se-desliga-do-cargo-em-meio-a-crise.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

reportagem, em vez de entrevistar algum nome eminente. Paulo Wanderley é outro a ter oportunidade de fala. Na entrevista, ficam claras as palavras que se busca inculcar nos leitores: transparência, governança, compliance, mudança. “Se não se encaixar, está fora”¹¹⁶ é a expressão que sintetiza o pensamento que dizem adotar daqui em diante.

O elevado número de entrevistas somado a constantes coletivas e pronunciamentos alimentou diversos títulos com aspas. A frase escolhida, além de sintetizar a entrevista, tem poder de encaminhar o leitor a uma determinada leitura, influenciando sua percepção. É o que acontece quando destacam “Sucesso no Brasil não faz bem” da fala do advogado de Nuzman.¹¹⁷ Essa seleção tem forte impacto na construção de significados. Em suma, apesar de pretender a objetividade e a neutralidade, os processos jornalísticos adotados contribuem para formar ideias e opiniões direcionadas, a partir de uma perspectiva menos crítica que os outros casos estudados.

Por fim, cabe destacar que há uma manifesta integração entre as matérias por meio de links, que constroem uma rede na qual todas as informações estão vinculadas. Ademais, em ocasiões pontuais há entretítulos e reconstituições narrativas, como em “relembre o caso”, “veja os detalhes”, “saiba como foi”. O leitor, por sua vez, tem uma gama de informações a seu dispor, sem necessariamente ter discernimento suficiente para não ser induzido a um entendimento específico e passivo.

¹¹⁶ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/paulo-wanderley-assume-o-cob-com-discurso-de-transparencia-se-nao-se-encaixar-esta-fora.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹¹⁷ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/advogado-de-nuzman-critica-operacao-e-diz-sucesso-no-brasil-nao-faz-bem.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

5. CONCLUSÃO

A manutenção de poder no COB e em suas confederações afiliadas é uma realidade que aflige o esporte brasileiro não apenas devido aos mecanismos usados pelos cartolas, mas também pelo papel da imprensa. O presente trabalho pretendeu mostrar de que forma o discurso midiático e a cobertura sobre as principais entidades esportivas e seus dirigentes corrobora com a continuidade de projetos políticos pouco democráticos e voltados mais a interesses pessoais do que em favor de atletas. Constatou-se, em análise de três veículos especializados (Agência Sportlight, ESPN e Globoesporte.com/SporTV), a escassez de reportagens investigativas que denunciem as irregularidades e relações promíscuas nos bastidores do esporte nacional.

A Agência Sportlight, do jornalista Lúcio de Castro, é um oásis em meio a uma imprensa passiva que pouco vasculha os vestígios de gestões ímprobas. A iniciativa independente, conforme verificado, assume uma postura bem mais crítica e combativa, expressa nos enunciados, títulos e narrativas das reportagens, mas também na apuração do jornalista, que usa o recurso da Lei de Acesso à Informação (LAI) com frequência. Em contrapartida, não foi vista qualquer menção a esse mecanismo nas matérias dos outros dois veículos pesquisados.

Embora a análise de discurso e conteúdo, bem como a leitura crítica de produtos audiovisuais não tenha sido tão aprofundada, perceberam-se indícios de que a construção da efígie de Nuzman e do COB é distinta nos meios de comunicação. Enquanto a agência de jornalismo investigativo expõe a imagem de um cartola que construiu um império, era intocável e usou recursos públicos e privados para enriquecimento próprio em detrimento de atletas, o SporTV e o Globoesporte.com assumiram uma postura mais cautelosa, sem juízos de valor, mostrando que ele era uma personalidade importante, de sucesso, ainda que o tom tenha sido alterado após a prisão do dirigente. A ESPN, por sua vez, apostou em uma representação mais ácida, reforçando que o “Deus do Olimpo” sofrera uma derrocada sem precedentes, valorizando o jornalismo da emissora que sempre incomodou o *status quo*.

No objeto de estudo, não foram enxergadas reverberações, na grande mídia, de reportagens da Agência Sportlight, apenas uma única menção ao longo de uma matéria sobre um caso passado. A partir disso, pôde-se apreender que nem todos os conteúdos de concorrentes são replicados, o que gera um potencial de contundência menor, ainda mais

quando se refere a um site cuja audiência não se compara às medidas nos principais portais e canais.

O trabalho explicitou que as confederações e seus dirigentes, em sua maioria, são benevolentes com a estrutura do COB, já que também se beneficiam do modelo arraigado. Conforme demonstrado no capítulo dois, aqueles que criaram oposição e resistência sofreram retaliações, uma vez que Nuzman usava os recursos da Lei Piva como moeda política, chantageando e persuadindo aliados para que não se voltassem contra ele. Os dissidentes acabaram punidos e afastados por motivos torpes, usados apenas como pretexto para justificar as saídas. Os casos expuseram ainda como as relações de compadrio se estendiam para outros órgãos e instituições, contaminando inclusive o Judiciário. Por isso, é correto afirmar que ainda há carência de uma cobertura da imprensa que questione mais esses mecanismos, averigue os fatos e ressalte as artimanhas de dirigentes para se perpetuarem no poder e não serem incomodados. Sem o olhar atento de jornalistas, as confederações e seus líderes continuarão vivendo a impunidade que vem de décadas, símbolo do atraso do esporte brasileiro.

Deste estudo também emerge a possibilidade de interpretação de que a imprensa foi cúmplice dos malfeitos da cartolagem. Tal hipótese, contudo, é passível de uma confirmação por meio de pesquisas complementares. Acredita-se que, pelo menos, a análise do material estudado forneceu subsídios para que esta tese não seja descartada. Ao contrário, requer investigação mais profunda para que não haja dúvidas. Fato é que o discurso e as narrativas midiáticas foram se moldando ao longo do tempo, com um senso de consternação maior após a eclosão dos escândalos envolvendo Nuzman e COB. No entanto, segundo Lúcio de Castro, “depois que a casa cai é sempre meio ridículo esse tom de indignação adotado muitas vezes por quem antes era omissos”. Diante disso, o trabalho deixa em aberto uma indagação: a passividade e falta de investigações minuciosas por parte da imprensa são retrato de sua atuação de modo geral? Os indicativos dão a entender que sim, não obstante seja prudente buscar mais fundamentos. Uma comparação com a operação Lava Jato pode ser um dos caminhos a se seguir.

Cumprido ressaltar que as reportagens ainda estão longe de serem plurais, privilegiando a presença de certos enunciadores – embora haja situações pontuais, como o espaço concedido a manifestantes na ESPN. Esse quadro inviabiliza que pontos de vista conflitantes ganhem espaços equânimes e, portanto, prejudica construções de significados. Notou-se que mesmo com personagens centrais e de destaque, como o delator de Nuzman,

Eric Maleson, as oportunidades não foram igualitárias. Ficou evidente que os jogos de interesse atuam para potencializar ou não determinadas representações e pautas. A compreensão do contexto e dos fatos que circundam a história exerce papel essencial.

A partir da análise feita neste trabalho, portanto, concluiu-se que a cobertura midiática acerca dos bastidores esportivos nas principais entidades ainda é bem aquém do seu papel enquanto agente social. Os discursos muitas vezes adotados foram complacentes com uma estrutura ortodoxa que mantém há mais de um século o poder nas mãos de poucos. A falta de reportagens investigativas na grande mídia deixa clara a necessidade e a importância de iniciativas independentes como a Agência Sportlight. Reafirma-se, porém, que essas constatações não se encerram aqui e admite-se que pesquisas complementares, como as sugeridas, têm muito a agregar.

A pesquisa esbarrou em certas limitações que impediram a verificação de um escopo mais amplo. Dessa forma, não foi viável analisar um *corpus* vasto, que trouxesse à tona matérias fora do período delimitado, as quais poderiam trazer contribuições acerca da existência de matérias investigativas. Como se adotou o critério de analisar as reportagens veiculadas no auge de Nuzman – quando discursou nas cerimônias de abertura e encerramento das Olimpíadas de 2016 e na comemoração do anúncio do Rio como sede olímpica – e em sua queda – prisão e seus desdobramentos –, não foram contempladas todas as possibilidades. Ademais, o trabalho precisou selecionar os veículos partindo do pressuposto de que seus posicionamentos, por questões editoriais e político-econômicas, eram diferentes, o que foi ratificado. Sendo assim, seria leviano generalizar as conclusões. Todavia, os resultados obtidos conduzem à interpretação de que houve falhas e omissões na cobertura que fomentaram a manutenção de uma estrutura arcaica, pouco transparente e composta pelos mesmos personagens. Não à toa, como exposto, em mais de um século, a principal entidade esportiva do país teve menos de 10 presidentes – isso sob beneplácito de meios de comunicação.

No entanto, vale reforçar que a pesquisa não se finda no presente estudo. Como sugestões de trabalhos complementares, pode-se considerar, por exemplo, uma análise dos assuntos divulgados pelos principais periódicos do país sobre o COB e seus executivos, de acordo com critérios de noticiabilidade e à luz de teorias do jornalismo, como gatekeeper, agenda-setting e teoria organizacional. Nesse caso, valeria a pena incluir jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, os mais lidos em todo o país. Outro caso interessante seria analisar a cobertura de veículos estrangeiros, como *El País*, *New York*

Times, *Le Monde*, *The Guardian* e *BBC*, para traçar uma comparação com a mídia nacional. Em muitos episódios de corrupção, eles incorporaram uma postura bem mais crítica e com discursos mais imperativos. Também seria digno de exploração uma pesquisa que desse conta de verificar o quanto determinadas reportagens impactaram e abalaram alguma estrutura, isto é, quais matérias tiveram alguma implicação efetiva nas confederações, gerando ao menos algum incômodo e requisitando explicações e prestação de contas. Tal levantamento seria profícuo para compreender a importância de iniciativas que denunciem e exponham práticas recônditas dos cartolas. Algo que este trabalho, modestamente, procurou fazer.

6. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Neise; HECKSHER, Raul; FRANCESCHI, Márcia; RAJMAN, Bernard. Comitê Olímpico Brasileiro – COB. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- ALMEIDA, Bárbara Schaustek. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.
- ALMEIDA, Bárbara Schaustek & MARCHI JUNIOR, Wanderley. Comitê olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** v.33, Brasília, p.163-179, 2011.
- ALMEIDA, Bárbara Schaustek & MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A relação governo federal e comitê olímpico brasileiro sob análise da Lei 10.264/2001 (Agnelo-Piva) no período de 2005 a 2008. **Pensar a Prática**, v. 15, n. 3, Goiânia, 2012.
- ALMEIDA, Bárbara Schaustek de. **Altius, Citius, Fortius... Dítius? Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, Comitê de Candidatura e Governo Brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016**. 324f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- AMARO, Fausto; HELAL, Ronaldo. O público, o comum e o privado na dinâmica dos Jogos Olímpicos. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, v. 6, Niterói, p. 66-85, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **Revista Matrizes**, v.2, São Paulo, p. 231-250, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, p. 117-140, 2009.
- CHADE, Jamil. **Política, propina e futebol: como o “Padrão Fifa” ameaça o esporte mais popular do planeta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- DRUMOND, Mauricio. O esporte como política de estado: Vargas. DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009. Cap. 7, p. 213-244
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

- FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **A ordem do discurso**. 4 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GALEANO, Renato. Não há Olimpíada sem política. In: JORNAL O GLOBO. **A história dos Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro, 2 ed., esporte, 2016.
- GIGLIO, Sérgio Settani; RUBIO, Katia. A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 31, p. 291-305, 2017.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir da história: um manual para jornalistas investigativos**. Montevideu: Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 2013.
- KFOURI, Juca. **Confesso que perdi: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LEÃO, Gabriel & DENNISON, Stephanie. Gol contra: o soft power brasileiro. **Trama Interdisciplinar**, v.8, n.3, São Paulo, p. 93-108, 2017.
- LEMONS, Danilo Luis Rodrigues. **A história social do movimento olímpico brasileiro no início do século XX**. Tese (Doutorado em Educação Física). São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte/Universidade de São Paulo, 2008.
- MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. IN: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Editora Atlas, 2006, 306-316.
- MARCHI JUNIOR, Wanderley. **"Sacando" o voleibol: do amadorismo a espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2001.
- MASSI, Alexandre. **Os 100 anos do Comitê Olímpico Brasileiro: 1914 – 2014**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2015, 1.ed.
- MAZZEI, Leandro Carlos. E para o esporte brasileiro, existe luz no fim do túnel? Reflexões pós Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. In: MARQUES, José Carlos & ROCCO JÚNIOR, Ary

José (org.). **Qual legado – Leituras e reflexões sobre os Jogos Olímpicos Rio-2016**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, Cap. 10, p. 203-216.

MOREIRA, Tatiana Sviesk; FERREIRA, Ana Letícia Padeski.; MARCHI JUNIOR, Wanderley. A profissionalização do voleibol feminino no Brasil: o caso da atleta Jackeline Silva. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR**, 10., 2007, Campinas, Unicamp, 2007

_____. **O voleibol feminino no Brasil: do amadorismo à profissionalização**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) UFPR, Curitiba, 2009.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2011.

NASCIMENTO, Solano. **O surgimento da Lava Jato e o desaparecimento do jornalismo investigativo: uma análise de Veja, Época e Isto É**. V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, São Paulo, 2017.

NEGREIROS, Plínio Labriola. O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copas do Mundo. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009. Cap. 10, p. 293-330.

NORONHA, Mariana Galvão; ROCHA, Paula Melani. **Jornalismo Investigativo: O processo de produção da reportagem pela perspectiva do repórter**. V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, São Paulo, 2017.

NYE, Joseph S. Soft Power. **The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. et al. Prosopografia familiar da Operação Lava-Jato e do Ministério Temer. In: **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v.3, n.3, Curitiba, 2017

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

OROZCO, Guillermo. **Televisão: causa e efeito de si mesma**. México, 2012

PFISTER, Gertrud. Líderes femininas em organizações esportivas – tendências mundiais. **Revista Movimento**. V.9, n.2, Porto Alegre, p. 11-35, 2003.

PIMENTA, Lidiane Malagone. **A formação da opinião pública e as inter-relações com a mídia e o sistema político**. Compolítica, 2011.

ROMÁRIO. **Um olho na bola, outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro**/ Romário. -1. ed. - São Paulo: Planeta, 2017.

RUBIO, Kátia. Da Europa para a América: a trajetória do Movimento Olímpico brasileiro. Scripta Nova. In: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005i, vol. IX, nº 200.

_____. Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-68 , mar. 2010

SCHMALTER, Eduardo. **A programação dos canais de esporte: SporTV x ESPN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/ UFRJ, 2010.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 11-27, 2012.

TEIXEIRA, Marcelo Resende; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando Alves. O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012). **Revista de Ciências Sociais**, n. 31, p. 86-110, 2013.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

VLASTUIN, Juliana; ALMEIDA, Bárbara Schaustek; MARCHI JÚNIOR, Wanderley O marketing esportivo na gestão do voleibol brasileiro: fragmentos teóricos referentes ao processo de espetacularização da modalidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3, p. 9-24, 2008.

ZICMAN, Renée B. Historia através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.

7. APÊNDICE

7.1. APÊNDICE A – ENTREVISTA COM LÚCIO DE CASTRO

Entrevista concedida por e-mail. Lúcio de Castro é jornalista e historiador. Fundador da Agência Sportlight de Jornalismo Investigativo, passou por Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, O Globo, TV Globo, SporTV e ESPN Brasil. Conquistou prêmios importantes do jornalismo como o Prêmio Gabriel Garcia Marquez e o Prêmio Vladimir Herzog.

RODRIGO OLIVEIRA: Como avalia o jornalismo investigativo, sobretudo relacionado ao esporte, aqui no Brasil?

LÚCIO DE CASTRO - Praticamente próximo de zero. Salvo a iniciativa individual de alguns poucos profissionais, muito mais pelo ímpeto deles do que de qualquer órgão. Basta ver, para constatar isso sem considerar análise exagerada, que não existe nenhuma equipe investigativa em ação nessa área nos grandes meios. Isso em um país com tantas mazelas na área e que sediou grandes eventos com grande quantidade de verba pública.

RO: Em audiência pública no MPF, você disse que a imprensa é o grande escândalo do país. Por que pensa isso?

LC: Talvez no calor de um debate tenha dito que é "o" grande escândalo. Claro que não é "O" grande escândalo. Mas sem dúvida alguma é um dos grandes escândalos. E um imenso escândalo. Por sua inoperância, falta de vontade de apurar, pela falta da sistematização de equipes de jornalismo investigativo. Como sempre digo, mesmo em meio à maior investigação da história do país, a Lava Jato, as reportagens não eram, em sua maioria, frutos de investigação e sim de vazamentos dos interessados nesse vazamento. Assim, o trabalho da imprensa fica sujeito apenas aos interesses em jogo.

RO: Você já trabalhou em grandes meios de comunicação, como Globo e ESPN. Quais são os obstáculos para emplacar uma matéria mais profunda, que denuncia esquemas?

LC: Os interesses comerciais dessas empresas de maneira geral.

RO: Já sofreu alguma pressão ou ameaça para não publicar algo?

LC: Pressão, sim, ameaças de processos, processos efetivos, pedidos de cabeça e demissão. Nada que não seja inerente ao ofício.

RO: É mais difícil ter acesso a informações e fontes quando está fora desses veículos?

LC: Certamente não é o mesmo que ligar ou mandar e-mail para alguém pedindo em nome de uma TV ou jornal importante. Mas os anos de profissão e sua carreira diminuem um pouco essa distância. Quando um tema é forte, nada segura. E a busca de documentos públicos é possível para todos, ainda que grandes meios sempre tenham mais recursos até para isso.

RO: A respeito dos escândalos envolvendo o Nuzman e seus apaniguados, qual sua avaliação da cobertura feita pela imprensa? O tom e o foco adotados foram ideais?

LC: A maior parte da imprensa e os grandes órgãos foram cúmplices dos malfeitos de Nuzman por décadas, mesmo sabendo de suas práticas. Depois que a casa cai é sempre meio ridículo o tom de indignação adotado muitas vezes por quem antes era omissos.

RO: O Nuzman esteve na chefia do COB por mais de 20 anos. Há casos semelhantes nas presidências de confederações. A mudança, ainda que soe utópica, passa pelo papel da imprensa?

LC: Sem dúvida alguma. Esse deveria ser o papel primordial da imprensa.

RO: Pelas suas apurações, a que conclusão chegou sobre a estrutura de poder nas grandes entidades esportivas?

LC: Que estão, em sua maioria absoluta, apodrecidas e com dirigentes envolvidos em malfeitos. Sem maiores fiscalizações ou controles, vivendo a impunidade há décadas.

RO: Enquanto um jornalista que se debruçou sobre a corrupção no esporte e denunciou essa turma, o que você acha que ainda carece de atenção da mídia?

LC: Todas essas confederações e dirigentes.

RO: São poucos os exemplos de jornalistas que se dispõem a investigar esses assuntos. Por que acredita que não temos mais profissionais com esse perfil?

LC: Porque infelizmente dá trabalho, aborrecimento e dor de cabeça. Explica bons profissionais irem desistindo ao longo da carreira dessa área, explica termos poucos, já

com mais idade, principalmente no Brasil. O profissional vai se cansando de ver que esse trabalho não é prioridade.

RO: Em algum momento você conversou com o delator do Nuzman? Ele chegou a declarar que poucos o procuraram. O que pensa sobre isso?

LC: Não. Porque não foi primordial na história como alguns acreditam.

RO: Após tantas matérias denunciando as práticas escusas de Nuzman, sente-se satisfeito com o desfecho?

LC: Sinto-me satisfeito com o meu trabalho. Creio que ao jornalista não deve ser o caso de ficar pensando no desfecho, na punição. A obrigação é cumprir seu dever no ofício. O que irá acontecer já não cabe mais a ele. Se nada acontecer, como é na maioria das vezes, o profissional de imprensa tem que saber que fez o que tinha que fazer e partir para a próxima. Senão ele pode querer justificar não seguir nisso porque nada acontece. E o dever do ofício é seguir.

7.2. APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ERIC MALESON

Entrevista concedida ao autor por telefone, de Boston, em conversa de cerca de duas horas no dia 10/07/2018. As perguntas foram enviadas previamente por e-mail em 12/06/2018, conforme combinado em contato via WhatsApp.

Eric Maleson (51) é ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo (CBDG) e responsável por delatar o esquema de corrupção envolvendo o ex-presidente do COB Carlos Arthur Nuzman e o ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Também foi o primeiro atleta brasileiro de bobsled, com participação nas Olimpíadas de Inverno de 2002, em Salt Lake. Hoje, vive em Boston (EUA).

- O que motivou o senhor a tomar a decisão de delatar o esquema do COB? Algum episódio foi a gota d'água?
- O senhor temeu por represálias? Chegou a conversar com alguém antes de prosseguir com a denúncia, teve algum apoio?
- De que formas vêm as retaliações? Havia mais gente à frente das confederações resignada com a situação?
- Juridicamente, como está a sua situação em relação ao cargo do qual foi afastado? Segundo relatos seus na imprensa, esse afastamento foi orquestrado, inclusive o juiz responsável pela decisão teria mudado de opinião rapidamente...
- Como o senhor analisa a manutenção de poder no COB e nas principais confederações do esporte?
- Em relação ao comando nas confederações, qual seu posicionamento acerca do tempo que um dirigente deveria ocupar a presidência? Há casos de cartolas com mais de 20 anos à frente de confederações. Não seria ingênuo pensar em um anseio por mudança da parte deles?
- O senhor defendia a intervenção do COI e uma mudança no colégio eleitoral e no estatuto. Com as punições recebidas, o COB está tentando mostrar que passa por reformas. Acredita que algo realmente vai mudar ou é para inglês ver?
- Qual sua visão sobre o novo estatuto e quais pontos destacaria nele? Houve avanços?

- Com essa mudança estatutária, acredita que vai acabar a manutenção de poder na entidade, com a restrição do mandato? Até o Nuzman foram apenas oito presidentes em mais de um século de COB...
- O que pensa sobre a criação desse Conselho de Administração e sua composição, bem como da maior inclusão dos atletas? Apesar da decisão de última hora que fixou em cinco o número de participantes na Assembleia Geral, em discordância com os 12 propostos inicialmente...
- O senhor chegou a ensaiar uma candidatura ao Comitê. Como foi essa experiência? Em 2012, o senhor já havia desafiado Nuzman sendo o único voto contra sua eleição... Como essas suas atitudes foram encaradas pelos demais dirigentes e executivos?
- Como funciona, na prática, uma eleição ao COB? Quais são os componentes envolvidos?
- Como era sua relação com o Nuzman e com os presidentes das demais confederações? As realidades eram bem distintas?
- Os recursos repassados às confederações pela Lei Agnelo Piva eram suficientes? Os critérios usados para a distribuição eram justos?
- Havia outra forma de obtenção de recursos (patrocínio, receitas, etc.)?
- Há pouco tempo, foi exposto que executivos do COB e presidentes de confederações recebiam acima do teto de 22 mil reais. Em alguns casos, recebiam juntos mais que algumas confederações. Como o senhor avalia essa questão?
- O senhor tem conhecimento de outras irregularidades dentro do COB, como na época do Pan de 2007, ou evita expor outras situações por falta de prova, apesar dos indícios?
- O senhor procurou a PF em 2013, mas a operação não vingou. Acredita que houve envolvimento da presidente Dilma para que as investigações não avançassem? Caso positivo, é possível afirmar que o COB tem sua extensão em outras esferas, não apenas com influência do governo, mas também com a negligência do COI, por exemplo, o que impede uma mudança de estrutura?
- Em relação a isso, temos exemplos de outras operações que só foram levadas adiante após início de investigações no exterior. Qual sua avaliação sobre o engajamento das autoridades brasileiras? É, de fato, necessário a participação estrangeira para que estas operações tenham sucesso?

- O senhor conhece o atual presidente Paulo Wanderley? Ele é acusado de nepotismo, de firmar contratos com empresas denunciadas por fraudes e outras práticas indevidas. Seria ele um novo Nuzman, mudando apenas o nome?
- Na época da divulgação do escândalo, como analisa a cobertura da mídia? Para o senhor, em que ponto os meios de comunicação mais pecam quanto a esse assunto?
- As informações são suficientes para o público geral e médio compreenderem o que se passa de verdade nos bastidores?
- Naturalmente, muitos jornalistas o procuraram. Qual a sua opinião sobre a abordagem adotada por eles?
- Algum trabalho na imprensa em especial chama mais sua atenção? Por quê?
- O senhor chegou a ter contato com o Lúcio de Castro, da Agência Spotlight? O que a respeito desse jornalismo investigativo?

Meu envolvimento no esporte começou desde garoto. Eu remei pelo Botafogo, comecei com o remo, mas nunca competi a nível estadual, apenas treinava no Botafogo, ali na Lagoa. Eu vim para os Estados Unidos na década de 80 para estudar e tive a oportunidade de praticar esportes de inverno. A nossa família é descendente de suíço, então está no sangue, é de família, a gente gosta. Eu tive a oportunidade, durante a minha passagem por aqui, de praticar alguns esportes. Tentei várias coisas: esqui, snowboard, patinação em velocidade, mas, quando eu pratiquei o bobsled, me identifiquei muito com esse esporte. Falei: “Acho que é para mim, me identifiquei com esse esporte”. Então, comecei a treinar em alto nível e consegui a minha licença, porque você precisa de uma licença para pilotar o trenó, já que, se você não souber o que está fazendo ali, você pode até morrer por ser um esporte muito perigoso, de alta velocidade. Enfim, consegui a minha licença para poder pilotar o trenó e, quando foi a hora de competir, não podia competir pelos Estados Unidos, porque eu não era americano e não tinha passaporte americano. Mas também não podia competir pelo Brasil, porque o Brasil não tinha nenhuma entidade para que eu pudesse representar. Então, entrei em contato com o COB naquela época e falaram: “tenta lá, nós temos aqui uma entidade de esqui, você tenta falar com ela”, que na época era a Associação Brasileira de Esqui. Eles gostaram e se prontificaram a ajudar. Aí eu informei o COB: “olha, a Associação Brasileira de Esqui realmente vai ajudar”. Mas aí, quando eu fui ver realmente, precisava da documentação para poder competir e a coisa mudou de

história. Disseram: “A gente não pode ajudar mais, não”, e foi logo após essa conversa que eu tive com o COB. Então eu acho que o COB não queria reconhecer e aprovar o bobsled no Brasil. Daí eu comecei uma luta para ter o nosso esporte reconhecido, porque eu não podia competir. Não tinha uma licença, tinha uns dois ou três anos de treino e não podia competir. Por sorte, em uma dessas viagens, tive a chance de conhecer o príncipe Albert, de Mônaco. O príncipe Albert foi atleta de bobsled, participou de cinco Olimpíadas no bobsled e, nesse relacionamento, teve uma época em que ele me convidou para ir a Mônaco participar de um evento, e eu fui. Em um almoço lá, ele comentou comigo: “Poxa, Eric, fiquei sabendo que está com dificuldade de reconhecer a sua entidade”. Realmente, estava precisando de uma força. Não pedi nada, mas ele falou: “Conheço uma pessoa que talvez possa te ajudar. Mas me dá um mês que te dou um retorno”. Achei que ele tinha falado mais por educação, mas não. Em 30 dias, ele me ligou e falou: “Eric, anota esse telefone”. Era o telefone do João Havelange. Aí eu liguei, falei com o doutor Havelange. “Eric, recebi o recado aqui, que você estava querendo reconhecer a **identidade** para poder competir, formar uma entidade brasileira.” “Realmente. Estou tendo uma dificuldade muito grande, é uma dificuldade, eu acho que, política, porque o pessoal não me conhece. Mas, como o senhor é descendente de belga, e eu sou de suíços, o senhor compreende que existem brasileiros que querem praticar esse esporte.” Ele entendeu perfeitamente. Até brinquei com ele na época: “Doutor Havelange, os suíços também fazem vôlei de praia, então eu quero fazer o bobsled. Por que não?” E a Suíça não tem praia, não tem mar. Inclusive, são medalhistas olímpicos de vôlei de praia. Então ele falou: “Quando é que você está vindo ao Brasil?” Acelerando a história, nós marcamos a reunião. Fui lá primeiro, encontrei com ele e expliquei resumidamente. “Doutor, o que está acontecendo é que o COB está colocando empecilho” - e estava mesmo. Eles não queriam reconhecer naquela época a Associação Brasileira de Bobsled, porque, a partir do momento que reconhece, o presidente dessa entidade passa a ter acento lá e voto na Assembleia do COB. Só que esses caras não sabiam quem era o Eric. Quem é esse cara? E quem ele representa? Então, estavam preocupados em aprovar. E outra coisa: a partir do momento em que você faz parte da Assembleia, você tem direito a requisitar fundos para competir, quando estiver na véspera da Olimpíada. Deixei logo muito claro que meu objetivo não era nada financeiro. Meu objetivo era colocar o Brasil no mapa de inverno, pois, até então, só tínhamos esquiadores, mas, no gelo, não tínhamos ninguém, só na neve. Existe essa diferenciação entre gelo e neve. O COB explicou a situação e, em agosto de 1999, a gente

foi realmente reconhecido como Associação, mas não como Confederação. Naquela época, não tinha lei Piva, era lei Zico. Não estava ainda em vigência a lei Piva. O COB fez até uma cláusula especial no estatuto dizendo que a Associação Brasileira de Esqui e a Associação Brasileira de bobsled têm condições especiais, porque essas entidades, por serem de esporte de inverno e por não terem locais e o clima adequado para prática em território brasileiro, não podiam atender todos os requisitos da lei. Então, foi aberta uma exceção e, até hoje, você vê lá, se pegar o estatuto atual do COB, que as confederações de neve e gelo têm uma condição especial porque nós não temos locais de prática e o clima não é o adequado. Acelerando na história: conseguimos o nosso reconhecimento em agosto de 1999. A partir desse momento, comecei a fazer parte das assembleias do Comitê Olímpico Brasileiro, só que, naquele início, não tínhamos ainda direito a voto. Não estávamos interessados em política, a gente sempre foi interessado e focado em esporte. Nunca foi nossa pretensão política, cargos no COB... Focamos no esporte e começamos a treinar. Ao passar dos anos, fui notando uma certa mudança no tratamento. Por exemplo: nas assembleias, todos os presidentes tinham que aprovar o orçamento, e, nessas aprovações, alguns presidentes perguntavam: “Presidente, dava para liberar a folha de pagamento do COB? Porque a gente quer saber quanto está sendo gasto com ela para termos um controle, já que a gente vai aprovar”. Só que sempre se negaram. Essa foi a primeira luz vermelha. Eles negavam constantemente a falar a folha de pagamento, quanto é que cada um estava ganhando e por que estava ganhando. Essa foi a primeira luz vermelha. Como que uma entidade que recebe recursos públicos recusa um pedido de vários presidentes de confederações para colocar de maneira transparente a folha de pagamento?! Então isso foi uma batalha de anos e anos. Aí, quando chegou em 2000, o Brasil conseguiu o direito de sediar os Jogos Pan-Americanos 2007. E aí o Brasil, obviamente, ia usar isso de trampolim para uma possível candidatura olímpica. Nesse momento, eu soube, isso está no meu testemunho que dei para o juiz Marcelo Bretas, que, na época, o diretor financeiro do COB, que era o Edson Menezes, banqueiro. Inclusive, o banco dele, o Prosper, foi fechado por fraude financeira. O Banco Central fechou o Prosper, do qual ele era o presidente. Se você vir esse nome, Edson Menezes, está envolvido com um monte de coisa ilegal. Ele é o atual presidente do Comitê Organizador, porque o Nuzman saiu e ele assumiu. Ele me falou, quando a gente estava indo para a votação ver quem ia ser a cidade brasileira melhor escolhida para uma possível candidatura olímpica. E eu fui um dos votantes. Ele me chamou, me deu uma carona para o local da

votação, aí ele falou: “olha, Eric, você está votando em quem? Se você não se importa...” “Meu voto é no Rio, porque é a minha cidade, já a conheço e sei que, dentre as que estão disputando, é a melhor candidatura, não tem dúvida alguma.” “Fico feliz em saber do seu voto, mas você não deve votar no Rio por essa razão, mas sim porque o Nuzman está apoiando a candidatura do Cabral, para ele conseguir chegar ao governo do Estado”. E ele ganhou as eleições, para daí utilizar o trampolim para chegar à presidência da República. Foi aí que eu comecei a entender a estratégia desses caras. Comecei a ficar com pé atrás em tudo. A partir desse momento, tudo o que eu assinava ou participava, olhava com binóculos. E aí não deu outra. Vieram os Jogos Pan-Americanos e, após, começaram a pipocar vários escândalos na imprensa. A Vila Olímpica foi uma delas. Eles utilizaram lá um empréstimo da Caixa Econômica, inflaram o preço do aluguel, lesaram os cofres públicos e teve alguém lá do TCU, que era amigo do pai da esposa do Razjman, que era lá do TCU, e ficou nisso. Então, a partir do Pan-Americano, começaram a pipocar. E, obviamente, conheço a maioria dos presidentes das confederações, porque a gente se falava. Eles começaram a organizar uma oposição encabeçada pelo Alaor, do tênis de mesa, e obviamente eu participava das reuniões que ele convocava para ouvir o que ele tinha a dizer. Também achava bom e saudável você ter uma chapa de oposição. Então eu ia lá, participava e ouvia a opinião dele, e decidi apoiar. Fui um dos oito presidentes que apoiou a chapa de oposição. Mas o que acontecia: um desses oito presidentes falava com o Nuzman, e ele chamava um por um e negociava. Como é que ele negociava? Ele falava: “soube que você está na oposição aí, mas o que você acha se eu aumentar o orçamento da sua Confederação?” Ele conseguiu negociar com um por um. Ele me chamou várias vezes para reunião, e eu nunca aceitei nada. Ele sabia que comigo não ia rolar, eu não ia ser comprado, nem entrar em esquema. Então, ele já sabia. Quando chegou nas eleições em 2012, fui o único presidente a votar contra a eleição dele, porque ele já estava lá há quatro mandatos. Ia ser um quinto mandato e eu falei: “Olha, está na hora de mudar. O cara está muito acomodado. E pior: ele está achando que é dono do COB, porque ele está usando como balcão de negócios.” Houve uma série de tentativas dele de montar uma empresa de marketing chamada Olimpo, para ele poder ter o marketing separado, mas não deu certo. Ele colocou o Leonardo Gryner como presidente dessa empresa, que foi diretor de esporte da Globo por muitos anos. Então quando dava algum problema na Globo, Gryner telefonava e dava uma aliviada. O Nuzman sempre foi muito bem conectado, é de uma família de prestígio no Rio de Janeiro, da alta sociedade e não tem desculpa para agir da

maneira como ele agiu, porque teve berço, vem de uma família de prestígio e, realmente, ele não tem motivo para fazer o que ele fez. Agora, se envolveu com essa politicagem toda e de pessoas do gabarito do Cabral e se emlambuzou todo. Perdeu a esposa no meio também. É muito triste para mim ter que falar tudo isso, mas é a pura verdade. Assino embaixo e durmo tranquilo todo dia. Sofri muito, porque o que esses caras me atacaram na imprensa, sujaram meu nome, fizeram de tudo. Como eles não conseguiram me afastar por meios legais, tanto é que o juiz me manteve no cargo, consegui votar contra ele. O que eu soube, é importante você ver a parte cronológica, é que três semanas antes da eleição para o COB, o desembargador Pimentel decide que eu fico e não há motivo para eu sair. Três semanas depois, voto contra o Nuzman e, no final daquele mesmo mês, foi muito rápido, ele decide que como meu advogado não respondeu a pergunta dele, estava me afastando. O advogado era o Felipe Bevilacqua. Ele é do Tribunal de Futebol, trabalha junto com o Sérgio Zveiter. E quem trouxe o Zveiter pai para o esporte foi o Nuzman. Isso está inclusive documentado. Eles são da mesma comunidade judaica, são bem unidos, fazem parte do mesmo clube. Inclusive, o Nuzman foi atleta dos jogos Macabi. Se você pesquisar quem é o Pimentel, ele é amicíssimo do Zveiter. Inclusive, quando o Zveiter saiu, porque houve uma acusação contra ele e ia concorrer à presidência do TJ-RJ, teve que se afastar por causa de um processo contra ele, ele colocou o Pimentel para assumir no lugar dele. Fiz toda a parte de pesquisa. Está tudo ligado. Quando eu votei contra, o Nuzman pegou o telefone... E o que prova tudo isso? Porque falar é fácil. Primeiro meu advogado me chamou lá, fechou a porta, o Felipe Bevilacqua e o Marcelo Jucá, que era o outro advogado, falaram: “Eric, o Nuzman pagou caro para se livrar de você. Ele queria unanimidade, você não deu”. Ele queria negociar comigo. A secretária dele me ligou três vezes e eu já sabia que era para uma reunião de negociação. E eu falei que não ia participar de reunião nenhuma. Praticamente ignorei o telefonema dele, aí ele falou: “Eric, só tem uma solução. Não sei se você conhece como as coisas funcionam aqui no Rio de Janeiro, mas para reverter isso aí, você vai ter que pagar. Vai te custar no mínimo 300 mil reais. Falei que mesmo que eu tivesse isso aí, não pagaria. Obviamente que eu não tenho, mas, se eu tivesse, eu não pagava, não. “Eric, vai ficar difícil para o teu lado, porque dava para reverter.” O que ele quis dizer é que existe um esquema de compra de sentenças no TJ-RJ. Os advogados sabem, mas ninguém fala isso em público, já que, obviamente, o juiz manda te prender. E o que aconteceu? Foi o que saiu na imprensa, né? O juiz mandou me afastar, porque o meu advogado perdeu o prazo, mas eu vim descobrir mais tarde que foi

proposital, para que tivesse um alibi para me afastar. Porque isso não faz sentido. Importante é que eu tenho tudo isso documentado. Tenho cartas de atletas, que receberam cartas e ligação do autor do processo, que é o Edson Bindilatti. O Edson é um atleta do decatlo, do atletismo. Ele foi por muitos anos da equipe de São Caetano, a BM&FBovespa, que fechou. Ele chegou a ser funcionário, trabalhou como técnico de decatlo desse BM&FBovespa, desse clube de atletismo. Agora, adivinha quem era um dos diretores principais do BM&FBovespa? Edson Menezes! Você está vendo a ligação? Como é que é podre isso?! Se você analisar a diretoria toda, é tudo banqueiro. Vários estão envolvidos no mercado financeiro, e o Edson Bindilatti entrou com processo contra mim. O estranho de tudo isso é que ele entrou com um processo e nunca brigamos. Normalmente quando você entra em processo contra uma pessoa existe um processo de desgaste. Conversa, briga, o cara vem de volta, tenta conversar. Você fecha as portas e acaba criando um motivo forte para o cara entrar com processo. Nunca tive sequer uma briga, um desentendimento com o Edson. Ele foi na minha casa nos Estados Unidos, ficou na minha casa, porque era meu amigo. Conheci a esposa dele, a mãe e, de repente, do nada, ele entra com esse processo. Então, ligo para ele e pergunto: “Vem cá, o que aconteceu? Você entrou com processo?” Ele não conseguiu nem falar comigo, mas, obviamente, a ordem veio de cima. E como é que consegui provas? A Fabiana Santos, que foi uma atleta olímpica do bobsled, me telefonou, até mesmo antes do Edson entrar com a ação. Aí ela falou que ele a convidou para fazer parte do processo, e a Fabiana me alertou. Inclusive me falou como aconteceu. O COB mandou um convite para o Emílio e para o Edson irem lá no COB. Os dois foram no COB, não teve nenhum representante da CBDG. Foi tudo feito às escondidas, às escuras. Eu também conheço funcionários do COB que me ligaram, porque tem muita gente boa dentro do COB também, e falaram: “Eric, abre teu olho, porque estão preparando o bote. Tem dois atletas seus aqui com as portas fechadas lá em cima. O que aconteceu de fato a Fabiana me confirmou, e eu perguntei se ela estava disposta a colocar isso por escrito e confirmar, assinar. Ela fez isso e reconheceu a firma dela. Está lá no processo a declaração dela, com firma reconhecida, de que ela soube, através do Edson, que houve um convite e que o Edson falou: “Está tudo combinado, estava bancando tudo, porque existe 90% de chance dele ganhar. O COB estava no controle.” O que eles quiseram dizer com isso é que eles tinham como comprar a sentença no final, se desse errado. Foi exatamente o que fizeram. Como não conseguiram me tirar pelos meios legais, tiveram que pagar a sentença. Mas tem outros atletas também, inclusive técnicos. Essas

peessoas são do atletismo e eles ouviram onde eles treinam que o Edson tinha se vendido por dinheiro. E, de fato, a vida dele só melhorou depois disso. Ele foi contratado pela BM&FBovespa, vai ter um emprego lá, trabalhou lá por vários anos. A vida deles só melhorou e a minha só piorou. O drama que isso causou à minha família, a humilhação, isso realmente criou um estresse muito grande na minha família. E, enfim, meu bom nome até então, todo sem problema algum na justiça, foi manchado. Mas eles não conseguiram. Avançando um pouco, quando comecei a ver tudo isso, toda essa manobra, inclusive com invasão da nossa sede... Mandaram invadir a nossa sede antes das eleições, porque o Nuzman pensava que eu tinha alguma coisa contra ele, e tinha mesmo. Ele pensava que eu estava guardando essa documentação lá na nossa sede, então ele mandou invadir. Mentiu para a imprensa, disse que ele podia invadir porque o contrato estava em nome do COB. Mentira! Eu mostrei a cópia do contrato assinado por mim e o nome da confederação. Isso foi um crime. Entrei com registro na polícia, que não fez nada, apesar de ter sido um crime. Não fizeram nada. Ficou nisso. Saiu na ESPN uma reportagem, que saiu no Brasil todo, com as imagens. O Miguel , na época secretário-geral, conseguiu com a segurança do prédio a cópia das imagens dos caras invadindo. Você vê nas imagens o chaveiro chegando, vê lá o funcionário do COB pagando o cara, para arrombar a sede. E aí a gente deu essas imagens para a ESPN e para várias outras emissoras, e eles colocaram no ar. Ficou conhecido como o Watergate do esporte brasileiro. Acho vergonhoso. É triste, mas o motivo do COB foi esse. Pensava que eu tinha uma coisa que ia minar - e tinha mesmo - só que eu não ia guardar lá na sede. Com o passar dos tempos, eles foram me atacando, e eu, obviamente, fui na Polícia Federal, no Rio de Janeiro, apresentei lá, já que não estava conseguindo nada no TJ. No TJ era impossível conseguir justiça, então fui na Polícia Federal do Rio de Janeiro. Lá na Polícia Federal, expus tudo isso, com documentação. Além disso, os atletas foram confirmar tudo o que falei e também um presidente de confederação, o Celso Wolf, do badminton. E ele também confirmou, porque também tem uma história parecida com a minha. Ele foi afastado de maneira muito estranha. Logo após a finalização do Pan-Americano, ele foi em público, na ESPN, falou de todos os problemas lá no COB. Obviamente, o Nuzman ficou uma fera e arrumou um jeito de tirá-lo. Como é que ele conseguiu tirá-lo? Conseguiu um técnico do badminton, parece que era de São Paulo, e ele entrou com um processo muito estranho lá em Campinas. E também a juíza não quis tirá-lo, aí ele descobriu depois que uma funcionária do COB, a Ana Paula Terra, do departamento jurídico do COB, foi lá conversar com a juíza do TJ de Campinas. Como

é que o advogado do COB vai lá conversar em Campinas com uma juíza sem a presença do presidente da confederação ou pelo menos de alguém da confederação? Boa coisa não é. E logo após acontecer essa reunião, essa juíza tirou o Celso. Quem assumiu a diretoria do badminton, se você pesquisar a diretoria, é tudo da família Zveiter, só que lá do Piauí, porque a família dele é de lá. Você vê lá, o diretor de marketing, tem pelo menos uns dois ou três membros da família Zveiter ali. Então, você vê, saiu da mão de um cara e foi para a mão do Zveiter. Quando você põe tudo isso junto é muito forte. Se o nosso Supremo está do jeito que está, imagina a nível estadual, né? Seguindo em frente, eles invadiram a nossa sede. Consegui os atletas, fui na Polícia Federal, expus tudo, e falaram: “Eric, você botou bastante coisa aqui”, que eles averiguaram. “Realmente, você tem motivo suficiente para a gente iniciar uma operação” - a operação Cabo de Guerra. Tinha até um e-mail especial, porque tudo que eu passasse para eles tinha que ir para esse e-mail. Os meses foram passando, eles foram investigando e, depois de um tempo, eu voltei lá para falar com eles, para ver como é que estava andando. Pensei: vou lá ver como está a operação, se eles precisam de algo, se tem algo em que eu possa ajudar. Eles entraram comigo e falaram: “Eric, volta que semana que vem, porque vai chegar aqui uma outra pessoa que precisa falar com você”. Eu voltei na semana seguinte. Tinha uma pessoa lá, aí nós sentamos, começamos a conversar e falaram: “Eric, nós não vamos poder continuar com essa operação, a gente recebeu ordens e, infelizmente, a gente não pode seguir, mas a gente quer que você entenda que o nosso trabalho foi feito.” E aí eles acabaram com a operação e deu uma desilusão, um desgosto muito grande. Agradei à Polícia Federal, mas falei que compreendo, que ia voltar para Boston e tocar minha vida. Foi o que eu fiz, voltei para Boston e sabia que tinha feito o possível e o impossível para combater esses caras. Pensei: a partir desse dia, ou desisto de tudo ou encaro isso, mas aí é para realmente conseguir um resultado. A partir desse momento, voltei para Boston e comecei a trabalhar sozinho e sem abrir a boca para ninguém. No momento certo, comecei a envolver o FBI e coincidiu com a investigação francesa. Aí houve também esse interesse da parte francesa, a gente se encontrou e nossa reunião foi de oito horas de conversa. Eles disseram que iam seguir o meu caminho, e falaram que a gente se falava em alguns meses. Passado esse tempo, eles não podiam me falar os detalhes obviamente, para não prejudicar a investigação, mas me falavam se estava indo bem ou mal. Perguntavam se eu podia tirar algumas dúvidas, eu tirava. A gente foi trocando umas ideias, depois da pesquisa que eles fizeram, do que eles já tinham, porque já tinham bastante coisa, mas dei a outra parte do quebra-cabeça. E aí

eles conseguiram montar o todo e, a partir daí, eles chegaram aonde eles chegaram. O resto você já conhece. Eles seguiram a trilha do dinheiro, acharam a conexão lá do Papa Diack com os e-mails. Acelerando, você tem a secretária do COB, que já abriu a boca e confirmou que, de fato, o Papa Diack ligava, insistia especificamente nos pagamentos. Ela foi bem clara nisso, na declaração dela. Quer dizer, a própria secretária do Nuzman já falou. Esse é um detalhe importante. No meio da noite, todo mundo querendo se esquivar disso, porque sabia que era coisa errada, mesmo o Nuzman dizendo que não sabia de nada. E se ele não sabia de nada é porque era ilegal. Como não fosse suficiente, além da secretária do Nuzman, eu também fui lá e dei meu depoimento. Ouvi da boca do secretário que eles foram à África e resolveram pagando. E mais uma: o próprio secretário que era amigo de infância do Cabral confessou à Justiça, que ofereceu uma leniência para ele. Ele confirmou na lata que foram comprados quatro votos africanos. O próprio secretário do Cabral falou isso. Pessoal está querendo desvalorizar a declaração dele, dizendo que ele poderia ajudar o Cabral de outras maneiras, não era focando na compra de votos. Ele podia fazer essa declaração por outros motivos, mas se ele falou do voto é porque é verdade. E não só ele falou, como deu provas de que era verdade, senão a polícia não ia aceitar como provas. A minha testemunha, a da secretária do Nuzman, o secretário do governo do Cabral... Agora, não adianta chamar o Pelé e essas pessoas que foram lá na África porque o Pelé não é membro do COI. Jamais o COI chama para participar de um esquema pessoas de fora. Isso, obviamente, é tudo feito só naquele grupinho do Nuzman. Eles não revelam nada para o Pelé ou alguém de fora. E o Pelé, apesar de ser uma pessoa famosa no mundo inteiro, uma pessoa que não necessita de apresentação, o Pelé falou a verdade. Não foi informado de nada disso, até porque, se informassem, não acredito que o Pelé ia aceitar. Não ia se envolver nisso. E se der tudo errado? Pelé jamais ia se envolver numa coisa e arriscar. Então isso é mais uma prova de que ele realmente não sabia de nada. Era um grupo seletivo ali que sabia, que era o Nuzman, o pessoal ao redor dele, o diretor financeiro, o pessoal do Cabral. Esse pessoal ali sabia. O secretário, que me falou inclusive olho no olho. Me fez o sinal, estava no meio da Rua da Assembléia e ele fez o sinal, dizendo muito claramente no meu olho, comprovando que fomos lá e fizemos. Pagamos e está garantido. Fiquei um pouco surpreso dele ter feito um sinal ali no meio da rua, mas ele não falou, ele fez o gesto do pagamento. Ele se sentiu à vontade para falar comigo, porque ele sabia que eu era ali de dentro da Assembleia e já me conhecia, porque eu tentei fazer um evento no Rio de Janeiro, para trazer uma pista Olímpica de gelo no Rio de Janeiro, para massificar o

esporte de gelo trazendo uma pista e colocando na Sapucaí, pelo menos, uns três meses por ano. Fazer disso um evento anual. Foi aí que eu conheci o secretário, mas infelizmente para ter a Sapucaí é muito complicado, é muita política. E eu desisti porque era impossível, era muita política envolvida para conseguir uma data certa todo ano. Então foi por isso que ele se sentiu à vontade de falar comigo. Voltando aos franceses, fizeram a investigação em conjunto com a polícia brasileira, já tinha essa documentação lá, mas, com o passar do tempo, houve uma série de mudanças, houve o impeachment da Dilma e, com a queda da Dilma, houve uma série de mudanças, caiu também o ministro de Esportes, caiu uma série de pessoas. Aí a coisa foi acontecendo, foi avançando e culminou com a Polícia Federal batendo lá na casa do Nuzman com provas de que ele cometeu um crime. Isso não tem dúvida de que ele cometeu um ato criminoso. E, ao entrar na casa dele, descobriram-se mais crimes, porque ele tinha em casa mais de um milhão em diferentes tipos de moedas de vários países. Quem guarda mais de um milhão em casa? Ainda teve 500% no aumento de patrimônio - e coincide com o Pan-Americano e as Olimpíadas . Descobriram também através de uma empresa lá das Ilhas Virgens Britânicas, que é um paraíso fiscal, um apartamento em Nova York avaliado em mais de um milhão de dólares e as barras de ouro na Suíça. É uma lista grande. Então, agora, esse primeiro processo que ele está respondendo é só para tratar a compra de votos, mas tem mais processo vindo por aí. Um deles é da evasiva fiscal, porque ele não declarou todas as barras, depois tentou corrigir o erro, mas já era. Foi comprovada a má-fé. Quando a má-fé está comprovada, é difícil. Agora, ele conseguiu habeas corpus, estava na prisão, conseguiu um habeas corpus alegando problemas de saúde. É a única saída dele. Não tenho dúvida de antes, porque conheço bem a documentação que está por trás de tudo isso. Não conheço tudo, mas uma boa parte eu conheço. Mas, com certeza, vamos deixar o veredito ao juiz, porque qualquer pessoa tem direito a defesa em um estado de Direito. Isso é importante. O Nuzman tem o direito de defesa dele, mas, diante dos fatos, de todas as testemunhas que falaram, comprovaram o que foi descoberto, eu acho muito difícil o juiz não dar um veredito de culpado. Mas vamos deixar a justiça fazer o seu papel. Ele é inocente até vir o veredito. Mas eu não tenho dúvidas de que ele será julgado e o veredito virá. Ele pode escapar e não ir para a prisão por causa do estado de saúde dele. Parece que ele tem um problema de coração e também pela idade dele. O positivo disso tudo é que ele saiu do COB. Não só saiu do COB como forçou uma mudança drástica na diretoria. Se vocês forem na folha de pagamento do COB, vão ver salários mensais de 70 mil reais. Um escândalo. Era um

escândalo, 70 mil, 90 mil... E aí a gente entende por que o COB precisava de abocanhar 50% dos recursos da lei Piva. Foi aí que a gente entendeu. Eu já sabia, só que os outros presidentes, quando eu falava com eles, não queriam acreditar. Mas eu entendo, porque eles também estavam recebendo. Grande parte, não todos. Um detalhe engraçado é que eu recebi uma visita de um cara, de um banqueiro. Isso foi falado também na polícia, de que ele estava fazendo notas para os presidentes de confederações poderem tirar os salários deles, mas era uma nota fria, de uma empresa fria, só para constar. E perguntou se eu queria. Comecei a rir. Falei: “Olha, amigo, não estou interessado, não.” Me deu até o cartão dele e tudo. O cartão dele veio para o meu bolso e direto para a polícia. Era por aí. Esse é o retrato do COB. Lá dentro, era uma pouca vergonha, um descalabro. A falta de transparência, os ataques às pessoas que queriam fazer o certo, que queriam cumprir as regras, que tinham valores, que queriam fazer a coisa legal. Que era o meu caso e o caso do Celso e de alguns presidentes que foram afastados. Pessoas que eram atacadas com processos. Alguns eram atacados, porque eram, de fato, picaretas. Mas existem as exceções que é o meu caso e o do Celso, que são emblemáticos. Se você se debruça no gelo e no badminton, você vê uma série de ligações de banqueiros que estão na cabeça do comitê organizador. E você começa a ver que, inclusive, que o Comitê Organizador está com rombo de 100 milhões de reais. Não houve um rombo de 100 milhões. Houve um desvio de 100 milhões. E esse dinheiro está em algum lugar fora do país. E ele sabe que o Comitê Organizador vai acabar em 2023. Então, vão empurrar com a barriga e aí o estado e a cidade do Rio de Janeiro vão arcar com isso. Nós, os contribuintes, vamos arcar com esses 100 milhões de alguma forma. Vai ter que sair dos cofres, porque eles não vão pagar. Tem que entrar um cara que peite, que fale: “Nós vamos vender as suas mansões para pagar isso aí.” Foi divulgado que o Nuzman, logo após o Pan-Americano, construiu uma mansão, que é a mansão mais cara de Búzios. Custou a bagatela de 20 milhões de reais de acordo com as fontes. As pessoas que estavam trabalhando na casa dele achavam muito estranho que ele pagava pelos serviços da construção com cheque de terceiros. Uma coisa que é estranha, que não é idônea. Como é que um cara do gabarito dele paga uma obra com cheque de terceiros? Coisa boa não era, né? A nível internacional, esses caras acabaram, porque o FBI está sabendo de muita coisa. Mas o FBI e a CIA mantêm um low profile. Você só vai saber quando eles estiverem balançando as algemas para você. Eles não vão falar nada na imprensa. Quando você souber, já vai ser muito tarde. Foi mais ou menos que aconteceu com Marin. Estava lá na boa e, de repente, o governo suíço o pegou, levou para

Nova York e nem sabe o que aconteceu. Está em cana agora, parece que pegou 20 anos. Esse não sai mais. Outro detalhe importante que faz parte de tudo isso é que aquele Artur Soares desapareceu. Ninguém sabe onde está. Ele era um cara conhecido. Não era qualquer um, não. Era um empresário de sucesso. Esse cara movimentava milhões. Esse cara desapareceu. Como é que esse cara desapareceu? Por que ele desapareceu? É porque o FBI está na cola dele. Talvez muita gente não saiba disso, mas ele pode ter feito uma delação premiada para o FBI e entrou no rol das pessoas que são protegidas. Aí ele recebe um passaporte, uma graninha, tem que devolver o dinheiro que roubou, mas pelo menos não vai preso. Foi o que o Hawilla fez, aquele que negociava os direitos de futebol lá em Miami. Foi outro que sambou bonito. Foi lá, fez uma delação, entregou todo mundo. Fez uma delação premiada com o FBI e disse que inflacionava os preços dos contratos. Aí parece que devolveu R\$ 50 milhões, devolveu uma quantia de dinheiro altíssima, fez uma delação premiada, não foi preso e está em liberdade. Porém, entregou todo mundo. Então, o Nuzman, essa galera aí já era. Não tem como eles fazerem mais nada. Eles pensam que podem fazer alguma coisa, mas, enfim, esse pessoal está há 10 anos na frente deles. Em resumo, é isso. Agora, esse processo já está há sete anos lá no TJ e uma coisa que pode me absolver facilmente é uma análise neutra do orçamento da entidade que eu presidia. Eu nunca recebi nenhum centavo da entidade. Nós tínhamos um funcionário que recebia cinco mil reais para fazer o trabalho dele e só. E nós tínhamos todas as nossas certidões negativas em dia, só que o técnico pediu a bagatela de R\$ 220 mil para fazer a análise técnica do orçamento. Aí nós apelamos. Ele baixou para R\$ 160 mil. Isso, em dólar, dá 40 mil. Para você fazer isso aqui nos Estados Unidos tem que ser uma empresa do tamanho da Gillette. Mesmo assim acho que está caro. Então, quer dizer, um absurdo o preço cobrado. Apesar de eu morar aqui, sou uma pessoa física. Não tenho 40 mil dólares para dar assim, para uma análise técnica. Tenho que trabalhar com meu suor, em vez de roubar como esses caras fizeram. Não tenho 40 mil dólares. Eu pedi gratuidade, sabe que o juiz fez? Negou. E não deu justificativa, não. Apenas negou lá e agora eu estou tendo que entrar com um agravo para a segunda instância decidir. Para você ver a sacanagem que é. Então eu já sei que ali no TJ, onde é o império do Zveiter, como eu chamo, enquanto ele não sair e não entrar um outro presidente ali, vai ser muito difícil. E você sabe quem é o Zveiter. Ele é o advogado da Globo. Tanto é que a filha dele trabalha na Globo. A família Zveiter é Globo. Fui muito sacaneado pela imprensa de uma maneira sórdida, porque esses repórteres comprados obviamente, eles falavam que tentaram se comunicar comigo, mas não

conseguiram me achar. Mas a coisa mais fácil do mundo é me achar no Facebook, no Twitter. É muito fácil me achar, para quem quer me achar. Eles me magoaram, porque eu conhecia algum desses repórteres, mas, obviamente, se vendem. Então só ouviram um lado da história, só publicaram o que o COB falava. E o COB falava um monte de mentira, que eles publicaram novamente para me denegrir, para melar o meu bom nome, o nome da minha família. Então, obviamente, o tratamento da mídia era muito ruim. Você tem um diretor como o Leonardo Gryner, que só com um telefonema lá para a Globo... E, se não fosse ele, o telefonema era do Zveiter. Era muito difícil a Globo me procurar. Até me surpreendi agora, quando houve minha testemunha lá no Dr Bretas, que a Globo se interessou em me ouvir. Mas, claro, era o olho do furacão, né? E eu falei que o plano era ganhar as Olimpíadas, porque as Olimpíadas iam trazer todas as benesses e iam poder ganhar todos desviando dinheiro de obra. O plano maior era utilizar a vitrine dos jogos para uma futura candidatura do Sérgio Cabral à presidência da República. Esse era o objetivo maior lá na frente, mas eles tinham que cumprir primeiro o objetivo de ganhar os jogos. E faziam de tudo. Inclusive, comprar votos, afastar quem tinha que afastar. E o Nuzman tinha que ser reeleito. Ele sabia disso, senão já era. E fazia de tudo possível para se reeleger. Negociava voto, utilizava o dinheiro público, que eram os milhões da lei Piva, acima de 100 milhões e negociava como moeda política. “Se você votar em mim, aumento seu orçamento. Se você não votar em mim, você perde orçamento.” Foi o que aconteceu com a CBDG. Se você analisar, um ano depois das eleições de 2012, a única confederação que teve o seu orçamento diminuído foi a CBDG. Agora, eu te pergunto: coincidência? Claro que não. Isso somado a tudo que eu já falei. Agora, o que eu falo eu comprovo com documentação, com testemunhas. E está tudo lá. Se você perguntar, realmente, sofri muito, porque a imprensa, pessoal até brincava, fazia piada: “Olha, Eric, você não vai conseguir nada na imprensa, porque, basicamente, o Nuzman está com um talão de cheque avaliado em 1 bilhão de dólares por causa das Olimpíadas e ele compra quem ele quiser.” E eu não consegui nada, ninguém queria falar comigo. Pessoal queria mais distância, porque sabia que, se me ouvisse, já ia perder uma boca lá no COB. Todo mundo que chegasse perto de mim era inimigo do COB. Então, eles me isolaram. Inclusive conseguiram me isolar na imprensa. Então, eu sumi aqui em Boston, fiz meu trabalho em silêncio, e deu no que deu. A prisão do Nuzman, o afastamento dele, a comprovação que, de fato, houve compra de votos e agora vamos esperar o veredito. Claro que existem sempre as exceções. O Lúcio foi um cara que sempre bateu de frente, sempre mostrou a verdade. Ele veio, investigou e

chegou à conclusão: Olha, realmente existe esse lado da história aqui, que não está batendo com o que o COB está dizendo. Então, o Lúcio sempre deu o lado dele, que é o lado da investigação. Mas ele é um em um milhão. A gente trocou umas ideias em off e também porque estavam rolando investigações e ele estava ocupado com investigações de outras confederações. Uma pessoa que pelo menos me ouviu, um cara que me procurou, quis ouvir meu lado. Jamil Chade foi outro. É um cara que está lá na Suíça, que tem uma visão aberta, ele tem a opinião dele, é um cara que realmente quer investigar, quer chegar no fundo do poço e saber o que está acontecendo. É super diferenciado. O Azzoni, da AP, também me procurou, me ouviu bastante. Inclusive o Jamil foi um cara que foi super transparente, porque ele ligava para o COB, mas também me ligava. Foi super transparente nesse sentido. Não quero ser injusto de deixar ninguém de fora, mas, com certeza, Jamil Chade, o Lúcio de Castro e outros mais foram muito corretos de ouvir os dois lados, que é o papel do jornalista, ao invés de ficar trazendo a história para um lado que favorece alguém e denegrir a imagem de uma pessoa sem justificativa. E muitos repórteres fazem isso. A ESPN foi outra que abriu o caminho para mim, para que eu pudesse inclusive na reportagem que foi exclusiva da invasão da sede, isso aí está na internet até hoje, isso é histórico. Alguém, no futuro, daqui a alguns anos, vai falar: Você lembra daquele episódio do COB invadindo a sede de uma confederação? Uma coisa totalmente criminoso. Mas, enfim, o autor foi preso, nem por esse motivo, mas por motivos até mais sérios. E, agora, eu estou na luta, estou aguardando o meu processo lá, mas estou tranquilo. Se o TJ não reconheceu o erro que eles cometeram, porque cometeram um erro gravíssimo, meu processo está lá há mais de sete anos e já passou na mão de juízes diferentes, mas não houve uma decisão final. E eles vão empurrar com a barriga até meus cabelos ficarem brancos. Não tem problema. Se eu tiver que levar nas Nações Unidas, na Corte Internacional, eu vou levar. A gente tem que resolver isso aqui fora, porque, infelizmente, o meu Tribunal de Justiça, da cidade onde nasci, é corrupto. Não todos, mas tem certos indivíduos lá dentro que são corruptos, negaram meu pedido de gratuidade, porque não querem justiça. Então, vai chegar ao ponto de que tem que ser aqui fora. Conseguimos a prisão, tudo isso aqui fora, apesar de não poder tirar o crédito da Polícia Federal brasileira que fez um trabalho magnífico. Quando entrou a francesa, a americana e outras, eles contribuíram com a outra parte que a polícia brasileira não tinha, e a francesa também conseguiu uma parte que não tinha da brasileira. Então, foi uma troca de informações em que todo mundo saiu ganhando, porque os franceses conseguiram achar o que eles

queriam, a parte brasileira e a americana também, além de outros países, porque não são só esses três. Entraram outros países também. Para você achar a trilha do dinheiro, você passa por vários países. Você tinha que ter aprovação desses países. Minha luta continua e eu entrei, inclusive, em conversas com o COB, com a Comissão de Ética, para ver. O COB está com uma nova administração. Desejei boa sorte ao Paulo Wanderley... Acho que o COB, agora, tem uma dívida não só comigo, como também com o Miguel Peres, que foi o secretário-geral da CBDG, perdeu o emprego dele por causa dessas safadezas todas. Ele ganhava pouco, cerca de cinco mil reais. Ele era arquiteto, não precisava trabalhar na CBDG. Podia ganhar muito mais fora dali, tem escritório e o nome dele também foi humilhado, né? O Paulo e essa nova administração têm a obrigação de limpar esse estrago que eles fizeram. Não tem cinza. É preto ou branco. E eles têm, sim, o dever de corrigir os erros do passado. Vamos analisar aqui o caso do Eric com carinho, porque não deveria ter saído do jeito que saiu, já que realmente não fez nada de errado. Vamos ver o que a gente pode fazer de maneira legal, para que a gente possa resolver esse pepino da CBDG, que realmente é um pepino, e ninguém quer meter a mão nisso, porque tem muita sujeira. O Paulo também está tentando sobreviver a tudo isso, mas vou dar a ele a oportunidade de fazer o certo. Ele tem o direito de não fazer nada, mas tudo bem, continuo trabalhando assim como fiz o meu trabalho na prisão do Nuzman, continuo quieto aqui em Boston. Não é blackmail nem nada disso, apenas quero dar a oportunidade de fazerem a coisa certa. E eu continuo fazendo minha parte e ele a dele. Para ser sincero, conhecia o Paulo das assembleias. Conhecia de apertar a mão, de perguntar como estava o judô. Inclusive ele me convidou para ver a sede dele, porque tem um centro de treinamento lá no aeroporto, e eu queria saber como ele fez o projeto para basear o nosso centro em algumas ideias a partir do centro dele. Então minha relação com ele era amigável, mas eu desconhecia qualquer coisa ilegal da parte dele. Parece, pelo que ouvi falar na imprensa, que houve uma investigação e que houve algum problema, mas não sei se foi à frente ou se houve algum processo. A investigação da Unfair Play, que é um dos braços da Lava Jato, não parou ainda. Ela está continuando e tem mais coisa por vir. Pode ter certeza que vai vir mais coisa por aí. Nesse primeiro momento, estou dando um voto de confiança ao Paulo por causa de algumas coisas que ele já fez. A primeira coisa que ele fez foi afastar todo mundo da cúpula do COB que tinha salário de marajá, que eram uns amigos lá do Nuzman. Ele afastou e realmente tirou o aluguel do COB, que era uma coisa vergonhosa. Era uma coisa assombrada. Devia ter alguma coisa ilegal ali. Se chegar ao fundo do poço, vai achar

alguma coisa, porque era algo que não fazia sentido manter a sede ali pelo preço que era. E o Bernard Rajzman foi o cara que fez a transação lá. Ele falou para mim em três ocasiões diferentes. Até questionei ele: “Vem cá, Rajzman, sei que uma pessoa conhecida e respeitada no voleibol, porque você não.. Não quero ter compromisso de chegar aqui bater o cartão no COB. Não quero bater cartão, não quero esse tipo de responsabilidade para mim. Eu falei isso, mas sabia que ele estava na folha de pagamento. Então, descaradamente, na cara de várias pessoas, mentindo, dizendo que não, que ele era um cara que não precisava e por isso não recebia nenhum dinheiro do COB. E recebia 45 mil reais. É coisa desse tipo que você vê que não está lidando com pessoas idôneas. E ele é o nosso representante no Comitê Olímpico Internacional. Nesse começo, estou dando um voto de confiança, porque estou vendo que está mexendo em algumas coisas, está incomodando, para fazer o trabalho dele. Mas o que vai realmente me colocar é ver os próximos passos que ele vai tomar. Por exemplo, ele aprovou uma Comissão de Ética que, de fato, elegeu pessoas boas, e essas pessoas sugeriram algumas cláusulas de ética que eu achei muito boas para evitar, inclusive, acúmulo de cargo. Essa foi uma das minhas inúmeras queixas ao Comitê Olímpico Internacional. Cheguei a pedir intervenção do COI para evitar toda essa desgraça. Isso tudo poderia ter sido evitado. Mandeí fax, telefonei para o Jacques Rogge, o belga. Aí depois ele saiu e entrou o Thomas Bach, alemão. Também voltei a falar, pedi pelo amor de Deus, que eles tinham que fazer alguma coisa, já que isso não ia acabar bem. Eles sabiam quem era o Nuzman, mas ficaram com medo de melar os jogos. Eles não querem admitir que um membro do COB comprou voto. Vão negar até a morte. Acúmulo de cargo pelo Nuzman, de fato, ele acumula como presidente do COB e presidente do Comitê Olímpico Organizador, foi a primeira vez que isso aconteceu na história dos Jogos Olímpicos. Então, isso aí é uma receita para que uma pessoa acumule poder suficiente para que faça exatamente o que o Nuzman não fez. Dá um rombo de 100 milhões. Parece que o COI pediu, o COI pediu. Vou te dar todo o poder possível para deixar o maior rombo no Comitê Organizador. Deu todas as ferramentas para ele conseguir fazer o que ele fez. Garanto a você que, se tivesse um presidente diferente, talvez a gente não estivesse com esse rombo. É um grande talvez, mas o fato de ter acumulado o cargo é inadmissível. Diz o Nuzman que o COI aprovou isso, mas eu acho que eles deram uma de João sem braço. Está aí, depois de vários anos, depois de tudo o que eu disse, me chamaram de mentiroso. De tudo que é nome já me chamaram. Mas agora está tudo exposto aí. Estou tranquilo. Muitos poucos repórteres me ligaram para saber. Tanto é que a

secretária dele falou, o secretário do Cabral confirmou, os franceses confirmaram. Então, estou muito tranquilo hoje. Mas, claro, recebi ameaças. Isso criou um estresse muito grande na minha família, sofri muito, não vou te enganar. Tive que mudar de telefone e tomar providências. Inclusive parei de ir ao Brasil desde 2014. Tenho alguns amigos que fazem parte da polícia, e eles me falaram, pelo conhecimento que têm lá dentro, “olha, Eric, não posso falar nomes abertamente, mas a Inteligência falou que você não deve vir ao Brasil, porque corre perigo.” Muito claramente, então, parei de ir. Agora, é esperar o julgamento do Nuzman e esperar o meu também no TJ. Não tenho muita esperança, porque o nosso TJ está dominado por essas forças aí que eu já mencionei. Mas, se não der certo, não tem problema. Já tenho o meu plano B e plano C no gatilho, porque aqui fora eu consigo. O Judiciário tem uma oportunidade de fazer o certo, mas, se não fizer, faço aqui fora. Aí vão ser mais alguns anos. Já me botaram de castigo sete anos, mas não impediram o meu voto negativo no Nuzman. Minha candidatura foi mais uma atitude de brio da minha parte, para mostrar ao Nuzman que não só tenho coragem, mas que eu posso por ser presidente, porque o estatuto permite até certo ponto. Mas, por causa das cláusulas draconianas, antidemocráticas que eles colocaram, eu não ia conseguir. O estatuto me permitia colocar a candidatura, mas logo a seguir eu tinha que prestar as assinaturas e obviamente eu não ia conseguir. Talvez conseguisse umas oito, que era o grupo de oposição, mas as dez eu não ia conseguir. Mesmo assim, alguns desses oito já tinham passado para o outro lado. Então tinha caído para cinco ou até menos. Na melhor das hipóteses, conseguiria só isso, porque o resto já tinha negociado. Eu já sabia que não conseguiria nada, mas eu coloquei para ficar registrado que eu tentei fazer a candidatura e para expor isso, como estratégia. Era expor essa cláusula do estatuto, que até então estava escondida, porque eles são muito espertos. Só a partir deste momento que eles foram obrigados a colocar no website do COB as cláusulas para a eleição, que até então estavam escondidas. E eles não liberavam isso publicamente. Uma das estratégias foi exatamente essa: obrigá-los a expor as condições draconianas que eles mesmos decidiram. E uma maneira de forçar a expor isso era entrar com uma candidatura. Claro, não foi o único motivo, mas foi o principal. Foi, em definitivo, um passo para frente às mudanças recentes. Por isso estou dando esse voto de confiança para o Paulo, mas é o começo, não é o fim ainda. Acho que o colégio eleitoral tem que ser ampliado para atletas e que você tem que ter uma participação do desporto escolar, do desporto universitário e do desporto militar, porque o desporto é um desporto como um todo. Então, se você está usando dinheiro

público para bancar isso, você também tem que ter voto dessas camadas da sociedade, desses níveis do desporto, e os votantes também têm que ser pessoas capacitadas e sem passados sombrios. Sem ficha suja. Tem que ter ficha limpa. Acho que tem que ter critério também. Um outro detalhe importante é que o cara que assumiu a CBDG, que era o Emílio Strapasson, teve falência decretada no Rio Grande do Sul. Ele era dono de uma farmácia e, por falta de pagamento de impostos federais, foi forçado a entrar com uma declaração de falência. Quando você compra remédios e drogas para vender ao público você tem que pagar o imposto federal. Ele ficou devendo lá não sei quantos milhares. E a Lei Pelé não permite que ninguém que tenha pedido falência possa assumir cargo no desporto. O cara não conseguiu administrar nem uma farmácia, mas esse juiz que me tirou, porque o meu advogado vendido não cumpriu prazo, colocou o Emílio lá. E olha que eu apelei e comprovei. Mostrei ao juiz, protocolei nos nossos autos a comprovação de que ele estava falido, e o juiz não cumpriu a Lei Pelé. Ignorou totalmente a lei. Esse Emílio Strapasson não sei quanto tempo ficou lá. Não conseguiu administrar nem uma farmácia. Tanto é que o novo negócio dele está em nome da esposa, a esposa é a laranja dele. Tudo isso eu comprovei nos autos. Mas sou otimista, sou um cara que não desiste nunca e fala a mesma coisa para todo mundo. Nós estamos passando por um período que está sendo varrido a nível mundial, isso não apenas do Brasil. Você vê que tem uma tarefa mundial para limpar, mas limpar tudo que está de errado. No Brasil, é a Lava Jato que está dividida em vários braços. Um deles é a Operação Jogo Sujo. A Cabo de Guerra, que nós iniciamos, foi antes da Lava Jato. Por isso, eu tenho orgulho de ter iniciado essa investigação antes da Lava Jato. Não querendo falar que eu sou melhor do que ninguém, mas é uma coisa que eu colocaria no meu currículo. Em algumas modalidades, faltava dinheiro. Na nossa, não faltava, porque nós estamos falando de esporte no gelo e, de todos, o nosso era o menor orçamento, o que faz sentido, porque o nosso ainda está começando, está em sua infância. Mas vi, realmente, que algumas confederações precisavam de mais, que é o caso da ginástica, do handebol, que até foi campeão mundial feminino, que precisavam de mais para realmente poder ter um Centro de Treinamento e, de repente, faltava para um técnico, para um nutricionista. Uma coisa que os presidentes tentavam fazer nas Assembleias, mas que a gente nunca conseguia, era revelar a folha de pagamento, para, em vez do COB consumir 50% da lei Piva, para que eles mesmos diminuíssem sua folha de pagamento e sobrasse mais para os atletas. E, quando falo atletas, falo confederações. Não adianta sobrar mais dinheiro para o atleta e as Confederações não repassarem. Pelo que eu vejo,

pelo menos na minha confederação que eu presidia, não só presidia como fundei a confederação, ninguém queria obter vantagens. Para ter uma ideia, eu hipotequei minha casa nos EUA para poder bancar a Associação. Na época, eu fundei uma Associação, não uma confederação. Só que ninguém queria bancar nada e eu com muito prazer e amor ao esporte, banquei do meu bolso. Fundei essa entidade do nada. E o pessoal diz que coloquei meus primos na direção. Coloquei. Mas vê lá nos autos se eles receberam um centavo. Ninguém recebeu. Porque eu não permitia isso. O cara pode ser até meu irmão, mas ele não recebia nada. Alguns casos... Vejo o seguinte: não adianta você aumentar o orçamento. Acha até que tenha que aumentar, mas antes cada confederação tem que fazer um trabalho, um plano de negócios. Tem que apresentar um plano de negócios para os próximos 10 anos, ou seja, os próximos três jogos olímpicos. Vai haver mudanças, mas aquilo vai ser como um mapa. A conclusão desse plano tem que ser a medalha, para daqui a 12 anos. Isso é possível se houver um projeto. E, nesse projeto, tem que ter dinheiro, tem que ter a base também. Você não pode fazer só o desenvolvimento de um atleta de alto nível e esquecer a base. São duas coisas que o COB tem que fazer: diminuir a máquina administrativa, e eles estão fazendo isso. O Paulo, se não me engano, conseguiu poupar cerca de cinco milhões nos últimos meses com as mudanças feitas. Já é um começo. Dá para fazer bastante coisa com esse dinheiro. Agora, o que ele vai fazer, tem que sentar, reunir a Comissão de Ética e ver o que é ético fazer com essa verba. E aí começar a distribuir. Dar um pouco para a ginástica, que, de fato, está fazendo um bom trabalho. Dar também para o desporto escolar, porque surgem talentos muito bons e têm de ser cuidados para que cheguem ao pódio. Tem que haver essa consciência em vários níveis. E o COB está fazendo por enquanto. Por isso estou dando um voto de confiança. Vamos ver os próximos passos. Estou confiante. O Paulo está fazendo algumas mudanças e está sendo auxiliado e está ouvindo presidentes e Comissão de Ética. Esse feedback da comissão está ocorrendo. Antes o Nuzman não dava essa abertura. Quem falasse alguma coisa caía, perdia o emprego, era afastado, sofria com processo judicial. Estou otimista. Aos pouquinhos, o comitê está conquistando a credibilidade de volta internacional. Não ainda 100%, mas já deu os primeiros passos para conseguir chegar lá. Tanto é que o COI já tirou o bloqueio. Até achei meio precipitado. Mas o Paulo fez as mudanças que eles requisitaram, então não tinha como eles travarem. Agora, vamos ver, continuar de olho nessa bola. Eu vou continuar dando minhas sugestões como ex-membro do COB, retirado à força pelos motivos que você já sabe. Vou continuar dando minha opinião, para que a

justiça seja feita no meu caso. Se eu não retornar ao COB, não tem problema. Vou continuar sendo uma voz ativa e fazendo minha parte. Não dependo do esporte para pagar minhas contas. Recebi alguns convites, mas no momento não me interessa, tenho minha vida aqui nos EUA. No futuro, sim, quem sabe uma função representativa para ajudar, nunca atrapalhar. Agora, com a nova diretoria, talvez, possa ser viável. Isso se eu for convidado, não vou me convidar. Meu interesse específico é ajudar os esportes de inverno, que é o que sei fazer, é disso que eu entendo. Também conheço um pouco de Project Management que é o que eu faço na minha vida. Sei montar projeto e sei tocar para frente. Mas queria ajudar o COB na parte que está minha paixão. Então, acho que nessa parte eu posso ajudar.